

HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HISTÓRIA

ISSN 0100-6932

ANO 3 NÚMERO 4
JUNHO DE 1982

apah



Editor: — Sergio Odilon Nadalin

Conselho Editorial: Ana Maria de O. Burmester (Presidente), Anamaria Bonin, Aymara F. Ribas, Carlos Roberto Antunes dos Santos, Cesar Ramos, Cláudio Fajardo, Jayme Antonio Cardoso, Judite Maria Barbosa Trindade, Rabah Benakouche, Roseli Maria Rocha dos Santos, Regina Rotemberg Gouveia, Sergio Odilon Nadalin.

Publicação semestral da Associação Paranaense de História — APAH

Travessa José do Patrocínio, 96
Caixa Postal, 1.538
80.000 Curitiba PR — Brasil
ISSN 0100-6932

A opinião emitida nos artigos é de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Revisão: — Denise Bottmann
Programação visual: — Key Imaguire Jr.

CAPA:

Estação ferroviária, Curitiba, Paraná. Embarque de voluntários para a fronteira com São Paulo, no dia 7 de outubro de 1930. Foto da coleção Gerda Metzenthin.

Gráfica Vicentina Ltda.
Al. Cabral, 846 - Caixa Postal 988 -
Telefone: 222-1057
80000 Curitiba-PR

HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES

ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HISTÓRIA — APAH

CURITIBA

—

JUNHO 1982

S U M A R I O

Judite Maria Barboza Trindade — Apresentação 1

HISTORIOGRAFIA

Jean Glénisson — O historiador, o número e a máquina 3

QUESTÕES

**Ciro Flamarion S. Cardoso — As estruturas agrárias da
América Latina na época colonial: tentativa de sín-
tese interpretativa 11**

**Denise Bottmann — Super-8 paranaense: elementos para
uma história 27**

**Luiz R. B. Mott — A revolução dos negros do Haiti e do
Brasil 55**

HISTÓRIA REGIONAL

**Luiz Carlos Ribeiro — O mandonismo local e o movimento
republicano 65**

NOTAS DE LEITURA 86

NOTÍCIAS DA APAH 95

ÍNDICE V. 1-2 97

ISSN 0100.6932

A P R E S E N T A Ç Ã O

A Associação Paranaense de História (APAH) ao tornar público o quarto volume da sua revista ressalta que, entre seus objetivos específicos, se propõe a **defender os interesses dos profissionais de História.**

Neste sentido se pretende que a profissão do Historiador seja reconhecida de fato e de direito não apenas como aquela de ministrar aulas.

É intenção da APAH o desencadeamento de uma campanha visando mostrar às instituições públicas e/ou privadas a importância do historiador nos vários campos de estudo e pesquisa.

Se a Universidade prepara profissionais de nível superior para o ensino e a pesquisa, é contraditório que seu campo de trabalho fique restrito ao ensino, e as atividades de pesquisa e assessoria na área de História sejam ocupadas por profissionais de outras formações. Como exemplo dessa contradição podemos citar a ausência de historiadores em instituições fundamentais como: Arquivo Público, museus e fundações e secretarias de cultura e memória histórica. Quando existe o profissional, fato raro, não existe o quadro próprio.

Por parte da iniciativa privada a situação é tão ou mais caótica. As grandes instituições (Bancos, Carteira de Exportação, Bolsa de Valores) necessitam análises de conjuntura para dimensionar bem sua atuação e não contam com profissionais de História para assessorar este trabalho.

O Código Brasileiro de Ocupações (C.B.O.) com base em código similar da Organização Internacional do Trabalho (O.I.T.) define claramente as atribuições do profissional da História. No código brasileiro o Historiador tem suas atividades de pesquisa classificadas sob o n.º 1.92.60. Suas atividades docentes recebem os n.º 14.130 e 13.655 para ensino médio e superior respectivamente.

Ainda com respeito à pesquisa histórica o C.B.O. reconhece três áreas de atuação: História Econômica; Social e Política.

A Associação Paranaense de História, sem descuidar de seus outros objetivos, toma a si agora a tarefa de esclarecimento no sentido de garantir o lugar do historiador no mercado de trabalho, e, talvez, muito breve tornar o código 1.92.60 reconhecido de fato e de direito.

JUDITE MARIA BARBOZA TRINDADE

O HISTORIADOR, O NÚMERO E A MÁQUINA *

JEAN GLÉNISSON

Institut de Recherche et d'Histoire des Textes
(Paris).

RESUMO

No presente texto o Prof. Glénisson analisa as transformações metodológicas da História, partindo das propostas dos historiadores clássicos e chegando às análises quantitativas tão caras aos mestres da "cliometria". Este longo caminho, que permitiu a elaboração de novos métodos, abrange: a transição da história-narração à história-problema; a utilização dos novos instrumentos técnicos em função do novo instrumental mental; a ordenação do documento ao dado cifrado, passando obrigatoriamente pela utilização de modelos; e o destaque das querelas provenientes de uma espécie de confronto entre os historiadores humanistas e os "quanto-historiadores", debate esse que acaba por fertilizar a própria história.

Os historiadores são muito instáveis. De Pasquier a Mézeray, de Bossuet a Voltaire, da Ilustração a Augustin Thierry, do Romantismo a Charles-Victor Langlois, toda *Nouvelle vague* de historiadores — portadores de uma forma aperfeiçoada de investigação, escolhendo no tempo e no espaço um objeto de interesse privilegiado, e projetando uma nova luz sobre um fragmento da existência do mundo e dos homens — acreditou possuir, enfim, a chave da história. Os universitários dos fins do século XIX, armados com a filosofia comtiana e com o método experimental, foram dentre todos os mais seguros de si. E nisso quase não se diferenciavam de seus contemporâneos, os físicos, os químicos ou os natura-

* Tradução de Carlos Roberto Antunes dos Santos e Angelo Peccoli do artigo publicado em *La Recherche* (63) : 86-8, jan. 1976.

listas. A história não se tornou uma ciência, já que dispunha de um método infalível? Poder-se-ia lamentar que o historiador, menos feliz que o químico, não pudesse repetir experiências. Porém, da mesma forma que o químico tirava gases e ácidos de elementos conhecidos e frascos etiquetados, o historiador extraía o “fato”, o “acontecimento” do documento — de preferência do documento escrito. Ele recompunha, assim, o corpo da História na sua existência linear. “Toda a história dos acontecimentos é um encadeamento evidente e incontestável de acidentes, onde cada um deles é causa determinante do outro. O golpe de lança desferido por Montgomery é a causa da morte de Henrique II, e essa morte é a causa da ascensão dos Guise ao poder, a qual, por sua vez, é a causa da sublevação do partido protestante. A observação das causas pelos autores de documentos permanece sempre limitada ao encadeamento dos fatos acidentais observados; na verdade, tais causas são sempre as mais seguramente conhecidas. E também, a História, ao contrário das outras ciências, atinge melhor as causas das transformações gerais, uma vez que ela encontra o trabalho já feito nos documentos”.

“Da história-narração à história-problema”.

Assim, a História continuava a ser aquilo que sempre fora desde Heródoto: uma narração, da qual o rigor crítico crescente eliminava lentamente o lendário e o duvidoso. Esta ciência, segura de ter dominado o seu século — “O século XIX é o século da História” — foi, a partir do início do século XX, abalada pelo surgimento das novas disciplinas que baniam o individual em favor do coletivo: a Sociologia, a Etnologia, a Antropologia, e todas as “ogias” como dizem os ingleses. Os famosos “événements” acabaram, eles próprios, por abalar as certezas. Mais que a Primeira Guerra Mundial, os anos 30 marcam a mudança decisiva. No momento em que a crise e suas seqüelas impunham aos menos clarividentes a primazia do econômico, Marc Bloch e Lucien Febvre trocavam o príncipe, o ministro e o general — heróis da historiografia tradicional — pelo agricultor, o comerciante e o banqueiro. Os preços dos cereais, às vésperas de 1789, preocupavam mais a Ernest Labrousse que as peripécias da reunião dos Estados Gerais. Foi o tempo em que as curvas e os gráficos invadiram as páginas dos *Annales* — órgão da nova história — e começaram a penetrar os compactos volumes das teses de doutorado. Veio a Segunda Guerra. Os prodigiosos avanços da técnica, o triunfo e a recusa simultânea da

“sociedade de consumo”, o questionamento da idéia de progresso, o declínio da Europa, o crepúsculo do Cristianismo, a explosão demográfica e a irrupção do Terceiro Mundo; sem dúvida, atualmente são colocadas questões muito mais complexas do que aquelas do tempo do jogo sutil das Tríplices e das Alianças. Nem a biografia dos grandes homens, nem a análise dos tratados podem, hoje, responder a essas questões. Como escreveu François Furet em um artigo recente: “sem o saber, os historiadores passaram da história-narração à história-problema”¹.

Ora, o Ocidente contemporâneo adquiriu o hábito de responder com cifras às inumeráveis questões que se lhe colocam diariamente. Sondagens de opinião, previsões eleitorais, taxa de criminalidade, produto nacional bruto, recenseamentos, percentagens: vivemos em um mundo que se conta e se mede. Talvez porque o número tranqüiliza. Somente se contesta uma estatística com outra estatística. O historiador sabe, melhor que ninguém, desde Raymond Aron e H. I. Marrou, que ele faz parte de um tempo e de um meio. Conscientemente ou não, as questões — as quais ele coloca a um passado que não se contenta somente em narrar — nascem de preocupações atuais e clamam, conseqüentemente, por respostas cifradas. De aproximadamente vinte anos para cá o número penetrou tão profundamente os estudos históricos que uma disciplina nova organizou aí um território que não pára de crescer: a história quantitativa. Nos E.U.A. fala-se correntemente dos “quanto-historiadores”, e os leitores da revista **Recherche** sabem que o grupo americano, o mais avançado da nova escola, inventou para seu uso próprio o termo “cliometria”. Desta maneira, uma forma de história nasceu a nossos olhos, aplicando a análise estatística e modelos matemáticos a séries maciças e homogêneas de documentos, com a intenção de dar ao passado uma representação rigorosamente fundamentada, fora de toda a “impresão” pessoal do historiador.

O instrumento técnico e “o instrumental mental”.

Na História, como em outras disciplinas, o triunfo do número não teria sido possível sem o aparecimento de novos instrumentos. Pierre Chaunu observou que “o papel, o pão, a tinta e os lazeres assegurados” tinham desde as origens sido suficientes aos historiadores. Com efeito, logo após a Segun-

1 François FURET escreveu um artigo brilhante e lúcido sobre as questões que se colocam ao historiador em relação ao surgimento e desenvolvimento da história quantitativa: *De l'histoire-récit à l'histoire-problème*. *Diogenes* (89) : 113-130, 1975.

da Guerra Mundial, aqueles historiadores, já bastante numerosos, que começavam a contar, a arrolar estatísticas e a traçar curvas, não possuíam outros recursos e poucos instrumentos de trabalho. Isso até o aparecimento e a difusão do computador. Um artesanato, uma arte duas vezes milenar, entraram sem transição na era industrial. Abrindo imensas perspectivas, a máquina impôs regras. Desde os primeiros momentos da era da informática, essa combinação de possibilidades e de restrições modificou a prática histórica. E continua, ainda, a transformá-la. Neste período inicial e de efervescência em que nos encontramos ainda, as máquinas se desatualizam rapidamente. Em uma geração de homens, três gerações de computadores se sucederam. Em conseqüência, recursos sempre crescentes foram colocados à disposição do pesquisador. Efetivamente, o papel do computador nas disciplinas históricas deve ser considerado dentro da perspectiva histórica.

A máquina se impôs inicialmente por sua capacidade de absorver massas consideráveis de dados, tornados homogêneos e tratados sistematicamente, em conformidade com um esquema pré-estabelecido: instrumento ideal de uma "cliometria" nascente que aspirava à interpretação de séries intermináveis de documentos cifrados, a qual devia contudo, em razão do caráter limitado dos recursos humanos, contentar-se com os fundos históricos de manejo mais simples, isto é, documentos econômicos, fiscais e demográficos. Calculadoras poderosas, as máquinas das duas primeiras gerações estavam necessariamente reservadas aos historiadores das épocas moderna e contemporânea, os quais utilizam os abundantes arquivos e séries estatísticas que a centralização dos Estados ocidentais passou a produzir maciçamente a partir do século XVIII.

Pierre Chaunu festejou "em 1965-1966 o surgimento dos computadores da terceira geração no mercado das ciências sociais"². Desde então, a máquina é capaz de tratar uma informação lógica por intermédio de "linguagens" cada vez mais desenvolvidas. Seu manejo é fácil: a "entrada" dos dados, que até então exigia o suporte rígido do cartão perfurado, adaptado à utilização de números ou informações codificadas, utiliza, agora, a fita magnética ou o disco, os quais recebem e transmitem em linguagem clara. Por fim o terminal, ligado ao computador, permite o tratamento imediato

² Pierre CHAUNU se tornou, na França, o teórico da "história serial" e a respeito desse tema escreveu numerosos artigos. O estado atual do seu pensamento e uma importante bibliografia podem ser encontrados no seu livro *A história como Ciência Social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. 535 p.

das informações, e responde sem demora a questões complexas. De tais vantagens técnicas se beneficiam os especialistas em história da Antigüidade e da Idade Média, até então afastados da máquina pela própria natureza das fontes, lacunares ou de difícil ordenação em séries cifradas, que utilizam. O benefício mais evidente é o de abrir o computador aos textos literários, narrativos ou documentários, de todas as épocas. A história quantitativa superou o número bruto. Já não está mais confinada ao econômico e ao social. Alguns historiadores, como Pierre Chaunu, se perguntam se não seria melhor rebatizá-la com o nome de **história serial** a fim de que se eliminem todos os equívocos sobre o domínio que ela é capaz de explorar. O historiador Pierre Vilar observou certa feita que a história, tal qual é praticada hoje, vive de empréstimos. Ela tomou emprestado o computador. Para utilizá-lo tornou-se necessário tomar emprestado aos matemáticos um "instrumental mental". "A análise quantitativa e os procedimentos estatísticos, com a condição de serem adaptados aos problemas e judiciosamente conduzidos, estão entre as formas mais rigorosas de testagem de dados". É claro que a vida dos historiadores se complicou. Os mestres americanos da "cliometria" — W. Aydelotte (da Universidade de Iowa), A. G. Bogue (da Universidade de Wisconsin) e R. W. Fogel (Universidade de Chicago e Rochester) — observam, sem insistência, que desde que a História usa técnicas quantitativas certos tratamentos estatísticos se tornaram acessíveis a um maior número de pesquisadores, porém outros tipos de tratamentos "ultrapassam de longe" o intelecto da maior parte dos historiadores. Somente podem utilizá-los aqueles que são capazes de adquirir uma formação matemática aprofundada: uma minoria de iniciados. "O historiador de amanhã será um programador, ou não será" — diz E. Le Roy Ladurie.

Do documento ao dado.

Quantitativo ou serial, a última metamorfose de Clio experimenta grande sucesso. Sucesso geográfico: os colóquios florescem por toda a parte. O Instituto Histórico da Academia Polonesa de Ciências organiza um encontro internacional sobre métodos quantitativos nas ciências históricas; ao mesmo tempo a Escola Francesa de Roma reúne os especialistas da informática aplicada à História Medieval. Nos E.U.A., Aydelotte, Bogue e Fogel reúnem em um volume, a título de demonstração prática, trabalhos baseados nos novos métodos (**The dimensions of quantitative research in his-**

tory, Princeton University Press, 1972). As obras teóricas e as revistas especializadas são produzidas, vendidas e lidas por toda parte.

Sucesso temático: ao contrário da história econômica, ou social ou política, a história quantitativa não pode ser mais uma província confinada nos limites de sua fronteira, no seio das disciplinas históricas. Ela é essencialmente um método, um meio inédito de apreender a realidade passada, ela é o “nome que se dá a todo o empreendimento intelectual que se esforça em aplicar modelos matemáticos com vistas a explicar ou elucidar o comportamento dos homens na História”. Certo, o econômico, o social, continuam a ser seus principais beneficiários e predominam na coletânea dirigida pelos “cliométricos” americanos, quer se trate de estudar — com extrema engenhosidade — as mansões de Hertsforsshire e seus proprietários, de 1540 a 1879, a fim de melhor distingüir um grupo social; quer se trate de estudar as relações religião-mobilidade profissional em Boston, de 1880 a 1963. No entanto, quando se aplicam os métodos matemáticos para examinar as variedades e os graus de contestação violenta na França, de 1845 a 1855, encontramos-nos então nos limites de uma província nova — a história das mentalidades. Se a historiografia francesa dá provas de originalidade, é precisamente por sua vontade de distinguir a história serial do econômico e do social, onde ela permanecia acantonada, para dirigi-la para o “afetivo” e o “mental”. Recentemente foi proposta a idéia de se realizar uma “história religiosa serial” da França sob o Antigo Regime.

Sucesso psicológico: a utilização de modelos, simulações, permitirá ao historiador substituir o “impressionismo” de antigamente pelas certezas matematicamente demonstradas? Em um número anterior de *La Recherche*, Alain Jaubert evocou as transformações introduzidas pelos “cliométricos” no bem cuidado jardim das idéias já aceitas.³ Se acreditarmos nos cálculos desses cliométricos, garantidos pela fria autoridade do computador, concluiremos que a política do New Deal foi impotente para resolver a crise dos anos 30; que a guerra da independência não teve senão diminuta importância na expansão imediata da nação americana; que o sistema escravista do sul dos Estados Unidos era economicamente viável excluindo-se toda a questão de moralidade. A experiência, portanto, seria tão possível na História, como o é na Química, bastando apenas construir-se os “modelos apropriados”. Que teria acontecido se as ferrovias não existis-

³ Alain JAUBERT. L'oncle Tom devant les 'cliométriciens'. *La Recherche*, n. 52, jan., 1975.

tissem? Os E.U.A. teriam experimentado o mesmo crescimento no século XIX? O historiador realizará seus inconfessados sonhos de aspirante e demiurgo?

Uma verdade primeira permanece. As predições retrospectivas só podem ser com o auxílio das fontes apropriadas. Do mesmo modo que o historiador clássico, o “quanto-historiador” está submetido à sua documentação. Fogel e Engermann construíram a sua imagem da escravidão sulista com o auxílio dos registros de navios negreiros, dos arquivos das fazendas, das listas de venda de escravos e dos dados da administração. Os números estavam lá, em estado bruto: bastava construir o modelo capaz de fazê-los falar. A representação totalmente nova que os historiadores da demografia francesa fazem da população no período do Antigo Regime, repousava nos registros paroquiais. Os funcionários da Restauração reuniram de modo sistemático as informações estatísticas que permitiram a E. Le Roy Ladurie traçar mapas de profissões, estatura e enfermidades dos conscritos franceses de 1819 a 1826. No entanto, o historiador raramente descobre séries documentais já prontas. O desafio maior proposto pelas fontes: o quanto-historiador é obrigado a extrair de documentos suficientemente numerosos para oferecer uma significação estatística, rigorosamente datados, perfeitamente circunscritos no espaço, os dados homogêneos, comparáveis, coerentes que lhe permitam responder às imperiosas questões que ele próprio escolheu. Essa atitude difere fundamentalmente daquela do historiador clássico, o qual aceita o documento tal qual ele aparece — desde que esse documento seja autêntico e sincero — e dele retira não o que se repete, mas o que nele exista de único, de pessoal, de insubstituível.

O humanista e o “quantificador”.

A partir daí começam as querelas. Aydelotte e seus colegas, colocados frente a “quantificadores” (*quantifiers*) e “não quantificadores” constatam com indulgência que uns e outros falam uma linguagem diferente. Com efeito, os debates foram “terrivelmente corteses”, mas os historiadores clássicos não conseguem apreender “o verdadeiro ponto fraco dos trabalhos”. As críticas que eles acreditavam as mais pertinentes caíam por terra pois apoiavam-se em detalhes. Inútil dizer que eles se recusavam a aceitar as argumentações dos quantificadores.

A razão disso é que nem todos estão dispostos a penetrar no universo matemático da história quantitativa avan-

çada. Esse é o caso do Professor Ernesto Sestan, da Universidade de Florença, autor de um trabalho apresentado em agosto de 1975 no XIX.º Congresso Internacional das Ciências Históricas. “Trata-se — escreveu — de hiper-especialização. Já não falo do leitor comum, mas do historiador de formação sociológica ou psicológica, que se encontra desarmado face a textos — por sinal excelentes no seu gênero — tais como o de R. Floud (*An introduction to quantitative methods for historians*, Londres, 1973). Todos esses textos estão recheados de fórmulas matemáticas, de diferenciais, de integrais e de infinitesimais, de diagramas, e terminam com tábuas logarítmicas. Não duvido que ,no domínio da estatística, se deva proceder exatamente dessa maneira... Mas ainda é história esta história tão distanciada da história-narrativa e mesmo da história-descritiva das situações de longa duração? Pode-se argumentar que estamos em presença de um domínio de estudos que merece um outro nome, que eu ainda desconheço”⁴.

É encorajador que a História, que se diz aqui e ali moribunda, suscite ainda disputas tão vivas. A “quantificação” deu-lhe uma face nova, a da nossa geração. Reconheçamos no entanto, como François Furet, que “a História provavelmente oscilará sempre entre a arte da narração, a inteligência do conceito e o rigor das provas. Se essas provas se fazem com mais certeza, se os seus conceitos são mais explicitados, o conhecimento ganhará muito, e a arte da narração nada perderá”.

⁴ Jacques BARZUN criticou com muito humor os “quanto-historiadores” em *Clio and the Doctors, psycho-history, quanto-history and history*, Chicago, University of Chicago Press, 1974.

**AS ESTRUTURAS AGRÁRIAS DA AMÉRICA LATINA NA
ÉPOCA COLONIAL: TENTATIVA DE SÍNTESE
INTERPRETATIVA**

CIRO FLAMARION S. CARDOSO
Professor-Adjunto do Departamento de História da
Universidade Federal Fluminense.

RESUMO

A História agrária do período colonial resultou em grande parte da existência, no vasto mundo pré-colombiano, de três áreas quanto à agricultura e ao povoamento.

As áreas de maior densidade populacional, quando da conquista, formaram as sociedades **euro-indígenas** ou Indo-América, cuja colonização se apoiou fundamentalmente na exploração da força de trabalho indígena.

As áreas menos densas, mas de maior extensão territorial, formaram as sociedades **euro-africanas**, ou a Afro-América, através da importação maciça de escravos africanos para o trabalho das **plantations**, e as sociedades **euro-americanas**, constituídas de colônias de povoamento a partir de uma imigração européia.

Interessam particularmente neste estudo a América Latina e o Caribe, conjunto constituído pela Indo-América e Afro-América.

Nestas vastas regiões, misturaram-se, em proporções variáveis, elementos dos sistemas agrários europeus, pré-colombianos e africanos, constituindo-se as fazendas, **plantations**, comunidades indígenas e quilombos, que povoaram o setor rural da América Colonial.

1. Formação das estruturas agrárias latino-americanas

A fins do século XV, ao começar o contacto entre a Europa recém-saída da Idade Média e as culturas indígenas da América, podemos distinguir no vasto mundo pré-colombia-

no três áreas quanto à agricultura e ao povoamento. Uma primeira região pouco extensa (2 milhões de km²: 5% do continente) continha 90% da população; compreendia São Domingos (*La Española*), as terras altas do México central, talvez uma parte do país maia, e na América do Sul o território dos chibchas e os Andes centrais. Uma densidade média de 35 a 40 habitantes por km² foi conseguida nesta área através de uma agricultura intensiva do milho (Meso-América, Andes), da batata (Andes e dos tubérculos, principalmente a mandioca e a batata-doce (São Domingos)). Outra região, também de uns 2 milhões de km² — a do país mais com suas planícies e planaltos — apresentava uma densidade de 2 a 5 habitantes por km², baseada numa agricultura do milho segundo o sistema de coivara. Finalmente, todo o resto da América pré-colombiana — 35 milhões de km², ou seja, 90% da sua superfície — se caracterizava por densidades populacionais muito baixas, vinculadas a uma economia nômade de caça, pesca e coleta, associada às vezes a uma agricultura itinerante muito primitiva, produzindo tubérculos e milho¹.

A História agrária — e de fato toda a História — do período colonial resultou em grande parte da situação que acabamos de descrever, e também das modalidades regionais da catástrofe demográfica que talvez haja destruído mais de 80% da população pré-colombiana. O historiador mexicano Silvio Zavala percebeu muito bem que a presença mais ou menos importante do índio nas diferentes colonizações americanas se vincula mui estreitamente à distribuição geográfica e à densidade da população no final da era pré-colombiana. Partindo desta constatação, propôs distinguir três situações, presentes desde a época colonial, e que continuam visíveis e atuantes hoje em dia. Nas duas primeiras áreas de que falamos acima, com exceção da *Española*, ilha cuja população indígena foi destruída, a conquista provocou uma redistribuição dos fatores produtivos mais importantes — terra e força de trabalho — entre os conquistadores e as comunidades indígenas. Estas são as sociedades **euro-indígenas**, integrantes da **Indo-América** (México, parte da América Central, o vice-reino peruano, etc.). A colonização se apoiou, ali, na exploração da força de trabalho do índio fundamentalmente, mesmo se outras modalidades de mão-de-obra (como a dos escravos negros) não foram desconhecidas. Na terceira área, que como vimos cobria 90% do continente, duas alternativas se colocaram. Nas regiões onde as condições do meio ambiente permitiam o desenvolvimento de cul-

1 CHAUNU, Pierre. *Histoire science sociale*. Paris, SEDES, 1974. p.140-2.

turas tropicais de exportação, os grupos indígenas sofreram um processo de espoliação radical e foram empurrados para áreas marginais; escravizados, dizimados e parcialmente assimilados, não deixaram de influir poderosamente, mesmo nas Antilhas, onde sua extinção foi praticamente total. No entanto, estas sociedades, através de uma importação maciça de escravos africanos para o trabalho das **plantations** (e eventualmente das minas) foram sobretudo **euro-africanas**, e seu domínio geográfico é conhecido como **Afro-América** (boa parte do Brasil, as colônias inglesas do Sul da América, porções da América Espanhola continental como por exemplo a costa peruana, o Caribe). Por fim, onde as condições naturais se aproximavam das da Europa temperada, depois da conquista e da espoliação dos grupos indígenas, constituíram-se colônias de povoamento a partir de uma imigração europeia mais ou menos importante, e surgiram sociedades principalmente **Euro-americanas** (colônias britânicas do Norte e do Centro na América do Norte, Canadá, Costa Rica, etc.)²

Como aqui nos interessam em particular a América Latina e o Caribe, na época colonial, e estas foram zonas nas quais a modalidade euro-americana constituiu antes do século XIX algo relativamente pouco importante, o que doravante nos vai ocupar é o conjunto constituído pelo Indo-América e pela Afro-América. Nestas vastas regiões americanas, misturaram-se em proporções variáveis, elementos dos sistemas agrários europeus, pré-colombianos e africanos.

A influência europeia é apresentada com frequência através da alusão aos chamados "antecedentes medievais" da colonização. Especialistas no tema, como Charles Verlinden, mostram que elementos importantes das estruturas agrárias americanas — sistemas de concessão territorial como as **mercedes** espanholas e as **sesmarias** portuguesas; formas de controle da mão-de-obra, e inclusive a própria escravidão colonial (praticada em colônias medievais mediterrâneas e nas ilhas africanas do Atlântico) — haviam existido durante a Idade Média europeia³. É evidente, porém, que instituições europeias transportadas a um ambiente diferente acabaram funcionando de modo muito diverso. Assim, por exemplo, as **sesmarias** foram em Portugal (desde 1375) uma forma tipicamente senhorial de acesso ao solo (sobre essas terras pesavam diversas obrigações feudais), enquanto no Brasil ori-

2 ZAVALA, Silvio. Indigènes et colonisateurs dans l'histoire d'Amérique. Cahiers de l'Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (6) : 7-25, 1964.

3 VERLINDEN, Charles. Précédents médiévaux de la colonie en Amérique. México, Ed. Fournier, 1954.

ginaram uma forma de propriedade de fato alodial, ou absoluta, da terra.

As estruturas agrárias espanholas da Baixa Idade Média haviam-se caracterizado pela grande importância das exportações de lã: não é estranho, então, que a América Espanhola se haja especializado em atividades econômicas primárias voltadas para o comércio (local, intercolonial, atlântico). Mas é um fato que nenhum povo europeu tinha grande experiência na agricultura em ecossistemas tropicais. Os colonizadores tentaram, em certos casos, introduzir na América os seus sistemas agrários e os seus hábitos alimentícios (como o consumo do trigo, da carne e do vinho); até uma instituição tão especializada quanto a Mesta espanhola foi implantada na Nova Espanha (México), sem adquirir em terras mexicanas a importância que tinha na Península⁴. O mais importante, porém, é que tiveram de valer-se da experiência acumulada pelos índios durante milênios de contacto com terras americanas: domesticação de plantas (e só muito secundariamente de animais: estes foram na sua imensa maioria introduzidos da Europa), técnicas agrícolas adaptadas aos variados ambientes do continente, e inclusive certas formas de organização do trabalho rural. Tudo isto, no entanto, ocorreu no contexto global da colonização mercantil, que favorecia o predomínio da monocultura, e o das atividades de exportação sobre as de subsistência — nunca em forma tão total, porém, como às vezes se acredita⁵. Nas regiões afro-americanas, os traços especificamente africanos apareciam sobretudo na agricultura das comunidades de quilombolas, e nas atividades autônomas de subsistência consentidas aos escravos.

Na Indo-América, a conquista e a colonização significaram a oposição, concorrência e interpenetração de dois tipos de sociedade, de paisagem rural e de modos de vida. De um lado temos o modelo indígena, cuja sobrevivência só pôde ocorrer depois de modificações que o mudaram muito em relação aos padrões pré-colombianos. Era o mundo da subsistência, da associação da propriedade coletiva do solo com a exploração parcelária familiar, das trocas limitadas. De outro lado espanhol: o mundo da relação utilitária e mercantil com a terra, da propriedade privada predominante. Ambos os modelos com frequência se chocaram numa áspera concorrência pela terra e pelo trabalho; concorrência desi-

⁴ KONETZKE, Richard. *América Latina II: la época colonial*. Madrid, Siglo XXI, 1971. p. 299.

⁵ Ver, a respeito, LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1981, cap. III.

gual, já que o mundo indígena era o dos derrotados. Mas também se modificaram através de um contacto mútuo plurissecular: os espanhóis aprenderam a consumir milho e chocolate, adotaram técnicas indígenas de cultivo; os índios se inseriram nos circuitos mercantis, adotaram a criação de gado e novos hábitos de consumo⁶.

Apesar de diferenças inegáveis entre regiões e colonizações, o mercantilismo e o passado medieval, comuns em termos gerais aos europeus ocidentais, podem explicar coincidências de peso. Assim, no que diz respeito à apropriação da terra, Julio Le Riverend constata que, nas colônias de diferentes países, apresentava em direito uma identidade originária — a doutrina do domínio eminente do soberano, base de todos os sistemas coloniais de concessão de terras —, e nos fatos uma apropriação concreta que tendia a produzir-se, também em todos os casos, como uma questão de fato consumado⁷. Mas a identidade das origens não impediu evoluções divergentes, que refletiram o maior ou menor avanço para o capitalismo das diferentes metrópoles conforme se desenrolavam os Tempos Modernos. No século XVIII, a propriedade da terra conservava um forte sabor patrimonial e arcaico nas colônias ibéricas e francesas — proteção legal aos devedores contra o confisco de suas propriedades agrárias; existência de grandes extensões de terras que escapavam ao mercado imobiliário (bens da Igreja; na América ibérica também as terras comunais dos povoados e cidades europeus, e das comunidades indígenas) —, enquanto nas possessões da Inglaterra e da Holanda, havia evoluído para uma concepção cabalmente capitalista, funcionando a terra como uma mercadoria qualquer⁸.

2. Indo-América: as fazendas e as comunidades indígenas

O traço mais importante da história agrária indo-americana é a relação — ao mesmo tempo de complementaridade e de conflito — entre a fazenda e a comunidade indígena.

A fazenda hispano-americana (*hacienda*) é definida por Claude Morin como uma grande propriedade rural possuída por um proprietário autoritário, explorada mediante o em-

6 Tentamos aplicar o método de DUBY em *Guerriers et paysans* (Paris, Gallimard, 1973) à problemática dos dois modelos agrários hispanoamericanos em CARDOSO, Ciro F. S. & BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Centroamérica y la economía occidental*. San José, Universidad de Costa Rica, 1977, cap. III.

7 LE RIVEREND, Julio. Problemas del régimen de apropiación de la tierra. In: MIRANDA, J. et alii. *Historia y sociedad en el mundo de habla española*. México, Colegio de México, 1970. p. 79-94.

8 CARDOSO, Ciro F.S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979. cap. III.

prego de uma mão-de-obra dependente, exigindo pouco capital para seu funcionamento e produzindo para um mercado restrito (local, regional, entre zonas de uma mesma colônia, ou quando muito intercolonial). Mas o autor logo chama a atenção, com razão para a grande heterogeneidade da fazenda segundo épocas e regiões⁹.

Quanto à origem desta importante instituição do campo hispano-americano, durante muito tempo se discutiu acerca da sua relação com a *encomienda*. Juridicamente, pôde-se demonstrar que não existia uma vinculação entre os direitos sobre os índios de que gozavam os *encomenderos* e os direitos sobre a terra. Mas já mencionamos que na apropriação colonial do solo predominou o fato consumado — frequentemente legalizado a *posteriori* —, e na realidade foi algo corrente que a *encomienda* preparasse o surgimento da fazenda. Mas a formação desta foi variada: pôde surgir através de concessões feitas pelas autoridades coloniais em nome do rei, por usurpação de terras devolutas ou pertencentes a comunidades indígenas (às vezes legalizada mediante o pagamento ao Estado espanhol de uma soma chamada “composição de terras”), mediante a compra ou herança, e em muitos casos por uma associação de todas estas modalidades. Fatores históricos influndo no seu surgimento foram, entre outros: 1) a expansão do povoamento europeu e urbano justamente quando ocorria a catástrofe demográfica indígena, forçando os espanhóis a uma reorganização do abastecimento de gêneros alimentícios; 2) a proliferação do gado de origem européia (bois, cabras, carneiros) desde o século XVI; 3) o esgotamento do ciclo do ouro de aluvião e o aumento dos preços agrícolas durante a segunda metade do mesmo século. Em certas regiões, porém — como as terras altas do Peru e da Bolívia —, o fortalecimento da fazenda se deu só depois da independência. No conjunto da América Espanhola, podemos dizer que a fazenda surgiu no século XVI, tornou-se algo de real importância no século seguinte, e dominou o ambiente rural indo-americano só na última centúria da colônia¹⁰.

É freqüente a descrição do fazendeiro colonial como um homem de mentalidade senhorial, interessado no poder e no prestígio e não no lucro. Sem negar que poder e prestígio senhoriais fossem objetivos desejáveis na época, pode-se afirmar no entanto que a fazenda buscava o lucro e se inseria em circuitos mercantis. Os elementos de economia natural

9 Notas de aulas dadas na Universidade de Montréal. Mimeografado.

10 Ver principalmente FLORESCANO, Enrique, ed. *Haciendas, latifundios y plantaciones en América Latina*. Mexico, Siglo XXI, 1975.

que efetivamente existiam no seu interior — lotes de subsistência, produção interna de ferramentas e outros insumos, pagamentos de rendas e salários *in natura* de fato eram uma base necessária para suas possibilidades mercantis, numa economia como a colonial em que a moeda era escassa, e que apresentava uma estrutura interna de transportes e comercialização muito deficiente e submetida a grande concentração. Nestas circunstâncias percebe-se que seria impossível, por exemplo, o emprego sistemático de uma mão-de-obra assalariada típica, desprovida de meios de produção, a qual subsistisse comprando no mercado, com seus salários recebidos em dinheiro, tudo aquilo de que precisasse; e entende-se a racionalidade dos lotes de subsistência, das rações de alimentos dadas a certos trabalhadores, e mesmo das *tien- das de raya* (o equivalente do “barracão” brasileiro) mantidas pelos próprios fazendeiros em suas propriedades, as quais praticavam um peculiar sistema de crédito e endividamento.

O fazendeiro obtinha capital através de créditos concedidos por comerciantes e sobretudo pela Igreja, que dispunha de abundante dinheiro líquido (**Tribunal de capellanías y obras pías**: alimentavam-no doações feitas em troca de missas pelas almas dos mortos, segundo especificavam os testamentos). As hipotecas eram freqüentes. Mas os investimentos ou reinvestimentos em tecnologia — instrumentos agrícolas, eventualmente instalações de beneficiamento (engenhos de açúcar, por exemplo) ou de irrigação — eram reduzidos ao mínimo estritamente necessário, a não ser nas bem administradas propriedades eclesiásticas. A agricultura e a pecuária coloniais eram extensivas. Os capitais obtidos eram empregados na compra de terras e nos adiantamentos de dinheiro necessários para atrair e manter na fazenda os trabalhadores agrícolas; quando não eram gastos no consumo do fazendeiro e de sua família, e em bens improdutivos mas de importante função social (residência grande e luxuosa, capela, etc.)¹¹.

A mão-de-obra era obtida mediante sistemas variados. Na Indo-América o uso do negro cativo foi raro nas tarefas agrícolas, já que o preço de um escravo africano correspondia a dez anos de trabalho de um índio remunerado segundo o salário legal. Nas primeiras épocas da colônia, foram intensamente usadas as formas de exploração do trabalho que não separavam definitivamente o índio da sua comunidade: *mita* (Peru), *repartimiento de índios* (México), *concierto* (Colômbia), etc. Mas a diminuição do número dos índios, a

11 FLORESCANO; RILEY, James D. *Hacendados jesuitas en México*. México, Secretaría de Educación Pública, 1976.

irregularidade e os rígidos controles ligados a esta forma de provisão da força de trabalho — muito vinculada ao jogo das influências e relações junto às autoridades —, o aumento constante do número de mestiços (que não obtinham concessões de terras), a própria erosão, em muitas regiões, da comunidade indígena, pelo avanço dos fazendeiros sobre suas terras ou por um processo interno de desagregação acelerado pela economia monetária (à qual os índios estavam irremediavelmente atados pela obrigação de pagar o tributo), foram fatores favoráveis à importância crescente de formas de trabalho nas quais intervinham os mestiços e os índios já desligados das comunidades: **terrazgueros** e **peones** (México), **yanaconas** (Peru), **inquilinos** (Chile), **huasipungos** (Equador). Tais formas foram, de fato, muito variáveis, desde o **yanacona** andino, que era praticamente um serviço, até o arrendatário ou parceiro, passando pelo típico peão residente ou **acasillado**, que recebia algum dinheiro, rações de alimentos, uma cabana e um lote de subsistência, crédito no barracão. Os peões por dívidas — dívidas que se originavam nos adiantamentos monetários e nas compras feitas na **tienda de raya** — se estenderam como forma de trabalho rural no século XVIII, garantindo o núcleo dos trabalhadores residentes permanentemente à disposição da fazenda. Mas havia épocas — a da colheita, por exemplo — nas quais era necessária uma mão-de-obra ocasional muito mais numerosa, obtida entre os arrendatários ou parceiros que ocupavam terras marginais da fazenda, ou entre os índios das comunidades indígenas próximas, que precisavam de algum dinheiro para pagar o tributo e as despesas paroquiais (batizados, casamentos, funerais). Às vezes, o avanço sobre terras de comunidades teve como finalidade principal colocá-las sob a dependência do fazendeiro, que assim podia contar com uma mão-de-obra adicional abundante e segura quando o exigisse o ciclo agrícola. O binômio fazenda/comunidade, apesar de todos os conflitos e variações, permaneceu no centro das estruturas econômico-sociais do campo hispano-americano, às vezes até fins do século XIX, quando não até nosso próprio século¹².

Devemos agora falar das características agrárias internas das comunidades indígenas. Trata-se de uma forma de organização com claras raízes pré-colombianas, mas que sofreu durante a conquista e sob o regime colonial uma profunda reorganização. Muitas aldeias indígenas desapareceram

12 VILLAMARIN, Juan & VILLAMARIN, Judith. *Indian labor in mainland colonial Spanish America*. Newark, University of Delaware, 1975; FLORESCANO, Enrique. *Estructuras y problemas agrarios de México: 1500-1821*. México, Era, 1976.

ram devido às epidemias do século XVI, ou à concentração forçosa dos indígenas pelos espanhóis num número menor de povoados mais extensos, para facilitar o controle da tributação e do uso da mão-de-obra. Cada comunidade indígena possuía legalmente — o que como já foi dito nem sempre impediu a usurpação dos fazendeiros — um território de pelo menos seiscentas **varas** (a **vara** espanhola era uma medida correspondente a pouco menos de um metro) em círculo; tal círculo era medido a partir das últimas casas da aldeia, e mais tarde a partir da igreja (isto é, do centro do povoado), e equivale a cento e um hectares. Parece que se fixava, em princípio, a atribuição mínima de um hectare e meio por índio tributário. Na prática, umas comunidades possuíam tanta terra que arrendavam parte dela a outras comunidades ou a pessoas não-indígenas, outras não dispunham sequer do mínimo necessário à sua própria subsistência. As terras comunais compreendiam lotes dados em usufruto ao cultivo familiar, **ejidos** destinados a diversos usos agro-pecuários ou ao arrendamento, e baldios onde se praticava a coleta de madeira, lenha, frutos, etc. As exigências fiscais e de trabalho que pesavam sobre as comunidades levaram a que com frequência muitos de seus membros as abandonassem, transferindo-se para as fazendas e as cidades. Apesar das leis que o proibiam, foram substituídos por não-indígenas, espanhóis ou mestiços, que em muitos casos passaram a dominar a vida comunal através da manipulação do comércio, do crédito e dos cargos municipais. A economia mercantil conduziu ao aprofundamento da estratificação e das desigualdades no seio das comunidades, enfraquecendo-as¹³.

Para concluir esta parte, falemos de um tipo muito peculiar de empresa agrícola: as reduções indígenas estabelecidas por ordens religiosas — em especial pelos jesuítas — nas selvas sul-americanas durante os séculos XVII e XVIII (Amazônia, Paraguai, noroeste da atual Argentina, bacia do Orinoco, norte da atual Bolívia, etc.). Estas reduções tinham uma organização aldeã comunal. A maior parte das terras era comunal, trabalhada em rodízio; seu produto, apropriado pelos religiosos, destinava-se ao pagamento do tributo real, à manutenção da igreja e de suas obras sociais, ao comércio. Os jesuítas vendiam erva-mate, produtos da pecuária e da coleta florestal. Havia igualmente parcelas atribuídas às famílias indígenas para sua subsistência. Com a expulsão dos jesuítas das possessões portuguesas (1759) e espanholas (1767), a decadência foi rápida e os índios se dispersa-

13 FLORESCANO, *Estructuras...*; MATOS MAR, ed. *La hacienda, la comunidad y el campesino en el Perú*. Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 1976.

ram. Os povoados guaranis do Paraguai ainda enviaram produtos ao mercado do Rio da Prata durante duas décadas, mas isto só refletia a exploração desenfreada dos **comuneros** por comerciantes e funcionários espanhóis¹⁴.

3. Afro-América: plantations escravistas e quilombos

As **plantations** escravistas afro-americanas eram, como as fazendas da Indo-América, grandes propriedades rurais. Diferenciavam-se destas por sua mão-de-obra, constituída por escravos negros importados da África e por seus descendentes nascidos na América (escravos crioulos), pela exigência de capitais mais importantes para compra dos escravos e para a construção e manutenção das instalações necessárias — despesas que eram máximas no caso dos engenhos de açúcar, menores nas **plantations** de tabaco, anil, café, algodão, etc. —, por uma produção destinada na sua totalidade ou quase ao grande comércio atlântico. Como na fazenda, as técnicas agrícolas eram muito extensivas (de coivara), concentrando-se a tecnologia mais avançada — e a correspondente importação de insumos europeus — no setor agro-industrial, ou seja, no beneficiamento dos produtos tropicais de exportação¹⁵.

A vinculação com o mercado internacional, no caso da **plantation** escravista, era muito direta e claramente perceptível. Numa época de fretes marítimos caros, só produtos de preço relativamente alto por unidade de volume — como aqueles provenientes da agricultura tropical, além dos metais preciosos — podiam ser produzidos na América para venda na Europa. As **plantations** surgiram, assim, como anexos complementares do espaço econômico europeu, ao contrário das fazendas hispano-americanas, que produziam quase sempre para mercados situados nas próprias colônias das Américas. Por outro lado, como entre os escravos da América Latina e do Caribe a natalidade era quase sempre tendencialmente superada pela mortalidade, a reprodução das relações escravistas dependia do tráfico negreiro africano. Em três séculos, uns nove milhões e meio de africanos, segundo o cômputo de P. Curtin, foram desembarcados nas Américas¹⁶.

14 GARAVAGLIA, Juan Carlos. Un modo de producción subsidiario: la organización económica de las comunidades guaranizadas durante los siglos XVII-XVIII en la formación regional altoperuana-rioplatense. *Cuadernos de Pasado y Presente* (40): 161-92, 1977.

15 KEITH, Robert G., ed. *Haciendas and plantations in Latin American history*. New York, Holmes & Meier, 1977.

16 CARDOSO, Ciro F.S. & BRIGNOLI, Héctor Pérez. *História econômica de América Latina*. Barcelona, Crítica, 1979. v. 1. cap. III.

Um **plantation** típica, além de sua grande extensão de terras (naturalmente variável), precisava de instalações apropriadas para sua importante escala de operações. Compreendia quase sempre os seguintes elementos: 1) construções variadas: a casa do proprietário com diversos anexos, as casas dos empregados livres, as cabanas dos escravos, os edifícios ligados ao beneficiamento, oficinas artesanais ou de consertos, depósitos, o “hospital” ou grande cabana onde eram cuidados os negros doentes ou acidentados, às vezes uma capela; 2) terras cultivadas: plantações de produtos tropicais de exportação, culturas de subsistência administradas pela **plantation**, hortas e outras atividades de subsistência praticadas pelos escravos; 3) rebanhos: bois para o tiro e a carne, cavalos, etc.; 4) pastos; 5) baldios: coleta, reservas necessárias devido ao caráter itinerante da agricultura de coivara; 6) elementos ligados ao transporte: caminhos, cais, carros de boi, embarcações, etc.¹⁷.

Para a obtenção dos capitais necessários, o mais freqüente era a associação do dono da **plantation** com um comerciante residente na colônia. Houve também mercadores que viviam na Europa e investiam em **plantations** americanas. A Igreja — em especial os jesuítas — possuiu grandes propriedades escravistas. Às vezes as **plantations** pertenceram a sociedades que concentravam recursos de diversos financistas, comerciantes e nobres, ou de companhias monopolistas que praticavam também o tráfico de escravos. O absenteísmo dos proprietários — substituídos por capatazes e intendentess — era mais freqüente neste tipo de empresa rural (sobretudo nas Antilhas) do que nas fazendas.

Em todas as colônias escravistas, para diminuir as despesas de manutenção e de reprodução da força de trabalho, eram dadas parcelas de terra em usufruto a muitos dos escravos, e se lhes concedia o tempo necessário para cultivá-las (com exceção de períodos como por exemplo o da safra da cana e da fabricação do açúcar, no caso dos engenhos). Embora os cativos procurassem obter de suas parcelas principalmente artigos para seu próprio consumo — mandioca, legumes, aves, porcos —, completando as distribuições feitas pelos senhores ou administradores, era freqüente a produção de excedentes comercializáveis, livremente vendidos por eles. O dinheiro assim obtido lhes permitia adquirir suplementos à dieta, bebidas, roupas, sapatos, jóias, fumo, etc. Alguns escravos acumularam somas suficientes para a compra da sua liberdade. O acesso às parcelas era em geral es-

17 HARRIS, Marvin. *Raza y trabajo en América*. Buenos Aires, Siglo Veinte, 1973. cap. 4.

tável, e tão reconhecido que se permitia que os escravos as alugassem, ou as legassem através de testamentos informais. Ao contrário do trabalho nas culturas de exportação e nas instalações de beneficiamento, realizado sob estreita vigilância repressiva que podia incluir castigos físicos, os escravos não eram vigiados quando trabalhavam nas suas parcelas. Usavam então formas de cooperação familiar, técnicas, e uma disposição do espaço cultivado, tipicamente africanas¹⁸.

Os escravos que fugiam se concentravam muitas vezes em povoados agrícolas às vezes muito consideráveis — os quilombos ou **palanques** —, onde praticavam a agricultura, a caça, a pesca, o artesanato, procurando reproduzir nas Américas as estruturas tribais da África, modificadas pelo contacto com a tecnologia de origem indígena e com a cultura europeia. Tanto no caso das atividades autônomas de subsistência quanto no dos quilombos, foi o Caribe a zona do seu maior desenvolvimento e importância¹⁹.

4. A agricultura na economia colonial: peso específico e articulações

As atividades agro-pecuárias constituíram o setor majoritário da economia colonial, e isto mesmo nas regiões mais tipicamente minerais. No México do século XVIII — o maior produtor mundial de prata — os trabalhadores das minas eram aproximadamente 25.000, mas os camponeses mais ou menos um milhão. E no Brasil do mesmo século, em pleno auge do ciclo do ouro (antes de 1760), as exportações legais de metal precioso nunca superaram em valor as de açúcar.

Por outro lado, o setor agrícola era um elemento primordial nas articulações que davam forma aos espaços econômicos coloniais, incluindo o comércio intercolonial e atlântico. Este traço, que é evidente no caso das colônias afro-americanas de **plantation**, se aplica inclusive à “brecha camponesa” consentida aos escravos no marco do sistema escravista, como vimos; e também a muitas comunidades indígenas: assim, os índios de Huarochiri enviavam bois ao mercado de Lima e ao de Cerro del Pasco; os do lago Titicaca vendiam lã, carne e víveres às minas de Potosi; as comunidades de Oaxaca (México) e da Guatemala produziam uma tintura, a cochonilha, destinada à exportação, etc.

A vinculação minas/fazendas — que não excluiu, eventualmente, conflitos pela disputa da mão-de-obra indígena —

18 CARDOSO, Agricultura... cap. IV.

19 MINTZ, Sydney W. *Caribbean transformations*. Chicago, Aldine, 1974.

constitui um dos elementos fundamentais na articulação do espaço econômico em diversas regiões coloniais hispano-americanas (México, Nova Granada, Peru e Alto Peru) e no Brasil do século XVIII. No caso mexicano, François Chevalier vinculou ao declínio da mineração a expansão dos latifúndios no século XVII. Tal tese foi discutida, nuançada e mesmo repelida; mas todos os autores que participaram no debate mostraram que muitos donos de minas também possuíam fazendas, e que de alguma maneira os destinos das minas e da agricultura estiveram ligados estreitamente na Nova Espanha (especialmente na colonização da região do Bajío, a noroeste da Cidade do México)²⁰. Na América do Sul, a mineração de Potosi criou numerosos fluxos comerciais: Potosi recebia chocolate e açúcar do Peru, coca e lã de La Paz, açúcar e cacau de Charcas, erva-mate do Paraguai, mulas de Entre-Rios, etc.

A economia de *plantation* também gerou às vezes zonas produtivas subsidiárias. No Brasil, por exemplo, os latifúndios do gado no interior do Nordeste forneciam às *plantations* açucareiras da costa animais de tiro, couro e carne. O ciclo do ouro gerou também atividades subsidiárias de subsistência, nas próprias zonas onde estavam localizadas as minas (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso) e no sul da colônia, onde no século XVIII se desenvolveu a produção de charque para consumo dos escravos e de mulas para o transporte. As Antilhas se vinculavam às treze colônias inglesas da América do Norte e com a África através de um comércio triangular bem conhecido.

De um modo geral, as exportações agrícolas da América colonial para a Europa receberam maior atenção dos historiadores do que os problemas locais de abastecimento e o comércio intercolonial. Este último conheceu, durante a crise espanhola do século XVII, um grande impulso, que se confirmou durante boa parte do século seguinte. O México consumia cacau de Caracas e de Guaiaquil; já mencionamos que em Potosi confluíam produções agrícolas de diversas regiões; o trigo chileno tinha seu mercado no Peru; os escravos brasileiros e antilhanos comiam charque do Rio da Prata²¹.

20 CHEVALIER, François. *La formación de los grandes latifundios en México*. México, Problemas Agrícolas e Industriales de México, 1956. Ver também os volumes editados por Florescano e Keith (notas 10 e 15 supra).

21 LINHARES, Maria Yedda L. *História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília, Ministério da Agricultura, 1979; BRADING, D.A. *El mercantilismo ibérico y el crecimiento económico en la América Latina del siglo XVIII*. In: FLORESCANO, E., ed. *Ensayos sobre el desarrollo económico de México y América Latina: (1500-1975)*. México, Fondo de Cultura Económica, 1979, p. 293-314.

5. Conclusão

É impossível exagerar a importância das atividades agropecuárias, setor majoritário da economia da América Latina e do Caribe coloniais, na formação das sociedades do continente. Como diz Rolando Mellafe, falando do México — e isto se aplica igualmente a muitas regiões das Américas —, o proprietário de terras era não só o dono do solo como também juiz, governador, chefe militar, às vezes também dono de minas e comerciante: era o centro do poder nas áreas rurais.

As relações de produção desenvolvidas nas fazendas e **plantations** tinham tal peso que, no século XIX, não só persistiram em grande parte, como inclusive “ruralizaram” atividades tipicamente urbanas, como foi mostrado por A. Barros de Castro no caso do Brasil. Isto também aconteceu no México, onde as fábricas têxteis do século passado tiveram suas **tiendas de raya**, cárceres privados e vários outros traços da tradicional fazenda mexicana (sem excluir o estilo dos edifícios) ²².

Se hoje em dia existem nos países latino-americanos e antilhanos um “problema indígena” e um “problema negro”, as raízes reais de tais questões são tais que sua compreensão adequada supõe, entre outras coisas, percorrer as fazendas, **plantations**, comunidades indígenas e quilombos que povoaram o setor rural da América colonial: isto é, o setor em que viveram e trabalharam os homens e mulheres que constituíram a maioria absoluta da população colonial do continente.

22 MELLAFE, Rolando. Agricultura e historia colonial hispanoamericana. In: JARA, A. et alii. Temas de história económica hispanoamericana. Paris, Mouton, 1965. p. 23-32; CASTRO, Antonio Barros de. Sete ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro, Forense, 1969. v. 1, cap. 3; CARDOSO, Ciro F.S., ed. México en el siglo XIX; (1821-1910). México, Nueva Imagen, 1980. cap. V e XIII.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BRADING, D.A. El mercantilismo ibérico y el crecimiento económico en la América Latina del siglo XVIII. In: FLORESCANO, E., ed. **Ensayos sobre el desarrollo económico de México y América Latina; (1500-1975)**. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1979. p.293-314.
- 2 CARDOSO, Ciro F.S. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis, Vozes, 1979.
- 3 ———, ed. **México en el siglo XIX; (1821-1910)**. Mexico, Nueva Imagen, 1980.
- 4 ——— & BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Centroamérica y la economía occidental**. San José, Universidad de Costa Rica, 1977.
- 5 ——— & ———. **História económica de América Latina**. Barcelona, Crítica 1979. v.1.
- 6 CASTRO, Antonio Barros de. **Sete ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro, Forense, 1969. v.1.
- 7 CHAUNU, Pierre. **Histoire science sociale**. Paris, SEDES, 1974.
- 8 CHEVALIER, François. **La formación de los grandes latifundios en México**. México, Problemas Agrícolas e Industriales de México, 1956.
- 9 FLORESCANO, Enrique. **Estructuras y problemas agrarios de México; (1500-1821)**. Mexico, Era, 1976.
- 10 ———, ed. **Haciendas, latifundios y plantaciones en América Latina**. México, Siglo XXI, 1975.
- 11 GARAVAGLIA, Juan Carlos. Un modo de producción subsidiário. **Cuadernos de Pasado y Presente (40):161-92**, 1977.
- 12 HARRIS, Marvin. **Raza y trabajo en América**. Buenos Aires, Siglo Veinte, 1973.
- 13 KEITH, Robert G. **Haciendas and plantations in Latin American history**. New York, Holmes & Meier, 1977.
- 14 KNOETZKE, Richard. **América Latina II; la época colonial**. Madrid, Siglo XXI, 1971.
- 15 LE RIVEREND, Julio. Problemas del régimen de apropiación de la tierra. In: MIRANDA, J. et alii. **Historia y sociedade en el mundo de habla española**, México, Colegiode México, 1970, p.79-94.
- 16 LINHARES, Maria Yedda. **História do abastecimento; uma problemática em questão**. Brasília, Ministério da Agricultura, 1979.

- 17 ——— & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- 18 MATOS MAR, ed. **La hacienda, la comunidad y el campesino en el Peru**. Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 1976.
- 19 MELLAFE, Rolando. Agricultura e historia colonial hispanoamericana. In: JARA, A. et alii. **Temas de história económica hispanoamericana**. Paris, Mouton, 1965. p.23-32.
- 20 MINTZ, Sidney W. **Caribbean transformations**. Chicago, Aldine, 1974.
- 21 MORIN, Claude. Notas de aulas dadas na Universidade de Montréal. Mimeografado.
- 22 RILEY, James D. **Hacendados jesuitas en México**. México, Secretaria de Educación Pública, 1976.
- 23 VERLINDEN, Charles. **Précédents médiévaux de la colonie en Amérique**. Mexico, Ed. Fournier, 1954.
- 24 VILLAMARIN, Juan & VILLAMARIN, Judith. **Indian labor in mainland colonial Spanish America**. Newark, University of Delaware, 1975.
- 25 ZAVALA, Silvio. Indigènes et colonisateurs dans l'histoire d'Amérique. **Cahiers de l'Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine** (6):7-25, 1964.

SUPER-8 PARANAENSE: ELEMENTOS PARA UMA HISTÓRIA

DENISE BOTTMANN

Bacharel em História pela UFPR. Mestranda em
História na UNICAMP.

Um filme de curta-metragem não tem tempo de **pensar**. E, nessa medida, ele faz parte daquele cinema impuro, durante tanto tempo desejado por André Bazin. Aliás, com razão, pois — a partir de sua própria impureza — permite, de modo inverso, a numerosos cineastas darem prova de seu talento. Assim sendo, o curta-metragem, de certo modo, é útil ao cinema. Todavia, o é, como os anticorpos o são à Medicina. Pois, se ele é sempre cinema, o é, de início porque é anticinema.

Jean-Luc Godard

Introdução

Este trabalho corresponde ao levantamento e tratamento de dados sobre filmes realizados em super-8 no Paraná, a partir da data dos primeiros festivais (1973) até 1980, ano em que se iniciou a pesquisa. A hipótese de base é a de que o super-8 se constitui numa área de produção cultural com uma dinâmica até certo ponto própria. Assim, interessei-me pelos filmes realizados por superoitistas independentes, não levando em conta a produção em super-8 dentro do circuito oficial e do circuito didático.

Vários fatores podem justificar essa proposta. Alguns são mais objetivos, outros mais subjetivos. Dentre os primeiros, um parece ser predominante: são paranaenses alguns dos superoitistas mais premiados do país, e a sua obra está reconhecidamente entre as melhores e mais regulares do conjunto do super-8 nacional. Esse seria inicialmente um indicador mais ou menos seguro de que o super-8 paranaense efetivamente existe e ocupa um espaço dentro do processo de desenvolvimento do super-8 brasileiro. Outro fator objetivo,

ainda que um tanto polêmico, refere-se às maiores possibilidades de investigação da linguagem cinematográfica dentro da bitola, em comparação às outras. Trata-se, vista desse ângulo, de uma escolha que privilegia os momentos de experimentação e de pesquisa na produção cultural, mais do que a função imediatamente político-social do cinema. Outro fator influente na escolha se refere antes ao trabalho historiográfico do que à produção cinematográfica. É já uma velha batalha a tentativa de erigir a película filmada em "fonte histórica". Por motivos nem sempre muito claros, parece haver entre os historiadores uma certa indiferença em relação aos filmes enquanto documento, uma certa facilidade em considerá-los documento apenas quando são documentários. Assim, propor um tema ligado à produção cultural significa não só atribuir um determinado valor a esta produção dentro da sociedade, como também tentar resgatar a sua própria forma de expressão (no caso, a película filmada) como fonte de primeira valia para a pesquisa das diversas formas de consciência social que compõem um processo histórico.

Ainda que justificar a construção do tema a partir desses pressupostos seja um tanto abstrato, parece-me que a paciência do historiador deve necessariamente enfrentar a defasagem entre princípios mais gerais e minúcias do cotidiano, a defasagem entre "produção cultural" pensada genericamente e as pequenas tramas e precariedades de fato. Assim, não é constrangedor que aqui se diga que, desde o projeto inicial até o momento de sua redação, muita coisa aconteceu, muitas irregularidades, falhas e dificuldades. De um projeto que, no início, pretendia abarcar toda a produção em super-8 realizada no Paraná, para a partir daí tentar analisar e propor uma leitura do processo em curso, vi-me sucessivamente obrigada a reduzir a área de pesquisa para limites cada vez mais estreitos, até me reduzir a Curitiba e a formulações bem mais modestas. Após algum tempo de pesquisa, conservo ainda uma convicção: a hipótese de base é intuitivamente correta, passível de ser desdobrada e problematizada. Tanto isso me parece verdadeiro que, a partir das pesquisas, tirei como conclusão o fato de que o super-8 é um território de criação mais ou menos precário, mas possibilita o surgimento de expressões individuais capazes de integrar o discurso cinematográfico em geral. Obviamente, pelas pressões sofridas pelo cinema, ninguém pretende ser um superoitista pelo resto da vida. É aí que o super-8 se define como espaço de aprendizagem: quem quer, experimenta; vê se dá; se der, assume; se não der, abandona. Ou seja, o super-8 pode ser, e é, um espaço de experimentação mas também de aprendizagem da

linguagem e da expressividade do cinema para o indivíduo, como opção de vida e como elemento de uma produção cultural mais ampla. Isso, no entanto, não significa de modo algum encarar a bitola como uma bitola amadora, “inferior” ou seja o que for. Pelo contrário, um dos pressupostos do tema é justamente a ênfase na especificidade do super-8, na sua capacidade de propor coisas novas, de repensar (mesmo modestamente) o que é cinema, de aprender auto-suficientemente toda a história do cinema, desde a decupagem clássica até o experimentalismo mais imediato.

Mas esses são os pressupostos que fundamentam a escolha. Não se explicitam na redação do texto. O resultado desse primeiro levantamento constrói-se de uma forma bastante simples e mesmo falha, o que será visível por qualquer superoitista ou cinéfilo que o ler. Um dos poucos méritos, ainda que restrito, seria o de apresentar alguns elementos sistematizados para aquele curioso que gostaria de conhecer dados sobre o tema. Outro possível mérito, a meu ver, consistiria na tentativa de elevar à categoria de “tema” algo geralmente considerado “menor”, de considerar história algo que as estruturas sociais abrigam como “diversão pequena”, de eventualmente fornecer subsídios iniciais para algum trabalho posterior, mais sistemático e aprofundado.

Fontes e Metodologia

O levantamento dos dados concernentes ao tema fez-se principalmente a partir das fontes escritas (arquivos, jornais e revistas). Foram recolhidos também depoimentos orais dos próprios realizadores. Para os depoimentos orais, foram elaborados dois modelos de fichas, um referente aos dados sobre o realizador e outro referente aos dados do filme realizado. Foi elaborado ainda um roteiro básico de entrevistas. No caso de Fernando Severo e Francisco Alves dos Santos, os depoimentos foram dados em forma de entrevista gravada, com roteiro bastante amplo, posteriormente transcrita para o papel. A escolha desses dois nomes em especial atendia à estruturação do trabalho, na medida em que tentei configurar um processo de desenvolvimento dentro da produção superoitista paranaense. Francisco Alves dos Santos, enquanto crítico e cineasta — ainda que não superoitista —, é um dos poucos indivíduos no Paraná, além de Hugo Mengarelli, Sílvio Back e Valêncio Xavier, que têm uma visão do que seja tal processo, e me baseei em sua proposta dos “três momentos” para configurar o conjunto do super-8 local. Tendo acompanhado a produção do super-8 desde o seu começo, Francisco Alves

dos Santos é responsável pela cobertura e pelos textos de análise mais sistemáticos de que há notícia na imprensa paranaense. Já Fernando Severo foi considerado neste trabalho, ao lado de outros nomes como Irmãos Wagner, como expressão mais clara do nível de qualidade e maturidade que atingiu o super-8 nos últimos anos. Além disso, na escolha de seu nome pesou outro fator: a criação em termos experimentais de filmes com elevado grau de elaboração conceitual.

Na pesquisa em arquivos, jornais e revistas, usou-se a técnica tradicional do levantamento e transcrição dos dados em fichas adequadas. Os arquivos consultados foram os pertencentes às entidades oficiais que apresentam atividades na área do super-8: Cinemateca do Museu Guido Viaro (CMGV), vinculada à Fundação Cultural de Curitiba (FCC); Central de Produções de Filmes Didáticos (CPFD), órgão do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET); Museu da Imagem e do Som (MIS), vinculado à Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte (SECE).^{*} As revistas consultadas foram **Cultura**, **Pólo Cultural**, **Panorama e Atenção**, além de boletins e revistas de duração e tiragem reduzidas. Os jornais consultados foram **A Voz do Paraná**, **Correio de Notícias** e **Gazeta do Povo**.

Desta consulta a arquivos e imprensa, ficou nítida a precariedade de uma memória do super-8. É impressionante a defasagem entre os dados registrados acerca de um evento qualquer (um festival, p.ex.), quando comparados entre um jornal e outro, entre um jornal e dados de arquivos, entre o mesmo jornal num dia e em outro dia. É impressionante ainda a irregularidade na cobertura dos eventos, mesmo quando de repercussão bastante ampla. Os jornais parecem ter incluído festivais e mostras em sua pauta apenas de 1977 em diante. Mesmo assim, a cobertura é falha, e várias vezes a divulgação de um evento não é concluída. Assim, alguns festivais têm divulgação e cobertura nos seus primeiros dias de realização, mas o encerramento e as premiações não são noticiados. É impressionante igualmente o absentismo da imprensa nos momentos mais marcantes da história do super-8 local. Nessa panorama, dois contornos ficam claros: de um lado, coberturas inteiramente deficientes, irregulares (ainda que haja notícia nos próprios jornais de que a ausência de dados se deve à desorganização das entidades promotoras dos eventos), e muitas vezes pautadas por interesses outros, dentro de uma concepção jornalística de "columismo social", onde os superoitistas são "agraciados" com matérias e no-

* Serão estas as siglas usadas daqui por diante.

tícias ao lado de acontecimentos familiares e sociais locais. De outro lado, há a seriedade com que alguns jornalistas e cineastas tentam dar uma cobertura sistemática, com análise crítica, ao movimento superoitista. São poucos, e repito aqui alguns nomes: Francisco Alves dos Santos, Hugo Mengarelli, eventualmente Aramis Millarch e Valêncio Xavier. Somente graças a esses artigos é que se torna possível uma visão de conjunto de processo, é que se torna possível o reconhecimento de que o super-8 paranaense existe. Assim, os dois contornos (concepção jornalística pautada por interesses imediatistas, e iniciativas individuais que acompanham o movimento) permeiam todas as fontes consultadas. Além desse problema, a consulta à imprensa apresenta outros: irregularidade de publicações (**Panorama, Correio de Notícias, Pólo**), variações na linha de publicação dos jornais (**Voz do Paraná, Correio de Notícias**) etc.

Ainda na consulta a fontes escritas, uma grave deficiência se encontra nos arquivos. O único que apresenta regularidade, e apenas a partir de 1977, é o da CPFD/CEFET. O arquivo da CMGV, possivelmente pelas condições de precariedade em que a Cinemateca tenta sobreviver, mal pode ser considerado um arquivo. Em todas as suas pastas, com mais de mil documentos, não foi encontrado um único que dissesse respeito ao super-8, com exceção de um programa mimeografado divulgando as exposições daquela semana, onde constavam alguns filmes super-8 paranaenses. Assim, a coleta dos dados referentes às atividades da CMGV, em termos de super-8, foi feita a partir dos relatórios anuais encaminhados à FCC. O arquivo do MIS apresenta bastante documentação sobre super-8, mas sem ordenação, seja cronológica, seja temática, dos milhares de documentos que contém. Naturalmente, um trabalho mais aprofundado deve levar em conta os arquivos pessoais, que em geral contêm documentos recolhidos em jornais e revistas de todo o país.

O conjunto da documentação registrada abarca tudo o que, direta ou indiretamente, foi publicado nas fontes citadas a respeito do super-8 local, e, quando necessário, do super-8 nacional e/ou em geral. Tal conjunto foi posteriormente arrolado e classificado de acordo com as necessidades da pesquisa, e encontra-se à disposição de quem o queira conhecer, no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

I. Características da Produção em Super-8

O sistema super-8 data de 1965, quando foi lançado no mercado pela primeira vez nos Estados Unidos. A definição técnica do super-8 pode ser resumida nos seguintes termos: "O filme super-8 é o antigo formato de 8 milímetros em nova versão (aumentando em 50% a área de imagem — DB), com uma área maior para imagem e menor para perfuração. O filme de 8 milímetros tinha uma perfuração por fotograma, situada entre cada imagem, à esquerda da película. O super-8 continua com uma perfuração por fotograma, bem centrada no meio do quadro, mas à direita da imagem. Tanto no super-8 como nos demais formatos, essa perfuração é que movimenta o filme no projetor. A partir daí, o super-8 tem características próprias com diferenças na câmera de filmar, na sonorização e no projetor"¹.

Ao longo desses quinze anos, o uso do super-8 se generalizou e se alastrou por todo o mundo. No Brasil, introduzido nos anos 70, o super-8, na área que nos interessa aqui (isto é, produção cultural), passa a ter maior divulgação e se torna um movimento expressivo a partir da realização de festivais dedicados, especificamente ou não, à bitola.² É fácil compreender a amplitude que a produção super-8 adquiriu nesses anos se se levarem em conta duas características fundamentais: baixo custo da produção e maior margem de experimentação e pesquisa de linguagem. Um curta em super-8 é pelo menos cinco vezes mais barato do que um em 16mm, e pelo menos vinte vezes mais barato do que um em 35mm, isso sem contar com um dado básico: o equipamento (câmera, editor, coladeira, projetor etc.) é igualmente acessível para as faixas de renda média. A posse dos meios de produção é um fator determinante para a existência de um movimento em super-8. É também a posse dos meios de produção e o baixo custo da bitola que podem explicar o grau de liberdade e de autonomia na criação. Assim, a maior margem de experimentação cinematográfica é que nos permite falar numa "linguagem própria" do super-8. Deve-se notar ainda que as limitações técnicas do super-8 têm sido enormemente superadas, com o aperfeiçoamento do equipamento, o que denota a existência de um mercado consumidor do super-8, mesmo em suas versões mais sofisticadas, de alto nível profissional. Então, se uma criação em super-8 pode contar com recursos muito desenvolvidos, a custo relativamente baixo e com possibilidade de manipulação direta do material, sem as exigên-

1 SUPEROITO: mais forte e mais vivo. *Panorama* (225) : 21-3, abr. 1975.

2 Esta questão será retomada mais adiante.

cias de um circuito comercial, de distribuição em grandes circuitos etc., ela pode apresentar um perfil próprio, destacado das produções em 16 e 35mm. Repetimos aqui que isso não significa de modo algum que a bitola seja “amadora”, “inferior” às bitolas comerciais. É justamente o alto nível de desenvolvimento técnico do super-8 que garante uma equiparação da qualidade de seus filmes à qualidade das outras bitolas. Ainda que o circuito do super-8 seja, no Brasil, muito restrito e freqüentado, em geral, apenas pelos aficcionados, ainda que a maior parte, digamos mesmo a maioria esmagadora, das produções apresente um baixo nível técnico e temático, ainda que em geral o super-8 seja apenas uma experiência transitória ou um trampolim para filmes em 16 e 35mm, é importante frisar que o super-8 tem características próprias, pode apresentar um discurso autônomo e configurar um território de criação cultural muito fértil. As possibilidades existem e são concretas.³ Agora, o jogo do mercado, as pressões e exigências dos grandes circuitos, as preferências dos próprios espectadores em favor de uma linguagem já deglutida, já conhecida e facilmente assimilável, a inexistência de uma política cultural oficial dirigida a produções “alternativas”, a centralização dos poderes e a homogeneização dos padrões de consumo acabam por transformar tais possibilidades em limitações, e por transformar aquele possível território fértil num gueto muitas vezes intolerável para os próprios superoitistas.

Assim se cria também uma espécie de mecanismo seletivo. Expliquemo-nos: o super-8 é uma bitola bastante descompromissada, de fácil acesso para as classes médias⁴, permitindo um grande afluxo de interessados e gerando um grande número de realizadores. Ora, é essa mesma facilidade de produção, inteiramente isolada dos circuitos da reprodução e retro-alimentação do público⁵, que contribui para transformá-lo, entre os próprios superoitistas, numa espécie de diversão ou passatempo. Essa é uma das outras características do super-8: se pudéssemos falar dos superoitistas como um conjunto, uma categoria definida, diríamos que aquele “mecanismo seletivo” induz a um altíssimo índice de rotatividade. Isto é, se centenas de pessoas num determinado ano passam a produzir em super-8, por outro lado pelo menos o mesmo tanto de pessoas deixa de produzir, e às vezes abandona definitiva-

3 A respeito ver a entrevista de Abrão BERMAN. Super-8 é bitola que preservará a memória nacional. *Voz do Paraná*, Curitiba, 7 maio 1977. p. 7-8.

4 No caso de uma política cultural mais aberta e ligada aos interesses populares, o super-8 poderia se tornar um instrumento privilegiado de transformações culturais.

5 Sobre a importância do processo de *feed-back* para a dinâmica cultural, ver, de Hugo MENGARELLI, Super-8: uma possibilidade ainda não compreendida. *Panorama* (249): 43-5. set. 1977. O mesmo artigo ainda traz um esboço da história do super-8.

mente a câmera. São muitos milhares de indivíduos que têm um ou dois filmes guardados em casa, e são poucos os que têm uma produção mais ou menos sistemática, ao longo de alguns anos.⁶ Essa outra característica dificulta extremamente um trabalho de recolha e de ordenação de material sobre o assunto. É quase impossível a construção de uma memória do super-8 que dê conta das inúmeras iniciativas individuais. E, por outro lado, uma memória que preserve apenas os momentos mais significativos, e portanto mais acessíveis, deixará de lado inevitavelmente o conjunto de condições intrínsecas ao movimento que ajudaria a explicar o surgimento desses mesmos movimentos.

Assim, poderíamos dizer do super-8: acessível, tecnicamente desenvolvido, aberto para pesquisa e experimentação; isolado, sujeito a pressões de todos os tipos, limitado pelo "gosto do público"; precário, com realizações transitórias, de perfil irregular e desníveis de qualidade.

Festivais

A partir do rápido esboço das principais características do super-8, é possível entender o papel dos festivais para o movimento. Iniciados em 1973, passaram a congregiar, mais ou menos regularmente, centenas de realizadores de todo o país. O festival é o local por excelência do super-8 como criação cultural, e se constitui na prática como o seu circuito específico de exibição. Na medida em que as portas da grande divulgação lhe estão fechadas, nunca é demais enfatizar a importância dos festivais para a existência do super-8 como movimento crítico. Genericamente, pode-se dizer que é aí que ocorrem os debates, consagram-se boas produções, trava-se conhecimento das produções de outros estados, toma-se contato com novas propostas, forja-se, enfim, o espaço de circulação de idéias e de formação/informação a respeito do movimento.

Naturalmente, na avaliação da importância dos festivais há vários pontos que deveriam ser considerados: desde os problemas de organização de uma rede de contatos, elaboração de orçamentos, previsão de custos, arrecadação de subsí-

6 O momento social em que surge no Brasil o super-8, momento este que, de algum modo, se estende até 1980, pode ajudar a explicar os padrões de consumo que regiam os interesses das camadas médias. A política econômica do governo, centrada na produção de bens de consumo duráveis, com elevado grau tecnológico (automóveis, eletrodomésticos e área fotográfica, entre outros), foi um fator de forte estímulo para a penetração das câmeras de super-8 entre aqueles setores sociais. Assim, a alta rotatividade, o diversionismo com que é encarada a bitola seguem-se na esteira de tal modelo de desenvolvimento. Esta relação é extremamente mediata e complexa e seria impossível dar conta de suas implicações no âmbito deste trabalho. Ver a respeito, o livro de Heloisa Buarque de HOLLANDA, *Impressões de viagem*. São Paulo, Brasiliense, 1979.

dios, composição de júri, divulgação do certame a nível regional e/ou nacional, estabelecimento de normas e critérios de seleção, julgamento, classificação e premiação, até os inúmeros jogos internos de poder, os interesses de grupos, a manipulação tendenciosa de critérios e a própria fragilidade intrínseca de sua realização. Assim, não é de surpreender a efemeridade de muitos festivais. Alguns não passam da primeira realização, outros mantêm uma periodicidade sempre ameaçada por contingências mais ou menos imprevisíveis, outros se reduzem a mostras que ocorrem paralelamente a festivais dedicados a filmes de bitola comercial. O que parece caracterizar o festival especificamente dedicado ao super-8 é a sua transitoriedade.

No caso do Paraná, de acordo com os dados obtidos, houve quatro empreendimentos mais significativos, a saber: o Festival Brasileiro de Filme Super-8 (1974-75), a Mostra Nacional do Filme Super-8 (1975-79), o Festival do Filme Super-8 (1977) e a Mostra do Filme Superoito da Região Sul — Abertura 8 (1980).⁷ Dentre esses quatro empreendimentos, dois têm destacada importância para o desenvolvimento das produções superoitistas: o Festival Brasileiro, sob iniciativa e coordenação de *Silvio Back*, realizado tanto em 1974 como em 1975 no pequeno auditório do Teatro Guaíra, e a Mostra Nacional, promovida ao longo de cinco anos pela ex-Escola Técnica Federal do Paraná (atual CEFET) sob coordenação de Rosane Câmara.

O primeiro empreendimento é o marco inicial do super-8 no Paraná, e sua importância se refere mais ao seu pioneirismo do que propriamente ao nível dos filmes ali apresentados. Já a Mostra tornou-se o principal referencial de exibição de novos filmes e revelação de novos cineastas. A trajetória acidentada das cinco mostras será avaliada adiante. O Festival de 1977, por sua vez, pode ser considerado significativo por corresponder à iniciativa de um grupo independente de cineastas superoitistas (Profilme), com apoio da CMGV. Abertura-8 foi promovido pelo MIS, graças à iniciativa do Grupo Experimental de Cinema Primeiro Plano e ABD-Pr (Associação Brasileira de Documentaristas — seção Paraná). Além disso, foi o único certame competitivo acontecido no Paraná em 1980, demonstrando assim a resistência do super-8 mesmo frente à extinção de realizações de exclusiva tutela oficial.

7 Não tive acesso aos dados relativos aos festivais e mostras do interior (por ex., Londrina e Ponta Grossa). Na imprensa há apenas pequenas notas informando data e local das realizações.

No âmbito de promoções competitivas, além desses certames já citados, registraram-se outras iniciativas, como: Concurso de Poigrafia e FENAH (Feira Nacional de Humor), ambos promovidos pela FCC, em 80. No entanto, ambas foram promoções mais abrangentes, que incluíram a participação de trabalhos em literatura, pintura, escultura, teatro e charges.

No âmbito de promoções não-competitivas, há notícias de semanas dedicadas ao super-8, promovidas pelas mais diversas entidades, tais como cinemateca, cineclubes, diretórios e centros acadêmicos, associações de classe, institutos culturais. Este é um campo onde as iniciativas são irregulares e esporádicas, e cuja importância para o super-8 é difícil de ser avaliada.

A seguir, traçarei um rápido esboço de cada um desses quatro festivais especificamente dedicados à bitola.

1. O 1.º e o 2.º Festivais Brasileiros de Filme Super-8, conforme já se disse, foram realizados em 1974 e 1975, com coordenação de Sílvio Back e promoção da Fundação Teatro Guaíra.

O 1.º Festival, com temática e duração livres, sem seleção prévia, contou com quase uma centena de filmes e contou com o slogan "Vida ao Super-8". Entre os premiados, houve três nomes paranaenses: Ivens Fontoura (Curitiba), José Augusto Iwersen (Curitiba) e Wellington Carlos Soares (Maringá), sendo que estes dois últimos receberam prêmios de incentivo. Segundo a avaliação de seu coordenador, esse festival acabou por se constituir num divisor de águas entre os festivais anteriores (realizados em 1973 no eixo Rio-São Paulo) e os posteriores, caracterizando o super-8 como uma bitola com vida própria. Aponta Sílvio Back que esse primeiro festival questionava "o próprio consenso adquirido pela bitola e também quanto a suas pretensões de linguagem e incursões por um cinema de propostas"⁸. No entanto, lado a lado com essa efervescência crítica aí verificada, "o super-8 visto em Curitiba deu a nítida impressão de que, por inocência ou alienação, mesmo da maioria de seus autores, ignora quase todo o complexo econômico cultural opressivo que envolve nosso cinema"⁹. Em 1975, considerava-se que esse festival, dentre todos os que haviam surgido no Brasil a partir de 1973, fora o mais expressivo deles¹⁰.

8 Super 8 vida nova, depoimento de Sílvio BACK a Filme Cultura (26) : 46-7, set. 1974.

9 BACK, p. 46-7.

10 SUPEROITO: mais forte e mais vivo, p. 21.

O 2.º Festival contou com menos de 90 inscritos, e foi unanimemente considerado muito inferior ao 1.º Festival, tanto em qualidade técnica como em qualidade temática. Apresentou maior ecletismo, com realizações documentais turísticas familiares, chegando a acontecer tumulto entre o público (vaias, protestos etc.). No entanto, segundo documento da época, esse 2.º Festival, apesar de tudo, ainda conseguiu manter “em pauta a nova linguagem do super-8, aprofundou questões, incentivou a produção e mostrou perspectivas”¹¹. Os premiados paranaenses foram Wellington Carlos Soares, Dalva Gapinski e Benedito Pires. Na categoria infanto-juvenil, foi premiada Jucemir Zancheti (Londrina), e recebeu prêmio de incentivo Ciro Mattoso (Paranaguá).

2. As mostras realizadas pelo CEFET compõem uma trajetória irregular. A 1.ª Mostra ocorre em 1975, com a denominação de 1.ª Mostra Internacional do Filme Super-8. O CEFET suspende suas promoções em 1979, quando já haviam adquirido uma certa permanência entre os festivais mais importantes do país.

Nos seus cinco anos de existência, as mostras do CEFET defrontaram-se com um problema de base. Pensadas como forma de incentivo e divulgação da produção de filmes didáticos, desde o primeiro certame o caráter do conjunto dos filmes concorrentes mostrou-se predominantemente ficcional, e mesmo experimental. Assim, a coordenação das mostras rapidamente considerou que os objetivos propostos em seus projetos não estavam se cumprindo. Essa defasagem entre objetivos postos e resultados obtidos evidenciou-se desde 1975, e em virtude deste fato a mostra do ano seguinte mudou seu caráter. Denominou-se 1.ª Mostra Nacional do Filme Documentário (1976), alterou seu regulamento e as categorias de inscrição, e ampliou o certame às bitolas 16 e 35mm. Foi escassamente divulgada e teve pequena repercussão. O relativo fracasso desta mostra exclusiva levou à retomada do projeto inicial. Assim, em 1977, o CEFET retoma a promoção de um festival dedicado especificamente ao super-8, em todas as suas categorias, reduzindo-o agora a nível nacional (e não mais internacional, como em 1975), e denominando-o III Mostra Nacional do Filme Super-8. A partir de então, os festivais mantiveram esse caráter aberto, mas sempre propondo “como objetivo principal incentivar cineastas amadores e profissionais à produção de filmes educati-

1 SUPEROITO: mais forte e mais vivo, p. 21-3.

12 Ver SANTOS, Francisco Alves dos. A mostra do Filme Documentário deixou a desejar. *Voz do Paraná*, Curitiba, 13 nov. 1976. p. 3.

vos que sejam realmente aproveitados no ensino dos 1.º, 2.º e 3.º graus”¹³.

Para se ter uma idéia da participação de filmes paranaenses nas mostras do CEFET, seguem-se alguns indicadores: em 1975, de um total aproximado de 60 inscritos¹⁴, 16 eram paranaenses, e destes apenas 1 (“Trabalhando em Linha Viva — 69 kV”, de Feliciano Arno Castilho) concorreu na categoria didático, sendo que os outros 15 se distribuíam entre experimental, estudantil, ficção e documentário. Em 1976, quando da mostra restrita a documentários e aberta a qualquer bitola, apenas 1 documentário paranaense inscreveu-se na bitola super-8 (“Lançamento de SSRN Proteu”, de Claudete Martim Cabaró). Já em 1977, de um total de 63 inscritos, 25 eram paranaenses, sendo 4 pertencentes à categoria didático e os outros 21 distribuídos entre documentário, ficção, estudantil e animação. Em 1978, quando o número de inscritos se elevou a 83, 32 eram paranaenses. Dentre eles, 14 eram didáticos e 18 inscreveram-se entre documentário, estudantil, animação e arte. Deve-se notar que o número relativamente alto de filmes didáticos correspondeu a um intenso trabalho realizado pelos próprios alunos do CEFET, que assim puderam concorrer com os filmes feitos em equipe sob coordenação de Hugo Mengarelli. Em 1979, ano do último festival promovido pelo CEFET, o número de inscritos subiu a 91, sendo 31 paranaenses, com 7 didáticos e 24 entre documentário, estudantil, arte e animação.

É a partir de 1977 que as mostras do CEFET adquirem contornos mais nítidos, tornando-se um dos principais pontos de encontro dos superoitistas de todo o país. A envergadura dessas mostras só é comparável à dos festivais promovidos pelo GRIFE (Grupo de Realizadores Independentes de Filmes Experimentais, São Paulo)¹⁵. A própria composição do júri (13 pessoas) da III Mostra Nacional do Filme Super-8 atesta os cuidados na organização do festival: dele participavam, entre outros, Marcos Margulies, Pola Vartuk, Newton Freire-Maia, Paulo Leminski, Valêncio Xavier, além de dois representantes discentes do CEFET. Na época, registraram-se reclamações contra falhas do festival: não havia à

13 Cf. Programa Oficial da V Mostra, 1979. Ver ainda *Correio de Notícias*, Curitiba, 1.º set. 1977. p. 11.

14 O material em arquivo no CEFET, referente à realização das amostras só está completo a partir de 1977. Em 1975 e 1976, o sistema de fichas de inscrição era mais ou menos improvisado, e faltam muitos dados, desde as próprias fichas de inscrição até composição do júri, documentação de jornais, resultados finais, etc.

15 A comparação aqui é feita entre festivais dedicados exclusivamente ao super-8. Há mostras muito importantes, como a Jornada do Curta-Metragem (Salvador, BA) e o Festival de Super-8 de Gramado (RS), paralelo ao “grande” festival. Quanto ao festival do GRIFE, que se realiza há nove anos consecutivos (1973-1981), infelizmente corre o risco de se extinguir, devido a uma série de pressões que vem sofrendo.

disposição da imprensa nenhuma relação dos filmes para exibição; várias entrevistas falharam, e o resultado final dos premiados não foi enviado aos jornais¹⁶. Dos premiados, houve cinco paranaenses: uma equipe do CEFET, com “Uma Viagem em Vitrais” (melhor didático), Irmãos Wagner, com “Ensaio” (melhor animação e 2.º didático), José Lorenzo (Londrina), com “Fausto 76” (ficção, menção honrosa) e Ciro Mattoso (Paranaguá), com “Um Estranho Mensageiro” (ficção, prêmio incentivo).

1978 marcou o início de posições críticas em relação à organização do festival do CEFET. Neste ano, surge o primeiro problema de maior repercussão nas mostras. “O Besouro”, filme inspirado em conto de Dalton Trevisan, realizado por uma equipe de estudantes do curso de Comunicação Social da Universidade Católica do Paraná, sob coordenação de Hugo Mengarelli, e inscrito na IV Mostra, até o último momento não tinha sido liberado pela Censura. Além de “O Besouro”, foram vetados “Branco e Preto” e “Nada Mais Disse, Nem lhe foi Perguntado”. “O Besouro” acabou sendo liberado enquanto os outros permaneciam vetados. Ao lado da censura e proibição desses dois filmes, a IV Mostra Nacional do Filme Super-8 instituiu seleção prévia dos filmes, tendo como critérios a adequação do filme aos objetivos da Mostra (“estimular a produção de filmes educativos e de documentários técnicos e científicos que contribuam para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem”, cf. projeto, regulamento e folheto de divulgação da IV Mostra), qualidade técnica do filme e adequação da temática à categoria em que o filme se inscreveu.

Assim, no dia da exibição em que estavam incluídos os filmes vetados, a comissão organizadora substituiu o seu tempo de projeção por outros dois filmes que não haviam sido previamente selecionados. O que desencadeou protestos do público, do júri oficial¹⁷ e do júri popular, foi o fato de que a comissão não prestara nenhum esclarecimento acerca de sua iniciativa nem acerca dos critérios de inclusão dos dois filmes anteriormente desclassificados. Paralelamente a este problema, o que provocou grande reação do público e da imprensa foram os próprios critérios de seleção prévia e de organização das projeções. Estas mostravam-se falhas, na me-

16 Cf. *Correio de Notícias*, Curitiba, 10 nov. 1977. p. 13. Talvez assim se explique a disparidade entre os dados extraídos da CPF/D/CEFET e os jornais da época (o *Correio de Notícias* de 1.º nov. 1977, por exemplo, acusava 69 inscritos, contra os 63 registrados pela CPF/D/CEFET, incluindo aí 15 paranaenses, contra os 25 indicados pela CPF/D/CEFET).

17 O júri em 1978 passou de 13 para 21 membros, incluindo Abrão Berman, André e Marcos Margulies, Pola Vartuk, Roberto Figurelli, Francisco Alves dos Santos, Ivens Fontoura, Aroldo Murá, José Augusto Iwersen, entre outros.

dida em que não havia nenhuma ficha que indicasse a formação dos diretores, produtores e fotógrafos, ocorrendo que, ao lado de filmes estudantis, eram apresentados filmes de profissionais (“Puro Sangue”). Mesmo um dos jurados se queixava de ser obrigado a assistir filmes semelhantes a álbuns de família em turismo (“Foz do Iguaçu”, de Adilson Teixeira). O *Correio de Notícias* comentava em 11-1178: “(...) ‘Foz do Iguaçu’ (...) trabalho feito para ser visto em casa pela família, pois até ‘adeusinhos’ (tipo televisão, gênero programa Silvio Santos) foram incluídos. As cataratas só ficaram olhando”.

As premiações neste ano, apesar de todas as críticas feitas às diversas falhas da organização, atingiram bons filmes. Os paranaenses premiados foram Ito Pedro de Souza (melhor didático, “Vida a 18.000° C”), Irmãos Wagner (melhor animação, “Cidade dos Executivos”), Antonio Carlos Domingues e Nelson Martins Jr. (melhor estudantil, “Caminhando”), equipe de estudantes da UCP sob coordenação de Hugo Mengarelli (melhor produção, “O Besouro”), equipe de estudantes da CPF/D/CEFET (melhor montagem, “Movimento Retilíneo”), Elisabeth Karam (prêmio incentivo, “Até Quando?”). Os Irmãos Wagner ganharam ainda como melhor filme da mostra, pelo júri popular, com “Foi Pena Q...” (animação).

1979 foi o ano mais concorrido e polêmico, redundando na extinção da Mostra Nacional do Filme Super-8. Vários fatores se conjugaram para tal. Entre eles, dois marcantes: de um lado, os critérios de seleção prévia que desclassificaram filmes excelentes, reconhecidos e premiados fora do Paraná (entre outros, “Aluminosa Espera do Apocalipse”, do Grupo Experimental Primeiro Plano, posteriormente incluído e vencedor da mesma Mostra; “Escura Maravilha”, de Fernando Severo; “Pudim de Morango”, dos Irmãos Wagner, e “O Mágico”, de uma equipe de estudantes da UCP, sob coordenação de Hugo Mengarelli); de outro lado, a atuação da ABD-Pr contra o arbítrio da comissão de seleção, através de manifestos e declarações à imprensa¹⁸. Os motivos apontados para a desclassificação dos quatro filmes citados mostraram-se inaceitáveis: em relação ao “Aluminosa...” e ao “Escura Maravilha”, a alegação foi a de que eram filmes herméticos e difíceis; quanto a “O Mágico”, foi a de que seu diretor era estrangeiro, o que o incompatibilizava com o caráter da mostra. A arbitrariedade deste último caso foi a tal ponto violenta que a reação do público e, em especial, da ABD quase

18 O papel da ABD-PR dentro do movimento super-8 será avaliado adiante.

comprometeu a realização do festival. Hugo Mengarelli, radicado há anos no Brasil, cineasta reconhecidamente competente, professor de cinema na UFPR e na UCP, responsável durante algum tempo, ao lado de José Augusto Iwersen, pelo funcionamento da Central de Produções de Filmes Didáticos do CEFET, foi enquadrado pela comissão de seleção na mais grotesca versão (*avant la lettre*) da famigerada lei dos estrangeiros, sendo excluído do festival. Francisco Alves dos Santos, um crítico de tom pouco agressivo nas suas colocações, comentou na época: "Lógico que deve haver alguma coisa atrás de tal rigorismo em relação ao filme 'O Mágico'"¹⁹. Em 1980, Alfredo Monclaro se referirá ao evento, comparando-o ao Abertura-8, nos seguintes termos: "(...) Ao contrário do que aconteceu no lamentável festival promovido pelo Centro Federal de Ensino Tecnológico, no ano passado, não houve protecionismo e intervenções contra um ou outro cineasta"²⁰.

Quanto à alegação de ordem "estética" para desclassificação dos outros três filmes, ela foi plenamente desmascarada pela atribuição do prêmio de melhor filme da mostra a um deles, o qual conseguiu ser incluído na seleção prévia, após muita discussão. É difícil deslindar a trama que levou a tal tipo de descaminho nos critérios, mas depoimentos e declarações da época atribuíam o fato à composição eclética e heterogênea da comissão de seleção. Mesmo a composição do júri oficial neste ano, ainda que mantendo bons nomes como Abrão Berman, Jairo Ferreira, Reinaldo Jardim, João Paes Loureiro, Francisco Alves dos Santos, apresentava alguns nomes não-vinculados à produção cultural e outros nomes reconhecidamente incompetentes no que diz respeito à compreensão da linguagem especificamente cinematográfica. Seria o caso de se investigar até que ponto a participação num júri oficial em mostras do CEFET havia se tornado uma questão de prestígio e um motivo de disputa entre grupos ligados ao poder paranaense.

A V Mostra caracterizou-se pela heterogeneidade do júri e da comissão de seleção, pelas posições profundamente arbitrárias dos critérios seletivos (coisa que já apontava em 1978), pela atitude autoritária contra os "estrangeiros", tomada de posição crítica da associação de classe dos cineastas em defesa dos vetados, pela discussão política dos rumos culturais paranaenses, pelo relativo silêncio da imprensa em torno do caso e, significativamente, pela substituição, ainda

¹⁹ V Mostra Superoitto: frustração compensada? *Voz do Paraná*, Curitiba, 23 nov. 1979. p. 2.

²⁰ Abertura 8 para os novos cineastas. *Voz do Paraná*, Curitiba, 29 fev. 1980. p. 3.

na época dos preparativos finais da mostra, no cargo de organizador do certame, da profa. Rosane Câmara pelo vice-diretor do CEFET, interinamente substituindo o diretor em suas funções. A V Mostra foi também a mostra de mais alto nível técnico e temático dentre os festivais do CEFET.

Seus premiados paranaenses atestam o nível que atingira a bitola entre os realizadores locais: Celso Luck (Paranaguá), com "Mané da Paz, Fabricante de Viola" (melhor filme e melhor documentário); Grupo Experimental Primeiro Plano (Rui Vazzaro, Fernando Severo e Peter Lorenzo), com "Aluminosa Espera do Apocalipse" (melhor estudantil e prêmio especial do júri); Claudiné Perina²¹, com "Era Uma Vez" (melhor arte); Ito Pedro de Souza, com "Geometria da Vida" (melhor didático); José Augusto Iwersen, com "Danielle, Carnaval e Cinzas" (menção honrosa, documentário) e "Doce Humanidade" (prêmio Kodak, documentário). O prêmio do júri popular foi para Claudiné Perina, e um prêmio-destaque para Rui Vazzaro, com "Vitrines".

A V Mostra mostrou a fragilidade das iniciativas oficiais em conviver com a polêmica e a crítica, encerrou as atividades competitivas em termos de super-8, devido ao autoritarismo intrínseco à sua estrutura organizativa, e com ela morreu o espaço paranaense, senão brasileiro, mais importante dedicado ao super-8.

3. O 1.º Festival Brasileiro do Filme Super-8, realizado em 1977 pelo grupo Profilme, possivelmente pode ser visto como uma reação ao caráter da mostra promovida pelo CEFET em 1976, que só abrigava filmes documentários. Este festival não teve continuidade, mas atesta a vitalidade do grupo que se formou em torno da CMGV²². O grupo Profilme extinguiu-se posteriormente, mas o festival por ele realizado aglutinou e premiou alguns dos nomes já conhecidos dentro do super-8: Irmãos Wagner (melhor filme, com "Garoto Levado", animação), Dalva Gapinski e Ciro Mattoso (Paranaguá). O festival teve pequeníssima cobertura pela imprensa e passou quase que despercebido pelo público. Dele participaram pouco mais de 25 inscritos. Hugo Mengarelli, num artigo da época, comentava a importância do grupo e entre parênteses levantava uma dúvida que logo se mostrou pertinente: "(...) transformando essa primeira experiência em um ato de fé e possibilidades de o movimento continuar

21 Claudiné Perina radicou-se em Curitiba em 1979. Em 1978, já concorrera e venceu na IV Mostra Nacional do Filme Super-8, com "Epílogo" (melhor filme). Não foi indicado anteriormente porque naquela época sua inscrição veio de Campinas, onde estava radicado.

22 Sobre a importância da CMGV para o conjunto do super-8 paranaense, ver adiante.

(isso também se receberem o apoio que em várias ocasiões lhe foi prometido)"²³.

4. A I Mostra do Filme Superoito da Região Sul — Abertura 8 (1980) foi incentivada pelo Grupo Experimental Primeiro Plano e ABD-Pr, e patrocinada pelo MIS/SECE. É possível encará-la também como uma reação aos descaminhos da mostra realizada pelo CEFET no ano anterior. Os acontecimentos de 1979, na referida mostra, colocaram questões de fundo e provocaram uma revisão crítica de uma série de pontos. Se de um lado os festivais do CEFET deixaram de existir, por outro lado a tentativa de se manter aberto o espaço para o super-8 levou os cineastas comprometidos com a defesa da bitola a assumirem iniciativas mais independentes. Assim, Abertura 8 excluiu deliberadamente qualquer forma de seleção prévia e indicou um júri composto apenas de pessoas ligadas ao cinema, tais como críticos, professores de cinema e cineastas. O Festival preocupou-se em dar uma visão retrospectiva do curta-metragem paranaense, desde Annibal Requião e J. Batista Groff até Irmãos Wagner e Hugo Mengarelli. As premiações eram múltiplas: escolha dos 10 filmes mais representativos; melhor fotografia, produção, montagem, direção, interpretação, trilha sonora original e sonorização; melhor proposta: social, sulina, experimental, jornalística, científica e infantil. Por falha organizativa, inicialmente não se incluiu melhor proposta em animação. Como não surgiu nenhum filme considerado à altura de melhor proposta jornalística, passou-se a atribuir tal prêmio à categoria animação. Dentre os 44 inscritos, os premiados paranaenses foram: Fernando Severo, com "Escura Maravilha" (melhor montagem e filme-destaque); Edson Ribeiro da Fonseca, com "Superfarofa" (melhor filme pelo júri popular); Grupo Experimental Primeiro Plano (com "Alumino-sa..."), melhor sonorização), Wilson Caminatti (melhor trilha sonora original), em "Pela Porta Verde", de Nivaldo Lopes; Celso Luck (Paranaguá), com "Mané da Paz..." (melhor proposta sulina); Peter Lorenzo, com "Um Cravo por Entre Cinzas" (melhor experimental); Irmãos Wagner, com "Metamorfose" (melhor científico); Ciro Mattoso (Paranaguá), com "Grazy na Terra do King-Kong" (melhor infantil); Irmãos Wagner, com "Foi Pena Q..." (melhor animação).

O fato de os filmes premiados em Abertura 8 já serem em sua maioria conhecidos e premiados em outras mostras decorre, talvez, da proximidade de datas entre os certames — a Mostra do CEFET ocorrera em novembro de 79, e Abertura 8 em fevereiro de 80.

23 MENGARELLI, p. 44.

Abertura-8 prometia ocupar o espaço deixado pelo CEFET, de uma forma mais aberta e com critérios gerais mais coerentes com uma bitola até certo ponto amadora. Infelizmente, talvez por razões internas ao MIS (mudança de direção e de orientação de suas atividades), essa iniciativa não teve continuidade.

Ficou claro, através da trajetória desses festivais, que a camisa-de-força imposta pelas entidades oficiais patrocinadoras à dinâmica própria desse tipo de evento prejudica enormemente qualquer projeto de continuidade e de desenvolvimento da produção cultural aí em causa. A melhor prova disso é o seguinte fato: 1981 não registrou nenhum certame competitivo a nível de super-8 no Paraná. O que é absolutamente lamentável e esterilizante.

O Papel das Entidades

Dentro do circuito oficial, são três as entidades responsáveis por atividades em super-8: MIS, CEFET e CMGV. O papel de cada uma delas é diverso. O MIS caracteriza-se pela sua pequena atuação na área. Internamente, a documentação de shows, eventos oficiais, inaugurações etc., é toda rodada em super-8, para o acervo da SECE. Embora seu arquivo seja razoavelmente documentado (ainda que não ordenado), o MIS não apresenta promoções de espécie alguma em termos de super-8. A única exceção registrou-se em 1980, com a realização do festival Abertura 8, do qual já se falou anteriormente. Como se viu, esse festival deve-se mais à iniciativa de um grupo de cineastas do que propriamente a uma linha de trabalho do Museu. Atualmente, ele se encontra em fase de reestruturação, não se sabendo ao certo o que daí advirá.²⁴

A CPFD do CEFET conta com um equipamento excelente, recebido do MEC, e atua na produção de filmes didáticos para uso em escolas. Como já foi dito, conta com o melhor arquivo sobre o super-8 paranaense, completo e sistematizado a partir de 1977. Conta com a coordenação da profa. Rosane Câmara e, antes dos acontecimentos relatados acerca da V Mostra, contava com a assessoria de profissionais do nível de José Augusto Iwersen e Hugo Mengarelli. A CPFD foi responsável pela realização das mostras mais importantes do Paraná. Ainda hoje, é a entidade com estrutura mais adequada para dinamizar a produção de super-8 em termos culturais.

24 Em 1982 já se sabe o que adveio: a sua desativação.

A CMGV é, dentre essas entidades oficiais, a que exerce o papel mais influente sobre o cinema paranaense. Fundada em 1975, sob direção de Valêncio Xavier, aglutina em torno de suas atividades a maioria dos aficcionados ao cinema. Ainda que seu papel seja polêmico, que sua direção seja alvo de inúmeras críticas, que a precariedade de suas condições materiais acabe por impedir um trabalho satisfatoriamente articulado, a Cinemateca é responsável pela formação e informação cinematográfica de praticamente todos os superoitistas locais. É a entidade que dá apoio material a produções, promove e exhibe filmes em super-8, abriga eventualmente grupos interessados em discussões (p.ex., Profilme). Seu papel é o principal no conjunto paranaense. A sua linha de atuação contudo não é muito clara e nem sempre isenta de clientelismo em relação a alguns realizadores. De qualquer forma, quer o superoitista esteja ligado à Cinemateca, quer desenvolva seu trabalho de forma inteiramente autônoma, a CMGV é o ponto de referência para os cineastas locais.

Quanto aos grupos, há dois que desenvolveram um trabalho significativo: o Profilme,²⁵ que durou até 1977/8, com realização de um festival em super-8, publicação de um periódico (TELA), reuniões semanais na CMGV (sábados à tarde). Sobre o Profilme, é possível consultar arquivos pessoais, além de algumas notícias esparsas na imprensa. O outro grupo, criado em 1979 e extinto em fins de 80, é o Grupo Experimental de Cinema Primeiro Plano,²⁶ co-responsável por promoções em termos de cinema em geral (p. ex., ciclo Herzog), além de boletins, críticas e sinopses; pela realização de um festival em super-8; responsável pela realização de um dos filmes mais premiados do Paraná ("Aluminosa...").

A entidade de classe que aglutina alguns superoitistas é a ABDPr, criada em 1979, e marca um momento de conscientização profissional dentro do cinema local.²⁷ A sua atuação na V Mostra do CEFET foi de fundamental importância, com a divulgação de um manifesto contrário às arbitrariedades ali cometidas. Mas sua atuação em geral é pequena, possivelmente por se constituir num grupo internamente desunido,

25 Sobre o papel do Profilme, ver entrevista de Francisco Alves dos Santos.

26 Sobre a criação e propostas do Grupo, ver entrevista de Fernando Severo.

27 A ABD-PR foi criada a partir de um curso de cinema de 16mm, ministrado por Nollton Nunes e promovido pela CMGV. Deste curso resultou a produção (pela CMGV) e realização de três curta-metragens em 16mm. O grupo de cineastas que se aglutinou em torno do curso e da realização dos filmes acabou por compor a ABD local. A participação da ABD-PR junto às seções de outros estados tornou-se mais ou menos intensa, especialmente desde a VIII Jornada Brasileira de Curta-Metragem (BA), tendo como núcleo de discussões a defesa do curta-metragem no mercado nacional. Sobre a importância da ABD-PR para o movimento superoitista paranaense, ver a entrevista de Francisco Alves dos Santos.

e sua importância para o super-8 local é indireta. No entanto, a existência de uma entidade de classe mostra uma consolidação, ainda que lenta, do movimento cinematográfico paranaense, que se constitui principalmente de superoitistas.

Caracterização do Processo

Há, ao longo desta pesquisa, uma afirmação implícita: o super-8 existe como espaço específico dentro do conjunto do cinema em geral e da produção cultural como um todo. Assim sendo, torna-se possível a questão: como se processa a formação e consolidação desse espaço específico?

Para a caracterização de tal processo existem diversas abordagens entre aqueles que acompanham de perto o movimento superoitista local. Dentre essas, optei por apresentar o esboço, os traços mais gerais da que me pareceu mais consistente e sistemática. É a abordagem efetuada por Francisco Alves dos Santos (F.A.S.) conforme já foi referido anteriormente, e que tem uma concepção essencialmente progressiva sobre tal movimento.

Tal concepção vislumbra no conjunto do super-8 local, de 1973 a 1980, uma evolução. Há unanimidade, entre os que acompanham tal movimento, sobre a diferença qualitativa da produção inicial em relação à produção dos últimos anos, tendo esta apresentado um alto nível de realização. Mas a evolução apontada por F.A.S., além de indicar um aperfeiçoamento qualitativo, tanto técnico quanto temático, indica outros elementos, ligados não só ao aperfeiçoamento dos filmes, mas também à complexificação do espaço de atuação do super-8. Apresento a seguir um esboço dessa abordagem.²⁸

Segundo F.A.S., é possível destacar três momentos diferenciados ao longo da evolução do super-8 local. São eles: 1972(3)-1974; 1975-1978; 1979-1980.²⁹ Cada um deles apresenta um perfil mais ou menos próprio, sendo que conserva elementos característicos do momento anterior, mas subordinados aos elementos característicos do momento em questão. Assim, ter-se-ia:

a) Primeiro momento: corresponde aos primeiros anos de produção. Tem como característica uma abordagem intuitiva.

28 A abordagem pode ser conhecida de maneira mais completa em se consultando a entrevista concedida por F.A.S.

29 A data de 1980 não significa necessariamente o encerramento de um ciclo, ou o término desse terceiro momento, mas corresponde antes à baliza que demarcou o período abrangido por esta pesquisa. É de se ressaltar que esses três momentos, bem distintos, não se referem a expressões individuais de um ou outro cineasta. Os nomes citados apenas estabelecem os pontos de referência que mais se destacam, na medida em que catalizam tendências e os diversos graus de evolução que tais momentos apresentam.

tiva, quase sem embasamento teórico, dirigida para temas sociais. É o momento que apresenta a realização dos dois primeiros festivais de super-8, sob a coordenação de Sílvio Back. Podem-se detetar aí três segmentos principais de produção: Paranaguá, Maringá e Curitiba.

O caso de Paranaguá, na figura de Ciro Mattoso, apresenta um cinema voltado para o registro da cultura litorânea, nas suas manifestações de religiosidade popular. Já em 1973, seu primeiro filme, sobre a Virgem do Rocio (padroeira de Paranaguá e santa protetora da lavoura no Paraná), mostra os elementos que retornarão em toda a sua produção subsequente, quais sejam, aqueles que compõem o misticismo e a "alma popular" da região. É um cinema primário, de mínimo grau de elaboração técnica, que se funda primeiramente num tipo de relação de seu autor com a realidade em que se move. Segundo F.A.S., é possivelmente o cineasta que mais capta a visão de mundo popular, em termos paranaenses, apesar do nível de deficiência de realização de seus filmes. Ciro Mattoso será o único cineasta em Paranaguá, até 1980, quando surgirá um elemento característico já do terceiro momento do processo.

O caso de Maringá, que desaparece logo nesse mesmo primeiro momento, encontra como seu representante Wellington Carlos Soares. É um cinema com maior abordagem social, detendo-se em temas como velhice, abandono, negligência social, problemas rurais, o bóia-fria etc. É talvez o único caso com maior ênfase social que chega a desempenhar algum papel no conjunto da produção de super-8 paranaense. É igualmente um cinema primário, sem elaboração temática ou mesmo técnica, que se funda numa feitura intuitiva. Maringá atualmente é inexpressiva na geografia do cinema local, mas apresentou o que F.A.S. chama de "desempenho da função social do cineasta".

Em Curitiba, na figura de José Augusto Iwersen, faz-se inicialmente um cinema de registro da realidade, também voltado para temas sociais. Iwersen também trabalhará com temas litorâneos, mas sua abordagem diverge da de Mattoso, na medida em que é mais "rebuscada", com embasamento anterior. A produção de Iwersen, no entanto, acompanha as principais características deste primeiro momento, pela sua pobreza técnica e discursiva. Posteriormente, ela continuará, de forma mais elaborada, mas desenvolvendo os mesmos elementos já detetados.

Assim, os anos iniciais apresentam uma produção primária, principalmente intuitiva, com enfoque social "realis-

ta". São os anos em que o super-8 começa a existir através de festivais. Essa época aponta a democratização do super-8, na medida em que o desmistifica para muitos iniciantes e mesmo não-iniciantes, que passam a ver na bitola uma forma de expressão artística, uma forma de cinema que ultrapassa o mero registro imediato de cenas.

b) Segundo momento: a partir de 1975. Coincide com o desaparecimento dos festivais promovidos pela Fundação Teatro Guaíra, e com o surgimento dos festivais da CEFET. Encontram-se aí tanto a produção de Paranaguá como a de Curitiba, nos mesmos moldes que caracterizaram o primeiro momento, mas registra-se o desaparecimento da produção de Maringá.³⁰ Os elementos fortes, que surgem nestes anos, correspondem à consolidação do super-8 local, especialmente através da criação e funcionamento da Cinemateca do Museu Guido Viaro. Sua atuação pode ser caracterizada como um tripé: divulgação, programação e produção — tripé este que dará as coordenadas que orientarão a maior parte de toda a produção cinematográfica, em super-8 e mesmo 16mm, local, até a atualidade.

Se, até este momento, o super-8 existia como algo "menor", como passatempo, ele passa agora a ser apresentado pela imprensa como fato perante a opinião pública. O contato sistemático com cineastas e críticos de centros maiores, como Rio e São Paulo, ajuda igualmente a desmistificar a produção de cinema para o superoitista local. É uma época de estudos, discussões, programação, festivais. Deve-se ver aí também a importância que o grupo Profilme desempenhou na aglutinação dos superoitistas.

A nível de realização de filmes, este segundo momento apresenta ainda traços eminentemente intuitivos, com pouco embasamento teórico e/ou acadêmico, mas um aperfeiçoamento técnico e temático marcante, especialmente na figura daqueles que serão os cineastas mais premiados do Brasil: Irmãos Wagner. Dedicados principalmente à realização de desenhos animados, cuja técnica apresenta dificuldades bastante próprias, serão os responsáveis pelas primeiras premiações do Paraná em festivais de outros Estados, e consolidarão a presença paranaense dentro do panorama superoitista brasileiro.

c) Terceiro momento: coincide com o fim dos festivais promovidos pelo CEFET. Iwersen, Mattoso, Wagner, CMGV, continuam a compor o quadro em que se move o super-8 lo-

³⁰ No segundo momento, deve-se verificar o caso de Londrina, onde surge uma produção mais ou menos vigorosa, na figura de José Lorenzo.

cal. Este já é conhecido a nível nacional, e apresenta produções de bom nível técnico e temático. No conjunto dessas condições, onde se deve pensar também na intermitência dos festivais, no surgimento e desaparecimento de segmentos importantes para o conjunto, cataliza-se uma produção inteiramente diversa das até então existentes. Se os Irmãos Wagner marcam um momento claramente definido em termos de destaque qualitativo e trabalho com uma técnica e uma linguagem específicas (o desenho de animação), não chegam a introduzir um momento de ruptura em termos de concepção cinematográfica. É com o Grupo Experimental Primeiro Plano, e adiante com as obras individuais de Rui Vezzano e especialmente Fernando Severo, que se dará um rompimento com a forma dominante de linguagem cinematográfica. Contrapostos à menor elaboração dos filmes do primeiro e do segundo momentos, à sua abordagem mais "espontânea", os filmes do terceiro momento apresentam um embasamento teórico e um conhecimento de cinema muito grandes. Este pode ser caracterizado como um momento de alto domínio técnico e teórico. Além dos nomes citados, que representam uma ruptura no discurso até então utilizado e apresentam obras de experimentação bastante avançada, outros elementos configuram o terceiro momento: o ressurgimento da produção em Paranaguá, com Celso Luck, num documentário com grande domínio técnico e temático, numa produção de alto nível; e a atuação de Hugo Mengarelli enquanto elemento aglutinador e estimulador do cinema em termos práticos dentro das universidades de Curitiba. O processo de desmistificação do cinema continua, agora dentro das salas de aula e dos cursos de cinema a nível universitário, através da atuação de Mengarelli como professor e orientador das equipes que realizarão alguns filmes.

Segundo F.A.S., este momento se distingue quase que radicalmente dos outros pelas suas tendências intelectuais, seja pelo "purismo artístico" de alguns realizadores, seja pela penetração do super-8, em termos de prática, dentro dos meios acadêmicos. Para F.A.S., é neste momento que surge um dos mais importantes filmes de todo o cinema paranaense, "Aluminosa Espera do Apocalipse", onde a proposta, a linguagem e a abordagem são novas (Grupo Experimental Primeiro Plano, na concepção de montagem de Fernando Severo). Ainda que o crítico referido veja na função política do cinema o seu traço mais importante, sendo que o cineasta deve desempenhar um papel de crítica e de transformação social, nem por isso deixa de reconhecer objetivamente a im-

portância daquilo que ele denomina de “purismo artístico”, ou mesmo tendências intelectuais dentro do cinema.

No entanto, para F.A.S., o elemento mais importante do terceiro momento encontra-se na formação da ABD-Pr, marco político dentro da evolução do super-8. Ainda que sua existência não se vincule diretamente ao super-8 local, aponta uma maior densidade do espaço cinematográfico local na medida em que congrega a categoria e canaliza reivindicações de modo conjunto, e não mais individual. Quanto a essa avaliação, é possível se questionarem diversos pontos, acerca da fragilidade e inoperância de tal entidade, em termos conjunturais. Mas F.A.S. parece ter razão em sua análise, na medida em que busca distanciamento dos fatos mais imediatos e aponta os elementos mais duradouros de tal processo.

É a partir do terceiro momento que o super-8 paranaense passa a vencer ou a receber prêmios importantes em todos os festivais em que concorre, sendo que ao lado dos Irmãos Wagner, que continuam a sua produção sempre premiada, surgem os nomes já citados, cujos filmes são também responsáveis em tornar o super-8 paranaense um dos mais expressivos do Brasil.

Nesta visão de conjunto progressiva, de contínua, mas não linear, evolução e complexificação do espaço superoitista, F.A.S. ainda aponta alguns elementos de menor relevância, como o surgimento, a partir de 1979, mas principalmente a partir de 1980, de longa-metragens (Palmeira e Apucarana). Mas não chegam a ocupar nenhum papel dentro do movimento como um todo, e se restringem a produções de aventura, destinadas à exibição comercial em pequenas cidades do interior, com ingresso pago para arrecadação e lucro de seus realizadores.

Conclusão

Se, como diz a epígrafe que abre este texto, o curta é para o cinema o seu anticorpo, essa relação se torna ainda mais aguda quando pensamos em super-8. Ainda que seja praticamente impossível estabelecer uma filmografia da bitola, pelas suas características já indicadas, pode-se detetar aí um território de criação, com tensões e soluções internas. É esse espaço que constitui a dinâmica da bitola, o seu grau de questionamento, a sua vitalidade, a sua história enfim. Do mesmo modo que se pode construir um modelo que abarque o processo (vide o modelo dos “três momentos”), pode-se também, a partir de princípios gerais que norteiam o dis-

curso cinematográfico em sentido amplo, estabelecer níveis de aproximação entre expressividades realizadas seja em super-8, 16 ou 35mm. Trata-se aqui da própria linguagem cinematográfica, independentemente da bitola em que se efetiva. Nossa insistência sobre a especificidade da linguagem do super-8 não deve fazer pensar numa **independência** dela em relação ao próprio cinema. Pelo contrário, quer acentuar uma especificidade que gera novas formas de articulação entre diversas formas de se fazer cinema. Assim, os critérios de avaliação de um filme super-8 não poderiam ser paternalistas, nem se basearem em atitudes condescendentes que muitas vezes atribuem ao “amadorismo” da bitola o que não passa de incompetência técnica e pobreza temática. Esse tipo de atitude, ao invés de “proteger” a criação em super-8, pelo contrário só a enfraquece, na medida em que dilui dentro de uma mesma solução níveis diversos de realização fílmica. Por isso, mesmo que o terceiro momento do processo de desenvolvimento do super-8 paranaense apresente diversos marcos heterogêneos, insistimos sobre um deles: o amadurecimento da linguagem com Fernando Severo, seja na concepção de montagem e na relação som-imagem em “Alumino-sa...” (Grupo Experimental Primeiro Plano), seja em seus filmes individuais, “Hu”, “Escura Maravilha” e “Visões Secretas”. Não falamos aqui sequer do nível técnico dos filmes, muito bom e de acabamento cuidado. Trata-se antes da proposta que sustenta os filmes, da pesquisa, da elaboração conceitual, do questionamento de uma linguagem padronizada. No entanto, não é este o lugar para se fazer uma análise de tal proposta — basta, por ora, a indicação desse fato, que sem dúvida reclamaria outro tipo de abordagem.

Assim, por um lado, parece-nos justificada a epígrafe que abre este artigo: o super-8 na sua precariedade (“a partir de sua própria impureza”) aponta talentos.

Por outro lado, um balanço geral das atividades do super-8 paranaense, aí incluindo as mais diversas, seria positivo, ainda que não otimista. Os principais superoitistas continuam a produzir. Se em 1981 não se realizou nenhum festival, é possível que em 1982 ressurgirá uma iniciativa nesse sentido. A lista de supérfluos baixada pelo governo federal reduziu drasticamente a possibilidade de acesso ao material de super-8. O realizador continua tendo que financiar sua produção, na maioria dos casos. As entidades oficiais dão um apoio irregular e por vezes clientelar. O super-8 mantém-se frente às dificuldades que, de modo geral, sempre enfrentou. Mas mantém simultaneamente, e mesmo acresce, as suas possibilidades de se constituir como produção diferenciada,

com circuito alternativo, de alcance em setores sociais mais amplos (sindicatos, associações de bairro, comunidades de base etc.).

E ainda: o super-8 não só inicia. Como pode mostrar o exemplo individual apresentado, ele depura a formação do cineasta. É um território onde pode surgir o realizador que firmará seus conceitos e sua linguagem, que se tornará apto — se receber apoio — para partir para propostas de maior envergadura.

E por se constituir de possibilidades e de falhas, o super-8, mesmo que de vida curta, é passível de se construir como tema, de ser encarado como espaço de tensões, conflitos e realizações. É possível detetar nesse espaço as relações de poder, o cerceamento ideológico, os jogos de interesse, as pressões de mercado, o desconhecimento deliberado de alguns meios de comunicação, as glórias e os azares de uma produção cultural pequena.

Mas o que mais importa ressaltar, a partir desse quadro geral, é a necessidade urgente da preservação dessa memória frágil e do incentivo às iniciativas (mesmo parcelares) de um trabalho sério. Tal incentivo passa necessariamente pelas entidades oficiais, o que implica um redimensionamento de suas prioridades dentro da área de comunicação visual. Assim, por exemplo, a promoção de um festival dedicado exclusivamente a filmes para TV, pela Fundação Cultural de Curitiba em 1981, contou com pequeníssima participação local e nenhum resultado expressivo. Mas mobilizou um montante de recursos que seria muito mais útil se aplicado a um programa semestral ou anual de apoio e ampliação do super-8 já existente. Propostas grandiloquentes e geralmente ineficientes devem ser repensadas e transformadas em propostas mais modestas, que sirvam de base para o desenvolvimento de práticas culturais já em curso.

Para concluir, retomamos o que parece ser o resultado inicial dessa pesquisa: um pequeno território tenso, com pontos esparsos de maior condensação qualitativa, dependente de uma sensibilidade das entidades oficiais que consiga combinar numa mesma política cultural o apoio financeiro, ampla margem de liberdade crítica, o diálogo entre exigências e propostas diferenciadas, dentro de uma perspectiva de médio e longo prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BACK, Sílvio. Super 8 vida nova. **Filme Cultura** (26):46-7, set. 1974.
- 2 BERMAN, Abrão. Super-8 é bitola que preservará a memória nacional. **Voz do Paraná**, Curitiba, 7 maio de 1977. p.7-8.
- 3 CORREIO DE NOTÍCIAS, Curitiba, 1.º set. 1977. p. 11; 1.º nov. 1977; 10 nov. 1977. p. 13.
- 4 HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Impressões de viagem**. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- 5 MENGARELLI, Hugo. Super-8: uma possibilidade ainda não compreendida. **Panorama** (249):43-5. set. 1977.
- 6 MONCLARO, Alfredo. Abertura 8 para os novos cineastas. **Voz do Paraná**, Curitiba, 29 fev. 1980. p. 3.
- 7 SANTOS, Francisco Alves dos. A mostra do Filme Documentário deixou a desejar. **Voz do Paraná**, Curitiba, 13 nov. 1976. p. 3.
- 8 ————. V Mostra Superoitto: frustração compensada? **Voz do Paraná**, Curitiba, 23 nov. 1979. p. 2.
- 9 SUPEROITO: mais forte e mais vivo. **Panorama** (225):21-3, abr. 1975.

A REVOLUÇÃO DOS NEGROS DO HAITI E O BRASIL *

LUIZ R.B.MOTT

Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia e Coordenador da Linha de Pesquisa "Sociologia e História do Negro" do Mestrado em Ciências Sociais da UFBA.

RESUMO

Comunicação apresentada no I Simpósio Nacional sobre o Quilombo de Palmares (Maceió, Novembro/1981), onde se transcrevem e analisam-se alguns documentos inéditos que provam que os negros no Brasil tinham conhecimento dos episódios revolucionários da Independência do Haiti.

I

Pouco a pouco novas pesquisas vão trazendo informações mais precisas e fidedignas sobre o trágico passado dos africanos e seus descendentes nas terras do Novo-Mundo. Mitos são derrubados, preconceitos desmascarados. Os esparsos documentos que sobraram nos arquivos referentes aos negros no Brasil permitem-nos vislumbrar a história de um povo ao mesmo tempo massacrado, mas nunca conformado com sua triste sina: escravizado mas revoltoso, subjugado porém indômito.

Um dos mitos de nossa historiografia é a questão da **falta de comunicação** a que estariam condenados os negros no Brasil Colonial e Imperial. Isoladamente devido à dificuldade de comunicação entre etnias pertencentes a famílias linguísticas completamente estranhas, isolamento programado pelos donos do poder a fim de obstaculizar a temida coesão dos oprimidos. Supôs-se que os negros viviam completamente circunscritos aos estreitos limites das propriedades de

* Comunicação apresentada no I SIMPÓSIO SOBRE O QUILOMBO DE PALMARES. Centro de Estudos Afro-Brasileiros, Maceió, 16-20 de novembro 1981.

seus amos, alheios e alienados do que acontecia no “mundo exterior”. Nossas pesquisas revelam exatamente o contrário: há provas incontestes de que houve sistemática comunicação entre os escravos residentes em diferentes fazendas, entre os negros de uma capitania com os de outra, dos libertos e ingênuos do Brasil com os negros da África e de outras regiões do mundo escravocrata.

O caso das revoltas negras ocorridas no Nordeste brasileiro na primeira metade do século XIX ilustra perfeitamente o elevado índice de comunicação existente no seio da população negra. Diversas dessas revoltas de escravos e libertos na Bahia, entre 1807 e 1835, foram “repercussão direta de acontecimentos guerreiros que se desenrolaram na África. A Guerra Santa (Jihad) dos Fulani continuava na Bahia sob a forma de revoltas de escravos e de africanos livres”.¹

Da África para a Bahia. Da Bahia para Sergipe. Um documento de 1809 diz textualmente: “Os negros de Sergipe eram influídos e auxiliados por outros que da Bahia vieram fugidos depois da insurreição que lá fizeram.”² Alguns anos mais tarde, a 11 de março de 1828, inúmeros escravos Nagô se rebelam em Salvador. Duas semanas após este levante, o Comandante da Tropa de Santo Amaro das Brotas (Sergipe) informava: “Chegam notícias de que há pouco teve arrebatado uma sublevação de pretos na Bahia; não duvido tenha havido alguma correspondência dos escravos daquela Província com os de Sergipe.”³

Segundo Décio Freitas, na história das Américas, o Quilombo de Palmares só perde em importância para a revolução do Haiti⁴. Palmares e a Revolução de S. Domingos são os dois maiores momentos na história da rebeldia negra no Novo-Mundo, episódios que fizeram tremer a administração colonial e os donos do poder no Brasil, acontecimentos aterroadores cuja divulgação, lembrança e exemplo era mister abafar e destruir. O Conde de Obidos, Vice-Rei do Brasil, quando do ataque ao Quilombo de Palmares em 1659, assim determinou: “A povoação se abrasará e consumirá tudo de maneira que não fique mais que as memórias de sua destruição, para último engano dos negros dessa Capitania.”⁵

1 VERGER, Pierre. Flux et réflux de la traide des nègres entre le Golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos. Paris, Mouton, 1968. p. 326-7.

2 Manuscrito 19-4-13 da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, citado por MOTT, Luiz R.B. Pardos e pretos em Sergipe: 1774-1851. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (18) : 29, 1976.

3 Ofício de 25 mar. 1828 do Arquivo Público do Estado de Sergipe, Pacotilha 174.

4 FREITAS, Décio. Palmares, a guerra dos escravos. Porto Alegre, Movimento, 1973. p. 11.

5 FREITAS, p. 79.

Não se tem notícia se os acontecimentos e sucessos de **Palmares** chegaram ao conhecimento dos escravos de outras colônias americanas. Quanto à Revolução do Haiti, esta sim foi notícia comentada e temida em todo o mundo escravagista. Considerando que até o presente não dispomos de nenhum estudo que revele da Revolução Antilhana nas terras brasileiras, aproveitamos a oportunidade da realização deste Simpósio sobre o Quilombo de Palmares para divulgar alguns documentos e evidências que comprovam fartamente nossa tese formulada no início desta comunicação, a saber: que os negros no Brasil estavam muito mais informados e em contacto com o "mundo exterior" do que até então se supunha. Falar do Haiti num simpósio sobre Palmares para nós tem um significado profundo: além de divulgar uma realidade factual pouco conhecida, faz-nos pensar na recorrência histórica da luta dos oprimidos contra a dominação.

II

1791 é o início da revolução do Haiti. 1793 a França se vê forçada a decretar a emancipação de sua mais rica colônia ultramarina. 1801 Toussaint l'Overture, ex-escravo, proclama a Constituição da nova nação antilhana. 1804, a 1.º de janeiro, Jean Jacques Dessalines, ex-escravo natural da Guiné, proclama a Independência do Haiti.⁶

Pois bem: um ano após este formidável acontecimento, em 1805, no Rio de Janeiro,

o Ouvidor do Crime mandara arrancar dos peitos de alguns cabras e crioulos forros, o **retrato de Dessalinas**, Imperador dos Negros da Ilha de São Domingos. E o que mais notável era que estes mesmos negros estavam empregados nas tropas da Milícia do Rio de Janeiro, onde manobravam habilmente a artilharia.⁷

Se levarmos em conta que a coroação de Dessalines como Imperador do Haiti ocorreu em setembro de 1804, concluiremos que foram necessários apenas poucos meses para que já em 1805 os militares negros do Rio de Janeiro, Capital da Colônia, tivessem conhecimento e ostentassem ufanos a efigie do líder antilhano. Mobilização surpreendentemente

6 BITTER, Maurice. Haiti. Paris, Seuil, 1970.

7 Documento do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, Seção Brasil-Diversos (1749-1824), Caixa 2, citado por MOTT, Luiz R.B. A Escravatura: o propósito de uma representação a El-Rei sobre a escravatura no Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (14) : 127-36, 1973.

rápida se levarmos em consideração a demora e raridade dos contactos do Haiti com o Brasil. Aí se colocam algumas questões: onde teriam sido feitos os tais "retratos" de Dessalines? No próprio Haiti ou no Brasil? Se na própria Ilha de S. Domingos, quem os teria trazido para a América do Sul? De que material seriam os tais "retratos": pintura a óleo sobre metal ou escultura em concha bicolor à maneira de um camafeu?

O certo é que, segundo ensina o documento há pouco citado, os retratos foram arrancados dos milicianos cariocas. "Arrancaram-se os anéis, mas ficaram os dedos..." diríamos, pois a partir desta data várias são as referências tanto entre os brancos, como entre os negros, revolução da Ilha de São Domingos. Os primeiros temendo, os negros desejando.

Em 1808, na sua famosa "Análise sobre a Justiça do Comércio do Resgate de Escravos da Costa da África", o Bispo Azeredo Coutinho apontava "os novos filósofos" que se dizem defensores da humanidade oprimida, como os culpados não só pela Revolução Francesa mas também pela carnificina da Ilha de São Domingos.⁸ Na perspectiva conservadora do ilustrado Inquisidor Geral, a independência do Haiti não passou de selvagem "carnagem" e os novos pensadores e ideólogos da Revolução Francesa, "hipócritas da humanidade".

Em 1814, em Itapoã (Bahia), há uma sublevação de escravos empregados nas pescarias. Depois de sufocada a revolta, com o saldo de 13 brancos e 56 negros assassinados, os comerciantes baianos escreviam ao Governo Central denunciando que os negros falavam abertamente de suas revoltas, comentando os acontecimentos do Haiti. Chegavam a ponto de dizer que "em São João não haveria sequer um branco ou mulato vivos."⁹

Em 1817, no Recife, o Capitão de Fragata José Maria Monteiro vaticinava: "O exemplo da Ilha de São Domingos é tão horroroso e está ainda tão recente, que ele só será bastante para aterrar os proprietários deste Continente."¹⁰

Neste mesmo ano, o Comodoro Inglês Bowles comentava que a insurreição de Pernambuco dava motivos para pensar no espectro de São Domingos. Dizia ele: "Poderia resultar na expulsão de todos os brancos deste Continente e no

8 COUTINHO, J.J. da Cunha Azeredo. *Obras económicas* (1794-1804). São Paulo, Nacional, 1966. p. 237.

9 VERGER, p. 330.

10 MOTA, Carlos Guilherme. *Atitudes de inovação no Brasil* (1789-1801). Lisboa, Horizonte, 1970. p. 116.

estabelecimento de uma segunda São Domingos nos territórios brasileiros.”¹¹

Com a Independência do Brasil e o forte sentimento de antilusitanismo espalhado em todas as camadas da novel nação brasileira, surge entre “as gentes de cor” de diversas Províncias uma forte coalescência e hostilidade não só aos “marotos” (portugueses), mas a tudo quanto era branco — os “caiaidos”. O temor de uma revolta das “raças misturadas” fica bem demonstrado neste documento secreto escrito por um agente francês e enviado a D. João VI entre 1823 e 1824, onde o receio de que o Brasil se tornasse um novo Haiti fica explicitado em toda sua clareza:

Deve-se demonstrar as desgraças a que certamente se expõem as pessoas brancas, principalmente os brasileiros brancos, não se opondo à perseguição e aos massacres que sofrem os portugueses europeus, pois embora havendo aparentemente no Brasil só dois partidos (o liberal e o conservador), existe também um terceiro: o partido dos negros e das pessoas de cor, que é o mais perigoso pois trata-se do mais forte numericamente falando. Tal partido vê com prazer e com esperanças criminosas as dissensões existentes entre os brancos, os quais dia a dia têm seu número reduzido.

Todos os brasileiros, e sobretudo os brancos, não percebem suficientemente, que é tempo de se fechar a porta aos debates políticos, às discussões constitucionais? Se se continua a falar dos direitos dos homens de igualdade, terminar-se-á por pronunciar a palavra fatal: liberdade, palavra terrível e que tem muito mais força num país de escravos do que em qualquer outra parte. Então, toda a revolução acabará no Brasil com o levante dos escravos, que quebrando suas algemas, incendiarão as cidades, os campos e as plantações, massacrando os brancos, e fazendo deste magnífico império do Brasil uma deplorável réplica da brilhante colônia de São Domingos.

Coisa alguma é exagerada no que acaba de expor. Tudo infelizmente é muito verdadeiro.¹²

11 MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817*. São Paulo, Perspectiva, 1972. p. 43.

12 Documento n.º 295 do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Seção Brasil-Diversos, Caixa 2, citado por MOTT, Luiz R.B. Um documento inédito para a história da Independência. In: MOTA, Carlos Guilherme, ed. 1822: *Dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972. p. 466-83.

“Liberdade”... palavra fatal e terrível que tem muito mais força num país de escravos do que em qualquer outra parte. Basta mudar “escravos” por “oprimidos” e o discurso deste agente secreto francês descreve com perfeição a situação atual desse nosso país onde embora aparentemente haja apenas duas correntes políticas — a favor do Governo e contra o Governo — é esta última incorporada por todos os grupos oprimidos seja econômica, racial, sexual ou mesmo ideologicamente, que como no século passado, “é o mais perigoso pois trata-se do mais forte numericamente falando...”

Temia-se o exemplo — “o mau exemplo” — do Haiti pois esta revolução dos escravos produzia entre os negros do Brasil o estímulo e o paradigma para o questionamento do regime servil nacional. Temia-se que se repetisse aqui no Sul a “malévola” influência haitiana como nas rebeliões dos negros dos Estados Unidos, notadamente na revolta de Denmark Vesey, em 1822, antilhano de origem e conhecedor das táticas e bandeiras revolucionárias dos negros vitoriosos de São Domingos.¹³

Não era apenas na Capital do Império Brasileiro que temos evidência de conhecerem os negros a Independência Dominicana. Também na pequena província de Sergipe se falava do Haiti. Isto sob a inspiração do rábula baiano, Antonio Pereira Rebouças, mulato, secretário do Governo na presidência de Manuel Fernandes da Silveira, acusado de pertencer à uma secretíssima “Sociedade Gregoriana” cujo objetivo não era outra senão instigar a guerra contra os brancos, tornando as gentes de cor os novos donos do poder.

A primeira contestação surgiu na vila de Laranjeiras, principal centro comercial de Sergipe, onde vivia a maior colônia lusitana desta província. A vila amanhece certo dia 26 de junho de 1824 cheia de pasquins — pequeninos pedaços de papel grudados com cera-de-abelha nas portas dos locais mais destacados — com os seguintes dizeres:

VIVAM MULATOS E NEGROS.
MORRAM OS MAROTOS E CAIADOS.

Este outro pasquim — enviado ao Governador de Armas de Sergipe, descreve com cores vivas os acontecimentos que culminaram na divulgação dos referidos pasquins.

13 FABRE, Michel. *Esclaves et planteurs*. Paris, Julliard, 1970. p. 192.

Senhor Governador das Armas.

ALERTA. Uma pequena faísca faz um grande incêndio já foi lavrado. No jantar que deram nas Laranjeiras os 'Mata Caiados' se fizeram tres saúdes: primeira à extinção de tudo quanto é do Reino, e que chamam de 'marotos'; a segunda a tudo quanto é branco do Brasil, a que chamam 'caiporas'; a terceira à igualdade de sangue e de direitos.

Que tal alerta e bem alerta.

Um menino R. irmão de outro bom menino, fez muitos elogios ao Rei de Haiti, e porque o não entendiam, falou mais claro: São Domingos, o Grande São Domingos.

Não houve manobra. Vossa Ex^a. tome cuidado. Os homens de bem confiam em Vossa Ex.^a Só querem Religião, Trono e Sistema de Governo jurado no dia 6 de Junho.

Acudir enquanto é tempo.

Laranjeiras, 26 de junho de 1824.

Philioordinio.¹⁴

21 anos após sua Independência o Haiti é usado como elemento de primeira ordem no discurso do líder Rebouças (curioso que no referido jantar dos "Mata-Caiados" havia comensais que "não entendiam" quando se falou no Haiti, obrigando ao rábula baiano a repetir esclarecendo: "São Domingos, o Grande São Domingos."). Este mesmo Rebouças chegou a Sergipe "doutrinando e persuadindo aos homens de cor que todo homem pardo ou preto pode ser general. E eles tão ufanos têm se feito que altamente falam contra os brancos, chamando-os de caiados e já deixam de guardar aos constituídos em dignidade aquele respeito que até então guardavam."¹⁵

Em 1824 a "elite" de cor proclamava que "todo homem pardo ou preto pode ser general" — hoje, em 1981 — 157 anos após estas palavras, quantos generais negros existem no Brasil? E quantos milicianos negros hoje em dia conheceriam a história da Independência do Haiti?

O último documento a ser transcrito nesta comunicação refere-se ao temor que o Haiti ainda inspirava no Brasil escravocrata três décadas após sua Independência. Trata-se do temor do "contágio direto" de haitianos presentes em território brasileiro. É datado de 30 de maio de 1831. Trata-se de

14 Documento do Arquivo Nacional, IG(1), 105, fl. 117-9, citado por MOTT, Luiz R.B. Brancos, pardos e pretos em Sergipe: 1825-1830. *Anais de História*, 6 : 139-84, 1974.
15 MOTT, Brancos, pardos e pretos... p. 160.

um ofício do Desembargador Encarregado da Polícia da Corte do Rio de Janeiro, Antonio Pereira Barreto Pedroso, dirigido ao Ministro da Justiça. Diz o policial ter recebido o ofício daquele Ministério relativo aos pretos da Ilha de São Domingos que desembarcaram no Rio de Janeiro:

Relativo aos pretos da Ilha de São Domingos que aqui existem informo que ordenei ao Comandante da Polícia a sua apreensão. Conseguiu-se prender Pedro Valentim, que residia na Hospedaria das Tres Bandeiras. Tenho continuado na diligência de apreender o outro, que consta ser clérigo e fui informado que foi visto ontem na Rua dos Latoeiros, em meio de muitos pretos, não sendo porém encontrado quando foi mandado prender.¹⁶

O que estariam fazendo no Rio de Janeiro estes dois haitianos? Quais os motivos da presença de um membro do clero católico de São Domingos em território brasileiro? O que estaria fazendo “no meio de muitos pretos na Rua dos Latoeiros”? Seu desaparecimento no dia seguinte¹⁷ permite-nos conjecturar que talvez a exemplo de seus colegas de batina, Frei Caneca, ou do Padre Roma, o clérigo haitiano estivesse a pregar idéias libertárias próprias de seu país. Se estes dois haitianos eram de fato “agitadores”, cabe ao Haiti, antes de Cuba, a primazia de “exportar Revolução...”

16 ARQUIVO NACIONAL, Rio de Janeiro. Ofício de 30 de maio de 1831. Códice 324, fl. 35.

17 Consultando o Livro de Registro de Ocorrências da Delegacia da Corte de 1831 até 1835 não encontramos mais nenhuma referência a estes dois haitianos, malgrado a afirmação do delegado de ter continuado na diligência de prender o clérigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ARQUIVO NACIONAL, Rio de Janeiro. **Ofício de 30 de maio 1831.** Códice 324, fl. 35.
- 2 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. **Ofício de 25 mar. 1828.** Pacotilha 174.
- 3 BITTER, Maurice. **Haiti.** Paris, Seuil, 1970.
- 4 COUTINHO, J.J. da Cunha Azeredo. **Obras econômicas (1794-1804)** São Paulo, Nacional, 1966.
- 5 FABRE, Michel. **Esclaves et planteurs.** Paris, Julliard, 1970.
- 6 FREITAS, Décio. **Palmares, a guerra dos escravos.** Porto Alegre, Movimento, 1973.
- 7 MOTA, Carlos Guilherme. **Atitudes de inovação no Brasil (1789-1801).** Lisboa, Horizonte, 1970.
- 8 ————. **Nordeste 1817.** São Paulo, Perspectiva, 1972.
- 9 MOTT, Luiz R.B. A escravatura: o propósito de uma representação a El-Rei sobre a escravatura no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (14):127-36, 1973.**
- 10 ————. Brancos, pardos e pretos em Sergipe: 1825-1839. **Anais de História, 6:139-84, 1974.**
- 11 ————. Pardos e pretos em Sergipe: 1774-1851. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (18):7-37, 1976.**
- 12 ————. Um documento inédito para a história da Independência. In: MOTA, Carlos Guilherme, ed. **1822: dimensões.** São Paulo, Perspectiva, 1972. p. 465-83.
- 13 VERGER, Pierre. **Flux et réflux de la traide des nègres entre le Golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos.** Paris, Mouton, 1968.

O MANDONISMO LOCAL E O MOVIMENTO REPUBLICANO

LUIZ CARLOS RIBEIRO

Professor da Faculdade Católica de Administração e
Economia e Mestrando em História Social na USP.

Liberaes ou conservadores são monarchistas, ou, pelo menos, querem viver à sombra da instituição monarchica contra a qual nós trabalhamos.

Albino Silva

Pátria Livre, "orgam republicano", 21 jul. 1889

RESUMO

As transformações havidas no final do século XIX trouxeram a República no seu bojo.

O objetivo é o entendimento do processo político do movimento republicano no Paraná, bem como uma análise do comportamento das classes dominantes, suas divergências, seus interesses.

A Proclamação da República na Província irá evidenciar o caráter reformista do movimento, fazendo permanecer no poder a velha política do mandonismo da oligarquia monarquista.

O Quadro Nacional

O entendimento da Proclamação da República no final do século XIX tem de ser encarado a partir de uma complexidade de elementos que se interligam.

O desenvolvimento econômico das áreas cafeeiras transformou-as no eixo político decisório e passaram a levantar a bandeira da reforma do regime com a eliminação da monarquia ineficiente, para responder às novas exigências que o capitalismo internacional e as transformações na economia brasileira impunham.

Somados aos interesses da oligarquia cafeeira, outros setores oligárquicos que se encontravam numa situação de estagnação econômica engrossaram o coro da oposição monárquica, muitos até por se sentirem prejudicados com a abolição.

A necessidade histórica da internacionalização do mercado colocou o principal produto brasileiro numa relação com as manufaturas dos países industrializados em desvantagem, mas que devido ao caráter ainda competitivo do mercado permitiu um espaço, dentro da lógica capitalista, da aristocracia agrário-exportadora dos países não industrializados, vir em defesa de um liberalismo econômico, reivindicando preços mais compensadores para seus produtos no mercado internacional.

Por outro lado, era preciso contemplar o interesse industrial emergente com uma política de protecionismo alfandegário que não seria, de modo algum, conflitante com os interesses da oligarquia fundiária, uma vez que o investimento do excedente do café em novos setores e a própria organização do trabalho assalariado desenvolveram o mercado interno no Brasil. Portanto, se os interesses entre oligarquia cafeeira e industrialistas, com relação ao mercado externo, eram difíceis de conciliar, isso não os tornava estruturalmente conflitantes.

Desse modo, as transformações que ocorreram no final do século XIX no Brasil, não se caracterizavam por um movimento revolucionário, liderados pelo “empresário paulista”¹, mas se tratou muito mais da necessidade de reformar o modelo político econômico do que promover mudanças estruturais.

Como ilustração, no próprio seio do Partido Republicano havia duas alas — pelo menos as mais explicitadas — que divergiam quanto à forma de derrubada da monarquia. Havia a ala histórica, fiel ao Manifesto de 1870 — representada pelo Partido Republicano Paulista — que queria uma “evolução para a reforma”. E uma outra, minoritária, que propunha a revolução armada, acusando o manifesto de 70 de reacionário.²

Neste sentido resta-nos perguntar: quem então liderou o movimento pela República? Questão que Maria do Carmo Campello e Souza nos responde com muita propriedade:

1 Esta questão é tratada principalmente no trabalho de Jacob GORENDER. *O escravismo colonial*. (2. ed. São Paulo, Ática, 1978), de modo ainda embrionário, como o próprio autor admite.

2 CASALECCHI, José Enio. *A proclamação da República*. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 50-1.

“Eram de modo geral, os mesmos grupos políticos civis do Império, com nova nomenclatura, detentores também de privilégios especialmente os de propriedade, acompanhados do grupo militar ativo recém-chegado à arena política.”³

O espírito de oposição liberal que revestia a tradicional aristocracia agrário-exportadora, o era apenas do ponto de vista ideológico; na prática, para atender às peculiaridades do quadro interno, ela continuava conservadora e autoritária, pois a sua representatividade não era respaldada nem pelos seus pares nas Províncias⁴ muito menos por bases populares.

Teria sido talvez por deter a hegemonia que a aristocracia cafeeira convenceu Deodoro⁵ a efetivar o golpe militar⁶ e, em seguida, estabelecer uma ditadura para garantir os seus propósitos de aperfeiçoar a instituição política às transformações econômicas, sem tornar o sistema vulnerável.

O Quadro Paranaense

O estágio de desenvolvimento capitalista em que se encontrava a sociedade paranaense, por volta de 1889, configurava-se em uma crescente divisão social do trabalho⁷, seja pelo precoce abandono da mão-de-obra escrava em alguns setores da economia⁸, seja pelo processo imigratório⁹ e abolicionista, introduzindo uma massa considerável de mão-de-obra livre no mercado.

Tendo os seus principais produtos vinculados ao mercado exportador — o mate e a madeira — o Paraná teve, no seu conjunto, uma estrutura social fundada também na agricultura de subsistência — principalmente as colônias de imigrantes ao redor de Curitiba — e na pecuária, voltada basicamente para um mercado mais restrito, face ao seu baixo nível de qualidade e concorrência de outras áreas no país.

3 SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na primeira República. In: BRASIL em perspectiva. 9. ed. São Paulo, Difel, s.d. p. 166.

4 A instabilidade do Governo Provisório, bem como de seus interventores estaduais no Paraná — em dois anos de governo, houve 11 governadores — além das sublevações nos primeiros momentos da República, como a Revolução Federalista, demonstram isso.

5 CASALECCHI, p. 87-8.

6 SOUZA, p. 166.

7 IANNI, Octavio. Raças e classes sociais no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972, p. 51.

8 BALHANA, Altiva Pilatti; PINHEIRO MACHADO, Brasil; WESTPHALEN, Cecília Maria. História do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1969. v. 1, p. 127-8. A indústria do mate já antes da abolição utilizava a mão-de-obra livre, como também outras manufaturas de menor expressão econômica. Devemos lembrar ainda que, com o desenvolvimento do café no oeste paulista, houve muita atração do escravo para aquela região encarecendo-o no mercado local.

9 BALHANA, et alii, p. 128. Entre 1872 e 1890 a população do Paraná cresceu 97%, fruto da entrada de imigrantes em grande escala.

Desse modo, a sociedade paranaense organiza-se com base em uma economia agrário-exportadora — de baixa demanda no mercado se comparada com o café — e de um setor de subsistência. E a sua elite, uma aristocracia originada substancialmente da economia pecuária, caracterizava-se por um conservadorismo e um distanciamento dos quadros de decisão nacional — com algumas exceções — exatamente pelo papel secundário que a economia do Estado representava no conjunto do país, de hegemonia cafeeira. Como demonstramos no título anterior, o caráter hegemônico da oligarquia cafeeira retirava do processo decisório outras frações oligárquicas.

Este caráter conservador da aristocracia agrário-exportadora paranaense justificava-se pela sua vinculação a um capital fundamentalmente comercial, cujo desempenho, o de circular mercadorias, não acumulava os componentes necessários para determinar mudanças significativas nas relações de produção. Em outras palavras, apesar de o desenvolvimento capitalista proporcionar um certo volume de acumulação, ele se desenvolveu limitado pelo capital comercial que se internacionalizou em direção a essas áreas não industrializadas (ou periféricas), não alterando nelas as suas forças produtivas. Desse modo, a classe que acumulava esse capital também não era revolucionária, mas reacionária, conservadora, buscando muito mais encontrar medidas reformistas na organização política e econômica, face à ineficiência de continuar gerando renda, do que medidas revolucionárias que pudessem pôr em risco a estrutura do poder, baseada no latifúndio e numa força de trabalho desorganizada e subserviente.

Diante da necessidade de manter a propriedade, a sociedade campeira¹⁰ institucionalizou-se através de uma aristocracia que, com o desenvolvimento de uma economia de mercado externo — com o mate — e a persistência de áreas de subsistência, consolidou-se politicamente baseada na manutenção de seus interesses econômicos e sociais.

Essas relações de produção determinaram o aparecimento de relações sociais de dependência do produtor direto ao capitalista, mas ainda num processo de cristalização de se tornarem exclusivas, portanto não hegemônicas.

O negro não era mais escravo, tornou-se trabalhador livre.

¹⁰ Sociedade organizada na região dos Campos Gerais, no Paraná, a partir da criação de gado, hegemônica durante os séculos XVIII e XIX.

Livre, ele estará só e escoteiro dos meios de subsistência, dos instrumentos de produção. E tomará consciência de que não tem meios de consegui-los, salvo pela venda da sua força de trabalho, operação essa para a qual não foi preparado. O mercado de trabalho, ainda incipiente, será uma entidade à qual o novo trabalhador livre se adaptará demoradamente. (...) O abolicionismo é também um produto das transformações econômicas que vinham gerando modificações na sociedade. Mas, como as modificações não são radicais e profundas, tanto o homem como o sistema econômico-social continuam, persistem, em alguns dos seus componentes.¹¹

A imigração também coloca, na sociedade paranaense, um contingente de mão-de-obra livre que se constituiu, na maioria das vezes, em pequenos proprietários, na cidade ou no campo.

Como reflexo dessa maior procura do Brasil, pelos imigrantes, nas décadas de 1880, 1890 e 1900, foram estabelecidos mais de 40 novos núcleos no Paraná, ora com apoio do governo central, ora por iniciativas particulares ou estaduais, conforme mudavam as diretrizes da oscilante política imigratória. Em cem anos de colonização — de 1829 a 1911 — mais de 100 núcleos foram fundados no Paraná, e cerca de 100 mil colonos foram localizados em seu território.¹²

Portanto, parte dessa massa de negros libertos e brancos imigrantes compôs o conjunto dos trabalhadores livres nas indústrias e no comércio do Paraná. A grande maioria dos imigrantes formaram colônias de subsistência vinculadas ao mercado local, pois o desempenho pouco agressivo da economia desestimulava o desenvolvimento do trabalho como valor de troca, como mercadoria, fazendo permanecer relações tradicionais de dependência e favor.

E era essa a situação do principal produto de exportação, a erva-mate que, se teve um índice crescente de exportação no período, não contribuiu para diminuir o déficit na balança de pagamentos pois, diante da concorrência argentina, que passou a beneficiar o mate para seu consumo, ti-

11 IANNI, p. 50.

12 BALHANA et alii, p. 183.

venos de exportá-lo em rama, o que trouxe séria estagnação e desemprego no ramo ervateiro.¹³

No ramo industrial em geral, desenvolveram-se setores muito dependentes das condições de oferta de matéria-prima local e da não-exigência de trabalho qualificado. Predominaram, nesse final de século, fábricas de beneficiar erva-mate, olarias, fábricas de cerveja, de sabão e velas, de barricas, de queijo, vinhos e licores, estabelecimentos manufatureiros de móveis, calçados, chapéus, de vidro e fósforos e serriais.¹⁴

Em 1897, diz Afonso Costa, consoante um cômputo digno de fé, existiam no quadro urbano de Curitiba 449 casas comerciais; 15 engenhos de beneficiar erva-mate; 12 fábricas de barricas; 1 de desfiar fumo, 1 de fósforo, 1 de cola, 1 de fogos, 1 de gelo, 1 de serralheiro e fundição a vapor; 8 oficiais de serralheiro, 4 tanoeiros; 2 ourives; 16 ferreiros; 4 engenhos de serra; 24 olarias nos arredores; 20 fornos de cal virgem em Tamandaré, a duas léguas de Curitiba.¹⁵

Esse quadro demonstra com clareza a predominância do capital comercial e da produção manufatureira, concentrado em uma área urbana, e como pólo de absorção de uma extensa e próxima área de subsistência.

Parece-nos que não foi este o momento histórico em que a “racionalidade capitalista” penetrou nas relações de produção no Paraná. A desagregação da sociedade campeira, com a perda do braço escravo e do comércio do gado, é absorvida pela aristocracia que usa da prática do coronelismo, do mandonismo, para se respaldar e se manter no poder. Nesse sentido, apoiou o golpe militar de Deodoro, buscando na forma federativa maior poder de barganha nas relações comerciais internas e externas. É nesse contexto que inserimos o Paraná no ano de 1889, ano da liquidação do Império e início da República.

As Oligarquias “Radicais”

Em 1889 “a situação política do Paraná era praticamente a mesma de todo o período Provincial (...)”¹⁶ A alter-

13 PADIS, Pedro Calli. *Formação de uma economia periférica: o caso paranaense*. São Paulo, 1970. p. 67-9. Tese, Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

14 IANNI, p. 57.

15 IANNI, p. 57.

16 BALHANA et alii, p. 184.

nância no poder que se dava na Corte repetia-se aqui. Os Conservadores estavam no governo desde 1886. Em junho de 1889, com a queda do Gabinete Conservador de João Alfredo e ascensão do Gabinete Liberal de Visconde de Ouro Preto, assume, no Paraná, o principal líder Liberal, Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá que, junto com Manuel Alves de Araújo, formava a família dos Barões de Tibagi e dos Campos Gerais, “a mais poderosa oligarquia local, durante todo o tempo da Província do Paraná”.¹⁷

O Partido Conservador era chefiado por Manuel Antonio Guimarães (Visconde de Nacar) e por Manuel Francisco Correia (Senador do Império), “ambos pertencentes também a poderosas famílias que no litoral controlavam o comércio importador e exportador da erva-mate”.¹⁸ Portanto, em ambos os partidos predominavam oligarquias tradicionais.

O fenômeno observado pela professora Westphalen,¹⁹ da predominância da aristocracia fundiária entre os Liberais e do grupo comercial entre os Conservadores, é relativamente explicável, pois aristocracia exclusivamente agrária ou exclusivamente comercial inexistia no Paraná. Como vimos nos títulos anteriores, estavam umbilicalmente ligadas, donde as divergências eram mais de cunho pessoal, superficiais. Nomes como Vicente Machado, Menezes Dória, Jesuino Marcondes, Generoso Marques, todos de origem “liberal” e oriundos do planalto, buscavam sobreviver ao regime falido, por isso o seu “radicalismo”.

A “unidade partidária” era muito frágil. Em 1888, na Assembléia Provincial, Vicente Machado declarava-se publicamente como republicano.²⁰ Depois da vitória republicana, Vicente Machado e Generoso Marques tornaram-se inimigos, chefiando agremiações políticas oponentes. João Menezes Dória, também liberal, chefiou o governo revolucionário provisório — instalado a 20 de janeiro de 1894 — da Revolução Federalista no Paraná que depôs o governador Vicente Machado. Este rápido quadro nos deixa à vontade para afirmarmos que as alianças ou os partidarismos eram meramente convencionais. Afinal, como veremos, o movimento republicano no Paraná teve o apoio de setores do fracionado Par-

17 BALHANA et alii, p. 148-9.

18 BALHANA et alii, p. 148-9.

19 BALHANA et alii, p. 148-9.

20 BALHANA et alii, p. 148-9. A professora Westphalen registra em data anterior essa declaração: “(...) em 1881, de Castro, Vicente Machado apresenta, embora sem êxito, a sua candidatura republicana à Assembléia Provincial”. (p. 185). Ainda na mesma obra: “Nas eleições de 1887, Vicente Machado apresentara-se candidato à Assembléia Provincial pelo Partido Liberal e fora eleito. Sua atuação foi porém, republicana, tornando-se desde então chefe do partido no Paraná”. (p. 186).

tido Conservador, fortalecendo a frágil agremiação republicana. Quer dizer, os liberais são “radicais”, mas são os conservadores que ultimam a República.

A Propaganda Republicana e as Dissidências

Os primeiros clubes republicanos foram fundados em Curitiba (1885) e em Paranaguá (1887). Em Curitiba o primeiro presidente foi Eduardo Mendes Gonçalves, eleito numa assembléia com a presença de 30 membros que afirmavam ser o Clube uma sociedade político-literária.²¹

Na imprensa, o movimento republicano teve o seu primeiro sinal na Província com o “Operário da Liberdade”, de Barros Jr., que fazia propaganda do abolicionismo e republicou o “manifesto de 70”. Mas foi com a “Livre Paraná”, de Fernando Simas e Guilherme Leite, surgido em Paranaguá a 7 de julho de 1883, que a propaganda sistematizou-se.²² A 15 de março de 1886 começou a circular semanalmente, como órgão do Partido Republicano Paranaense, “A República”, fundado por Eduardo Mendes Gonçalves e Joaquim Antonio Silva.²³ A 7 de abril de 89, surge em Paranaguá o “Pátria Livre”, ardoroso propagandista da república, fundado por Albino Silva.²⁴ Será, então, através da imprensa que procuraremos dar um quadro da campanha republicana, permeada, é claro, pelo confronto constante entre liberais e conservadores.

Em janeiro de 1889, em pleno governo conservador, o jornal liberal “Dezenove de Dezembro” acusara o Sr. Balbino da Cunha — Presidente da Província — de não convocar a assembléia e impor impostos, suprimindo

o princípio constitucional de que os impostos só pelos legítimos representantes do povo podem ser votados e, lançou a província no regimen da dictadura (...). [E ainda,] não pode ser mais triste, nem mais desoladora a situação governamental da província. Trabalhada por uma crise econômica e comercial, que se faz penosamente sentir em todas as profissões, administrada pessimamente, por melhor dizer — a esmo e ao caso; tolhida em seu movimento para o progresso; nunca se lhe impoz com

21 MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba, Ed. Guaíra, s.d. p. 462-3.

22 MARTINS, p. 464.

23 BALHANA et alii, p. 187.

24 PILOTTO, Oswaldo. *Sinopse histórica do Paraná*. In: *GUIA Globo de exportação e importação do Paraná*. Porto Alegre, 1953. p. 4-8.

tão momentos a necessidade e concurso dos seus representantes a fim de debellar as causas que contribuem para um estado que o governo, com as mãos na cabeça, deplora, mas que não teve critério, nem capacidade, nem força de vontade bastante para conjurar.²⁵

É muito importante, para o nosso trabalho, o registro dessa crítica dos liberais, nesse momento fora do governo, aos governistas conservadores.

Em contrapartida a “Gazeta Paranaense” — “órgão do Partido Conservador” — publicava manifestações de irrestrito apoio dados por inúmeras personagens, como Santos Andrade, Barão do Serro Azul, Visconde de Nacar ao governo²⁶ e fazia críticas ao que chamava de “ideias utópicas da república e de sua proposta de uma reforma agrária, onde as terras terão de ser divididas entre os proletários.”²⁷

Como vamos perceber, a facção que se encontrava fora do governo, na oposição, reivindicava-se democrata, de lutar contra a ineficiência administrativa e a corrupção, assumindo ares de vítima quando seus correligionários perdiam cargos de confiança política no governo.

Em março, o “Dezenove de Dezembro” anunciava uma reunião do Diretório Conservador, convocados por Rocha Pombo,²⁸ Dr. Justiniano de Mello e Silva, Zacarias de Paula Xavier e outros, onde afirmavam que buscariam “um Directorio que dê ao Partido Conservador uma organização solida e duravel, baseada sobre o voto livre do eleitorado.” Em seguida, num tom lacônico, mas picante, “contamos que o Barão do Serro Azul, Dr. José Pereira dos Santos e Eduardo A. Vasconcelos Chaves vão convocar outra reunião para constituir-se outro directorio conservador”.²⁹ e no dia 20 de março anunciava a formação de mais um diretório comandado pelo Barão do Serro Azul.³⁰

Este momento é muito importante para o quadro político da Província, pois nos mostra o momento da ruptura no Partido Conservador e que não é apenas local. Da Corte chegavam notícias de que o Ministério Conservador de João Alfredo era demissionário e este fato evidentemente acelerou o fracionamento do partido.

25 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 31 jan. 1889.

26 GAZETA PARANAENSE, Curitiba, 11 jan. 1889 e 25 jan. 1889.

27 GAZETA PARANAENSE, Curitiba, 23 jan. 1889.

28 BALHANA et alii, p. 185.

29 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 2 mar. 1889.

30 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 20 mar. 1889.

D. Pedro II convocou o liberal Visconde de Ouro Preto para organizar um novo Gabinete, este munuiu-se das medidas de reformas propostas pelo Congresso do Partido Liberal³¹ no sentido de anular o avanço das idéias republicanas.³² Questão que o "Pátria Livre", de Paranaguá, considerava como sendo manobras dos Liberais,

não nos surpreendeu a notícia da queda da situação conservadora. Tínhamos previsto esse resultado em face das circunstâncias que deram causa a uma crise tão demorada, sendo uma dellas as divergencias q'reinavam profundas no seio do partido decaído. Um novo Ministerio deste partido seria prolongar a existência de um moribundo, e ahi teríamos, ao lado da corôa, em vez de sete ministros curando os interesses da patria, sete enfermeiras de um partido e de uma monarchia prestes também a succumbir.

O regosijo, porem, dos liberaes que hoje assomam as sacadas da governação; esse regosijo que veio apoz tanta lisonja às instituições juradas; que os arrastou ao mais baixo aulicismo por um fingido amor à monarchia, terá breve desillusões.

Um dos pontos do celebre programma liberal, não esqueçamos, é a repressão a propaganda republicana (...). [Para em seguida fazer uma ameaça,] as armas que hontem manejavamos para profligar os abusos do poder, hoje se acham apontadas para o seu lado sempre em nome do mesmo principio

31 CASALECCHI, p. 82. Eis alguns pontos do programa Liberal: 1) "alargamento do voto", sendo eleitor todo cidadão que soubesse ler e escrever; escrutínio secreto, aumento do número de deputados; 2) maior autonomia para as Províncias e Municípios; 3) reforma da administração provincial — o presidente de provincia seria nomeado pelo Imperador dentre os cidadãos indicados em lista triplíce por votação direta dos eleitores; 4) direito de reunião; 5) casamento civil obrigatório; 6) plena liberdade de cultos; 7) temporariedade do Senado e reforma do Conselho de Estado; 8) liberdade do ensino e melhoria de sua qualidade; 9) redução dos direitos de exportação; 10) incentivo à imigração; 11) lei que facilitasse a aquisição de terras públicas; 12) criação de estabelecimentos de crédito para proporcionar mais recursos à lavoura; 13) redução dos fretes.

32 Depoimento do Visconde de Ouro Preto ao Imperador: "Vossa Magestade terá seguramente notado que em algumas provincias agita-se uma propaganda ativa cujos intuitos são a mudança da forma de governo. Essa propaganda é precursora de grandes males, porque tenta expor o país aos graves inconvenientes de instituições para que não está preparado, que não se conformam às suas condições e não podem fazer a sua felicidade. No meu humilde conceito é mister não desprezar essa torrente de idéias falsas e imprudentes, cumprindo enfraquecê-la, inutilizá-la, não deixando que se avolumem. Os meios de conseguilo não são os da violência ou repressão, consistem simplesmente na demonstração prática de que o actual sistema de governo tem a elasticidade bastante para admitir a consagração dos principios mais adiantados, satisfazer todas as exigências da razão pública esclarecida, consolidar a liberdade e realizar a prosperidade e grandeza da pátria, sem perturbação da paz interna em que temos vivido durante tantos anos. Chegaremos a este resultado, Senhor, empreendendo com ousadia e firmeza largas reformas na ordem política, social e económica, inspiradas na escola democrática. Reformas que não devem ser adiadas para que não se tornem improfficuas". Citado por CASALECCHI, p. 80-1.

que defendemos. Estamos, pois, em nosso posto. [E denunciava a velha política de tirar dos cargos públicos todos os inimigos políticos, como] (...) vinganças caprichosas e pequeninas dos partidos que se apoiam na instituição carunchosa da monarquia brasileira.³³

Mas, evidentemente não era essa a opinião dos Liberais da Província que exaltavam, como solução, as suas propostas e arriscavam até uma crítica à centralização, certamente um pouco à revelia dos chefes, num desabafo pela crise econômica pelo qual passava o Paraná. Desse modo posicionavam-se os Liberais:

Não mais se dirá (...) que somos uma agremiação de homens que visam apenas o poder; que nada ha mais parecido no Brasil do que um conservador com um liberal.

É irritante que em um paiz que conta população superior a 12 milhões de indivíduos, somente 200 mil gozam de direitos políticos.

(...) com igual força impõe-se à opinião a da autonomia das provinciais atrophiadas em seu desenvolvimento pela hydra da centralização, que paralyza os seus movimentos. Si às províncias pertencesse o governo local, não soffreria o Paraná o triste e doloroso espetáculo que todos presenciámos com magoa, sem deparar um correctivo para os erros e abusos de uma administração impossível em um regimen autonomo.³⁴

Mas acabam fechando em apoteose, “ou os liberaes com seu programma ou ohaos”³⁵ Com relação ao Partido Conservador, são categóricos: “o Partido Conservador desaparecerá por inútil e em breve será apenas uma curiosidade archeologica no nosso museu politico”³⁶

Para os Conservadores — a dificuldade é saber quem fala pelo partido! — só lhes restava saudar o advento dos Liberais, reconhecendo as dificuldades por que passava o Partido e prometendo apoio, mas advertem,

(...) que a arvore frondosa já está se sentindo impressionada até as radículas pelo primeiro sopro

33 PÁTRIA LIVRE, Paranaguá, 9 jun. 1889.

34 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 25 maio 1889.

35 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 5 jun. 1889.

36 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 11 jun. 1889.

do vento precursor da tempestade que ainda vem longe, e que um verme traçoeiro, encontrando essas raízes cheias de boa seiva e lombrigando nelas o desejado pasto para o seu organismo faminto, começa por baixo o seu trabalho latente e eterno de destruição, irá sugando pouco a pouco a vida do gigante da floresta, e ele um dia cairá inesperadamente, como cahiu a outra arvore que lhe interceptava a luz do sol, despertando os echos com o estrondo dessa quéda, e deixando então vazia, por sua vez uma grande parcella do espaço.³⁷

O Último Governo Monárquico

A 16 de junho, Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, Presidente, e Joaquim J. Alves, Vice, assumiam o comando político do Paraná. A posse foi saudada por Liberais e Conservadores. Jesuino falou da dívida da Província e traçou um quadro nada animador da economia provincial.³⁸ E como já era uma tradição na política, iniciou um processo de substituição nos cargos públicos, colocando homens de sua confiança política.³⁹

Na Corte, o governo fechava o Congresso e convocava eleições para Deputados à Assembléia Provincial (1.º de setembro) e Geral (1.º de agosto). Os Liberais foram os primeiros a definir seu candidato a Deputado Geral, o Dr. Generoso Marques dos Santos, que já tinha um programa definido: “a descentralização, por meio de conveniente autonomia administrativa das Provincias. D’ahi à federação não vai mais que um passo”.⁴⁰ É evidente o reformismo da proposta liberal. No Rio, o chefe dos liberais, Visconde de Ouro Preto, não deixava por menos:

Viva a monarchia, que é a forma do governo que a immensa maioria da nação abraça e a unica que pode fazer a sua felicidade e a sua grandeza. Sim, viva a monarchia brasileira, tão democrática, tão abnegada, tão patriótica, que seria a primeira a conformar-se com os votos da nação e a não lhes

37 GAZETA PARANAENSE, Curitiba, 13 jun. 1889.

38 PARANÁ. Governo. 1889 (Sá). Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná no dia 15 de julho de 1889 pelo presidente da Província conselheiro Jesuino Marcondes d’Oliveira e Sá. Curitiba Typ. Dezenove de Dezembro, 1889.

39 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 22 out. 1889. Nesta data foi publicada a 13.ª Sessão Ordinária, de 24 de setembro, da Assembléia Provincial, onde se debateu o direito ou não que tem o Presidente em promover demissões por motivos políticos.

40 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 1 jul. 1889. p. 2.

opor o menor obstáculo, se ella, pelos seus órgãos competentes, manifestasse o desejo de mudar de instituição.⁴¹

É óbvio o desejo dos Liberais de promoverem reformas sob a ordem e segurança. Parece que, agora no governo, perderam o radicalismo de quando na opposição.

Quanto a candidaturas, Conservadores e Republicanos abrem uma vigorosa discussão interna. Somente algumas vozes se fazem ouvir com clareza; e uma dessas é digna de ser citada. É a do Diretor do "Patria Livre", Albino Silva, republicano declarado, que expressa sua opinião no editorial do dia 21 de julho:

Bem sabemos que cada um de nossos co-religionários saberá cumprir com o seu dever quando fôr chamado às urnas, no pleito que se vae ferir a 31 do mez proximo; entretanto achamos conveniente repetir que o nosso posto é não divergir do pensamento do republicano honesto e sincero, e não nos desviar um só ponto da linha traçada pela disciplina. Propala-se que iremos ajudar a chapa conservadora, o que é simples invenção, fructo do receio de que o nosso voto possa influir para a derrota do candidato liberal.

Quanto nos parece, não é infundado o receio de que o nosso voto possa fazer pender a balança para o lado em que se manifestar; mas não podemos atinar com a conveniencia que possa dahí advir nosso partido ou as nossas aspirações. Pelo simples prazer de derrotar o governo?

Mas o candidato conservador nada nos garante nem mesmo promete em apoio das nossas idéias. E depois, a que nos conste, esse partido não chegou ainda em accordo sobre candidato. Dividido em duas facções, uma destas parece nem fazer questão de interesse partidario, mas sim de família, tanto assim que deixa de ceder à outra com prejuizo da victoria do seu partido nas urnas.

E seremos então nós os republicanos que havemos de ir em auxilio de uma chapa repudiada pelos proprios conservadores?

E seremos nós q'iremos apoiar a candidatura de um moço, aliás distincto pelo seu character e pelo

41 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 22 jun. 1889.

nome de seus maiores,* mas q' é o representante dessa politica feudataria à qual devemos o atrazo em que ainda vivemos? (. . .)

Liberaes ou conservadores são monarchistas, ou, pelo menos, querem viver à sombra da instituição monarchica contra a qual nós trabalhamos.

Pela nossa parte confessamos que o eleitorado republicano daria uma prova de falta de orientação politica ligando-se a qualquer dos partidos monarchicos. Repugna-nos até pensar em semelhante cousa, e temos tanta confiança no caracter de nossos co-religionários que garantimos a inverdade do que se propala a cerca do seu apoio ao candidato conservador.⁴²

Quanto aos Conservadores, um setor significativo acabou abraçando as propostas dos Liberais, com o argumento de que "o reptil monstruoso que pretende esmagar-nos, suffocando a monarchia", a República, seria o seu inimigo principal no momento e por isso a solidariedade a Jesuino Marcondes, pois "(. . .) o novo presidente não permitirá o republicanismo (. . .) confiamos nas suas promessas (. . .)" ⁴³ E quando eram criticados de estarem bajulando em demasia os liberais, reafirmavam-se conservadores e que o que desejavam era o bem da sociedade e a estabilidade e firmeza dos partidos monárquicos, para a garantia da paz da nação.⁴⁴

Porém, apesar de sérias divergências no seu interior, o Partido Conservador indicava o Dr. Manoel Correia Júnior, filho de um dos chefes do Partido e Senador do Império. O "Dezenove de Dezembro", liberal, menosprezava, com inteligência, o candidato oponente.⁴⁵ De qualquer forma, a polémica que se abria na imprensa deixa evidente que a indicação de Correia Jr. foi imposta por um grupo oligárquico, conforme demonstra este editorial do "Sete de Março":

é falso que o candidato apresentado à deputado geral por um jornal desta cidade,* tivesse sido recomendado pelas influencias paroquiaes, convocadas clandestinamente por alguns cidadãos aqui residentes (. . .)

* Refere-se o editorialista ao filho do Senador Manuel Francisco Correia, chefe conservador.

42 PATRIA LIVRE, Paranaguá, 21 jun. 1889.

43 GAZETA PARANAENSE, Curitiba, 15 jun. 1889.

44 GAZETA PARANAENSE, Curitiba, 26 jun. 1889.

45 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 18 jul. 1889.

* O jornal a que se refere, trata-se do "Tribuna".

Não são os conservadores tão beócios como querem fazel-os; nem a provincia está disposta a permanecer sob o domicinio de uma pandilha, que, depois de esvasiar os cofres publicos e arruinar os creditos da administração, quer pavonear-se com as adhesões e suffragios que o povo costuma dispensar e conceder aos seus eleitores. Nós, conservadores, não podemos nem devemos encampar os erros e abusos da politica pessoal que está felismente estrebuchando, e será varrida do solo da provincia.

Não, essa gente não pode apresentar candidatos, nem pedir votos (. . . .)

Em nome do eleitorado conservador, das suas verdadeiras e legitimas influencias, em nome dos brios da provincia, declaramos que, nas emergencias, o unico procedimento compativel com a dignidade civica é a abstenção em massa, para tornar impossivel candidatura, ou o combate em torno de nova bandeira, se a provocação e o acinte nos levarem ao desespero.⁴⁶

Quer dizer, entre ter de aceitar a candidatura de um Correia, era preferível ou abstenção ou bandear para outro partido.

Essas divergências no seio conservador explicitavam-se também nos debates na Assembléia Provincial quando os deputados Coriolano Mota, Teixeira de Freitas, Justiniano de Mello, Ricardo Nascimento, entre outros, mesmo reafirmando-se conservadores, apoiavam a política administrativa de Jesuino Marcondes.⁴⁷ Outros, ainda, como era o caso do Barão do Serro Azul, apoiavam o nome do Dr. Vicente Machado para Deputado Geral, mas que, por este ser republicano, tem seu nome rechaçado publicamente⁴⁸ pelos mesmos dissidentes que não aceitavam a candidatura Correia Jr. Este mesmo grupo acaba indicando o nome do Deputado Provincial Justiniano de Mello à Assembléia Geral.⁴⁹

Em síntese, era esse o quadro entre os conservadores quanto à indicação de candidato à Assembléia Geral, e que mostra o grau de fracionamento do partido e as divergências quanto às idéias republicanas: 1) o Senador Manuel Fran-

46 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 22 Jul. 1889.

47 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 30 Jul. 1889.

48 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 2 ago. 1889.

49 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 2 ago. 1889. "As atenções aqui estão voltadas para o Dr. Justiniano de Mello. Os conservadores veem que é o único homem capaz de vingar todos os desastres sofridos pelos conservadores".

cisco Correia, chefe do partido, apoiava a candidatura de seu filho, Dr. Correia Jr., engenheiro radicado fora do Estado e sem nenhuma representatividade eleitoral. Esta conduta reflete muito bem o mandonismo local, fundado no personalismo do velho senador quçe, antiliberal e anti-republicano, impõe a sua vontade;

2) o Deputado Provincial, Barão do Serro Azul, também chefe partidário, aproximou-se dos republicanos, propondo, em troca do apoio aos candidatos conservadores à Assembléia Provincial, o apoio destes ao republicano Dr. Vicente Machado que seria indicado pelo 2.º Distrito Eleitoral para Deputado Geral. Fica evidente, aqui, a abertura, ao menos tática, do Barão às idéias republicanas e a não-concordância com o nome do Dr. Correia Jr., pois indica o Dr. Vicente Machado;

3) o grupo dissidente, apoiado pelo jornal "Sete de Março", rejeitava o republicanismo, rejeitava também o mandonismo dos chefes conservadores e, por falta de uma força própria, oscilava entre a candidatura tímida de Justiniano de Mello e o apoio aos Liberais. Acabaram diluindo-se no interior destes.

Também na agremiação republicana havia fracionamentos. Um grupo, com voz no jornal "A República", estaria optando pela aliança com os Conservadores, conforme proposta do Barão. O partido reuniu-se no Club Republicano no dia 13 de agosto e a maioria — representada na imprensa pelo "Patria Livre" — deliberou contra o apoio aos conservadores,⁵⁰ pois não lhes interessava comprometimento com nenhum partido monárquico. Chegaram a propor abstenção, mas concluíram que acabariam fortalecendo os Liberais. Por isso, numa eleição prévia, indicaram para Deputado Geral o engenheiro Eduardo Mendes Gonçalves e vários nomes à deputância provincial.⁵¹

Ao final, Conservadores e Republicanos saíram com candidaturas próprias, com o Dr. Vicente Machado contentando-se a concorrer a uma vaga na Assembléia Provincial.

Diante do fracionamento da "oposição", nas eleições acabaram vitoriosos os situacionistas liberais. A Monarquia estava salva. A revolução fora dominada. Os votos somados do Dr. Correia Jr. (Conservador), com os do Dr. Eduardo Gonçalves (Republicano), não alcançavam a votação do Dr. Generoso Marques (Liberal).

50 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 16 ago. 1889.

51 Os candidatos a Deputados Provinciais foram os seguintes: Guilherme José Leite (negociante), Francisco José de Souza (negociante), Albino José Silva (jornalista/industrial), Alvaro Nobrega (negociante/industrial), Mauricio Sinke (industrial/negociante), Dr. Victor do Amaral (médico) e outros. DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 14 ago. 1889 e PÁTRIA LIVRE, Paranaguá, 16 ago. 1889.

Para os Liberais o regozijo foi geral. Passaram a se considerar o partido da unidade que falava em nome dos paranaenses.⁵²

Os Conservadores na "Tribuna" reconheciam a força do candidato liberal: "A vista dos factos, é fóra de duvida que o Sr. Dr. Generoso Marques dos Santos, hoje e para sempre, é o único candidato viavel por este districto, pois concentra em sua illustre pessoa o voto plebiscitário do nosso povo, sem distincção de partidos (. . . .)"⁵³

Já para os republicanos, fragorosamente derrotados, o resultado eleitoral não foi aceito como natural, principalmente entre o grupo mais radical:

Por ventura a derrota dos candidatos republicanos, mesmo daquelles que tinham a esperança de vencer, importa a derrota da idéa?

Não: em parte alguma isso poderia ser admitido, e muito menos em um paiz como o nosso onde o governo, por mais enfraquecido que seja o partido donde surge, nunca perde eleição, pois isto q'aqui se chama — consultar a nação — é um pretexto futil e hypocrita, arma de dous gumes, creada pela Constituição para engodo deste povo beocio, para ferir a todos os partidos em proveito da monarchia.

[E acusavam os Conservadores e a "compra de votos" de terem permitido a vitória do partido governista.]

(. . . .) a scisão de um grupo de conservadores despeitados e ambiciosos que se ligaram ao partido do governo e com o qual fez a vergonhosa transacção que todos nós sabemos. Porem, o que mais concorreo para a grande victoria do candidato liberal foi a completa falta de character de uma grande parte do eleitorado que miseravelmente se deixou vender pelo dinheiro do governo, que infelismmente é também o dinheiro dos homens honestos de todos os partidos! Foi essa horda de miseráveis sem consciencia nem pudor, verdadeiros residuos apodrecidos, prostitutos politicos, que, sahindo do antro infecto em que vivem foram nodoar com o seo contacto os homens de bem do partido liberal.⁵⁴

52 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 1 out. 1889.

53 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 5 set. 1889.

54 PÁTRIA LIVRE, Paranaçuá, 8 set. 1889.

Mas apesar dessa lucidez política, a derrota abalou os republicanos.

Realmente o Paraná é a única província do Sul onde o movimento republicano pouco se tem manifestado, e, a julgar por essa pouca manifestação, ella está mesmo longe de corresponder as sympathias e as esperanças dos grandes centros.

Apresentam justificativas do tipo “província nova, creança apenas desperta aos rumores do progresso” ou “não obstante a falta de adesão franca ao nosso partido, nós sentimos pulsar no coração dos paranaenses vivas sympathias pela causa da república. [E compara a oposição dos paranaenses também ao movimento abolicionista, mas justifica]: A questão do negro chocava interesses pessoas, tirava a muitos cidadãos o que elles tinham como sagrado direito de propriedade, ao passo que a monarchia só choca o interesse de uma familia, de uma dinastia.⁵⁵

Esta dinastia a que se referia o “Patria Livre” era a oligarquia dominante no Paraná que, como vimos, estava unicamente preocupada em participar do governo, de garantir o seu prestígio. Se alguns setores desta elite passaram a levantar a bandeira da República, era por se encontrarem fora do governo e pelo caos em que a ineficiência da monarchia, ou do próprio modelo econômico, jogava as Províncias de recursos menores.

Se o movimento republicano no Paraná não era expressivo, como colocou a Prof.^a Westphalen,⁵⁶ afirmarmos que a República foi possível pela “omissão dos monarchistas”, muito pouco esclarece, pois na verdade a República só se deu com a participação dessas oligarquias, através de um golpe militar que garantisse a ordem instituída.

Passadas as eleições a normalidade política retornou. Fortalecido, o governo continuava sua rotina e a oposição, enfraquecida, limitou-se a acusações esparsas em relação à ilegalidade das verbas para a educação, aumento do imposto sobre a carne e outras mercadorias importantes, demissões de oposicionistas, etc. Somente os republicanos radicais man-

55 PÁTRIA LIVRE, Paranaguá, 22 set. 1889.

56 BALHANA, et alii, p. 184-8.

tiveram as suas idéias acesas, apesar de se sentirem débeis e sem rumo.⁵⁷

A República foi proclamada no Rio sem qualquer envolvimento das oligarquias locais. E o golpe consolidou-se pela participação conivente delas, acatando, na prática, em nome da ordem e da segurança, as medidas tomadas para, em seguida, a nível nacional e local, passarem a disputar o governo.

As notícias da proclamação chegam ao Paraná como “a mais agradável surpresa”⁵⁸ para os republicanos. O mais importante foi como o governo liberal de Jesuino Marcondes recebeu a notícia do golpe, convocando uma reunião para o dia 17 de novembro, quando

(...)S.Ex. — o Presidente da Provincia — expoz o fim da reunião, dizendo que, ante os acontecimentos que acabam de dar-se no paiz e que tiveram por immediata consequencia a eliminação do regimen monarchico e a retirada da familia imperial, julgou acertado que o partido liberal da provincia tomasse logo a attitude que o patriotismo impõe a todos os brazileiros, nas emergencias actuaes. Nesse sentido, S. Ex. entendeu que os membros dos velhos partidos nada mais cumpria sinão aceitar os factos consumados, ter toda calma e prudencia, de modo a prestar cada qual o seu concurso á patria para a construcção do novo regimen. Assim que S. Ex. julgou do seu dever, pensando interpretar os sentimentos geraes dos seus adherentes politicos, endereçar ao chefe do governo provisorio uma mensagem de adhesão; e para esse seu procedimento pedia a approvação dos cidadãos presentes, confiando também na de todos os amigos das demais localidades e em geral na de todos os paranaenses. Disse ainda S. Ex. que convinha tomar uma denominação para o novo partido, e reorganiza raõ mesmo tempo a imprensa. Em seguida, pediu a palavra o Sr. Dr. Generoso

57 Eis a posição dos republicanos: “O partido republicano precisa tomar precauções urgentes que os fatos ultimamente sucedidos estão reclamando. É necessário encarmos as coisas como elas realmente são e deixarmos-nos de contemporisar mais; precisamos agir. Para isto é de toda conveniência que os centros mais influentes tomem deliberações enérgicas a fim de sabermos como proceder nas emergências atuais. É sabido que pouco ou nada podemos influir para a boa marcha do partido, mas em todo caso, apesar de pequenos, queremos concorrer com o nosso fraco apoio para a realização de tudo quanto mais presamos — a República —. Venha ela de qualquer forma, si for preciso destruir para construir destruíamos, contanto que tenhamos a satisfação de dizer: somos livres!” PÁTRIA LIVRE, Paranaguá, 20 out. 1889.

58 PÁTRIA LIVRE, Paranaguá, 25 nov. 1889.

Marques, e em breve discurso applaudio a conducta do illustre chefe Sr. conselheiro Marcondes e indicou que o novo partido tomasse a denominação de partido republicano federalista (. . . .) ⁵⁹

Essa era a principal preocupação, mudar a sigla do partido. Os homens continuavam os mesmos. Foi nomeada uma comissão de imprensa do novo partido; nela se encontravam antigos opositores radicais ao movimento republicano.⁶⁰

Os militares na ex-província reuniram-se e aderiram ao golpe realizado na Corte. O Comandante da Brigada, Coronel Francisco José Cardoso Junior recusou-se a assumir a ordem e a segurança do novo regime, “asseverando que o Conselheiro Marcondes podia contar com todo o seu apoio e de seus companheiros”,⁶¹ dando um tom de possível rebeldia. Porém o Governo Provisório enviou telegrama “recomendando ao Coronel Cardoso Junior que mantivesse a ordem publica”.⁶² Diante disso, Jesuino passou o governo para o Coronel Cardoso Jr. Portanto, o primeiro governador do Estado do Paraná, o Coronel Francisco Cardoso Junior, era um homem de inteira confiança política dos monarquistas que governavam a ex-província.

A partir desse momento, todos os principais chefes políticos do Paraná aderiram, sem exceções.⁶³ E os Partidos Republicanos — e, é claro, com suas respectivas dissidências — proliferaram, cada um dizendo-se mais autêntico que o outro.

A política não mudou. Os homens não mudaram.

59 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 18 nov. 1889.

60 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 18 nov. 1889.

61 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 18 nov. 1889.

62 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 18 nov. 1889.

63 Avolumam-se as cartas de adesão à República. Registramos algumas, como a do Barão do Serro Azul (PÁTRIA LIVRE, Paranaguá, 8 dez. 1889) e do Sr. Manoel Francisco Correia (DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 7 dez. 1889).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BALHANA; Altiva Pilatti; PINHEIRO MACHADO, Brasil; WESTPHALEN, Cecília Maria. *História do Paraná*. Curitiba, Grafipar, 1969. v. 1.
- 2 BENAKOUCHE, R. *Acumulação mundial e dependência*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- 3 CASALECCHI, José Ênio. *A proclamação da república*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- 4 DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, jan.-dez. 1889.
- 5 GAZETA PARANAENSE, Curitiba, jan.-jun. 1889.
- 6 GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 2.ed. São Paulo, Ática-1978.
- 7 IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- 8 LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil, 1808 a 1939*. 2.ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.
- 9 MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba, Ed. Guaíra, s.d.
- 10 PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso paranaense*. São Paulo, 1970. Tese, Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- 11 PARANÁ. Governo. 1889 (Sá). *Relatório apresentado á Assembléa legislativa do Paraná no dia 15 de julho de 1889 pelo presidente da Província conselheiro Jesuino Marcondes d'Oliveira e Sá*. Curityba, Typ. Dezenove de Dezembro, 1889.
- 12 PÁTRIA LIVRE, Paranaguá jun.-dez. 1889.
- 13 PILOTTO, Oswaldo. Sinopse histórica do Paraná. In: GUIA Globo de exportação e importação do Paraná. Porto Alegre, 1953. p. 4-18.
- 14 SÁ, M.A.F. *Dos velhos aos novos coronéis*. Recife, PIMES, 1974.
- 15 SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: **BRASIL em perspectiva**. 9.ed. São Paulo, Difel, s.d.

FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito social (1890-1920). São Paulo, DIFEL, 1976. 283 p.

O estudo da classe operária de São Paulo e Rio de Janeiro no princípio de sua formação, considerando-a parte integrante da história do país e sujeito de sua história, delinea-se como o objetivo desta obra de Boris Fausto, a qual procura abarcar a problemática da classe operária em dois níveis de análise: como classe social e em suas relações com os demais grupos sociais.

Tomando como base de estudo as condições materiais de existência do proletariado (mundo do trabalho, habitação, salário real) e a mentalidade coletiva (ideologia, comportamentos e atitudes), Fausto alia a análise das ações coletivas deflagradas pelas diferentes orientações políticas, ao cotidiano, para ele, "um tempo mais conservador, igualmente relevante para se definir um padrão ideológico" (p. 6). Ciente da incidência da dimensão política neste tipo de estudo, explicita as objeções que se oferecem ao exame das camadas dominadas de uma sociedade, como a detecção das contradições sociais, a dificuldade de reconstrução histórica, dado o abafamento do discurso dessas classes. A metodologia que utiliza combina o uso de fontes primárias e secundárias, principalmente jornais da época, além de tratar certas questões com técnicas quantitativas, sem ofuscar o paciente trabalho de uma história-interpretação, ao marcar uma conjuntura.

A obra desdobra-se em três partes. Na primeira parte o Autor expõe as determinações estruturais da formação da classe operária no Brasil, que se configura a partir de fins do século XIX, vinculando-a às transformações processadas pela expansão da economia cafeeira. As primeiras manifestações industriais de base agrária concentraram o operariado no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas segundo Fausto, as relações capitalistas de produção só se constituíram com a

extinção do sistema escravista e o aumento do potencial de trabalho, através da entrada de imigrantes. Entretanto, a dispersão geográfica do proletariado fabril e as condições específicas do meio rural dificultaram a formação de um verdadeiro movimento operário, porque “embora o núcleo estrutural da economia residisse no campo, o conflito social concentrou-se nos setores secundários e de serviços” (p. 21), explica o Autor. Como outras determinações estruturais apontam as condições de oferta do mercado de trabalho, muitas vezes defasadas a super-oferta de força de trabalho e a capacidade de absorção do sistema industrial, e a composição étnica da classe operária, cuja predominância de estrangeiros provoca contradições no comportamento do operariado e nas concepções ideológicas dos setores organizados da classe.

Para o período 1890 a 1917 trabalhado na segunda parte do livro, o Autor analisa as três correntes de pensamento que influenciaram o movimento operário: o trabalhismo, o anarquismo e o socialismo reformista.

O trabalhismo implicava aceitar a colaboração de classes e a dependência estatal, além de setores sociais intermediários, propensos a alianças com a classe trabalhadora. Daí a constituição de partidos operários trabalhistas, a interferência positivista com o reconhecimento de vários direitos sociais e a constante presença de militares na organização dos trabalhadores, que atingiu seu ponto alto em 1930. As reivindicações predominavam no núcleo estatal de serviços (navegação e ferrovias), enquanto no setor industrial a lógica da acumulação levava os patrões a não cederem.

Na verdade, os anarquistas, que ao lado de paralisações sob inspiração ideológica socialista, colaboraram em algumas ações já nos anos de 1895, 1905 e 1915, jamais pouparam críticas aos “trabalhistas”, devido à tendência daqueles para uma política de colaboração de classe. Com suas várias correntes, o movimento libertário anarquista chegou ao Brasil através dos imigrantes europeus que buscavam ascensão social e aqui encontraram uma política oligárquica perpetuando o autoritarismo. Pelo quadro de frustrações, Fausto explica a adesão ao anarquismo no Brasil. Como o anarco-sindicalismo via o sindicato como órgão de luta com funções educativas, aberto a trabalhadores com tendências políticas diversas, propugnava a supremacia dos trabalhadores manuais sobre os intelectuais de classe média, através do jornal “A Lanterna”, um dos seus principais instrumentos de organização e propaganda.

Já a atividade socialista concentrava-se em São Paulo no início do século, em torno da “Liga Democrática Italiana” e

do jornal "Avanti". A intenção era organizar o proletariado em partido de classe para alcançar o poder, pressionando o Estado no sentido de extensão da cidadania social e política. As razões do fracasso da proposta encontram-se, para o Autor, na reduzida participação no sistema político e na falta de apoio de camadas médias da população urbana.

Diante de uma legislação fabril ineficaz e das péssimas condições de trabalho, a mobilização dos operários urbanos durante as três primeiras décadas deste século, no Brasil, foi limitada, sobretudo, pela baixa representatividade da organização sindical aliada ao caráter descontínuo do processo de industrialização. Nos diversos ramos fabris apresentavam-se diferentemente as condições de trabalho, as relações conflituosas, o poder de pressão e a margem de concessões. O setor de serviços (ferrovias e portos, por exemplo) concentrava mais trabalhadores com tendências ao fortalecimento político, o que elevou o padrão de combatividade e repressão nas greves portuárias de 1905, 1912 e 1920. Já no setor industrial havia dificuldade articulatória entre os operários e formas associativas mais estáveis, visto o peso maior da ideologia anarquista.

O Autor associa a conjuntura econômica na delimitação das fases ascensionais (1905-1908) e o declínio (1909-1912) do movimento operário, mostrando uma relação entre períodos de prosperidade e aumento da mobilização operária, ao analisar três greves em São Paulo. Em 1906, o movimento da Companhia Paulista, quando os ferroviários exigiam medidas de organização autônoma e lutavam contra uma política de modernização da empresa que afetava o nível salarial e de emprego. Em 1907, a greve pelas oito horas de trabalho inicia-se na indústria de construção civil, metalúrgica e de alimentação. Em 1912, a mobilização de cerca de 9.000 sapateiros e tecelões. Em todos os casos são enfocados as estratégias de luta e os limites de espontaneidade dos movimentos.

Na terceira parte são traçadas as linhas da conjuntura 1917-1920: o conflito mundial agravando o problema da balança de pagamento e as conseqüências da recessão sobre as classes populares (desemprego, redução de salários, perda de pequenas conquistas). A greve geral de 1917 em São Paulo demonstrou o ascenso da classe operária, enquanto o acirramento do confronto de classes sociais explica-se pelo clima ideológico mais amplo da política internacional, principalmente a revolução de outubro na União Soviética e os conselhos italianos. As adesões e retrocessos da greve de 1917 são tratados através de seus liames com o empresariado, colo-

cado entre a coerção e a visão paternalista; com o Estado intervindo com cautela de início e, depois, reprimindo abertamente; com a opinião pública de uma classe média, completamente sem expressão organizatória independente; e com as posições dos jornais a respeito da greve.

Já a greve de novembro de 1918, preparada pelos anarquistas, apesar do seu reduzido grau de espontaneidade, chegou a mobilizar cerca de 20 mil trabalhadores, sob intensa repressão, deveria embasar uma malograda insurreição revolucionária. O anarquismo revelou sua insuficiência ao ignorar a questão do Estado e em não reconhecer a combinação de duas formas de luta — a economia e a política, segundo o Autor. Este bloqueio ideológico terminou por se refletir na definição das relações e alianças de classes.

Com esta obra, Fausto apresenta um dos mais analíticos estudos sobre a história do operariado no Brasil. O criterioso método de trabalho resulta da combinação parcimoniosa da pesquisa em detalhes própria do historiador, com incursões no campo sociológico. A cientificidade do estudo é garantida pela intensa referência a fontes primárias e a constante justificativa de escolha dos movimentos para exame.

Ao definir os padrões ideológicos de interferência na formação do movimento operário, através da apreensão do jogo de interesses dos diversos grupos sociais, seja das colocações ideológico-partidárias às negociações do empresariado, do papel repressivo do Estado às ínfimas condições de vida e de trabalho do operariado, seja das manifestações da imprensa à abordagem conjuntural interna e externa, Boris Fausto consegue mostrar a dialética dos níveis econômico e político no plano das decisões sociais e ações coletivas. A contribuição maior não está só em termos de conteúdo para o conhecimento da história do Brasil, mas está também no fato de repensar um tempo conjuntural, através da tentativa de captar o sentido das contradições estruturais.

SILVIA MARIA PEREIRA DE ARAÚJO

RAMOS, Cesar. História e reificação temporal. *História: Questões & Debates*, 2(2):37-62, jun. 1981.

A temporalidade constitui a categoria fundamental sobre a qual se desenvolve a análise das sociedades organizadas, pelos historiadores. Assim sendo, e em função igualmente do meu especial interesse pela teoria da história, li com muita atenção o artigo do meu colega Cesar Ramos, tratando da reificação temporal e da história. Esta leitura levou-me na-

turalmente a algumas reflexões acerca de certos tópicos tratados pelo autor, que gostaria de registrar. Antes, esclareço que o meu propósito não é propriamente contestar o artigo nos seus objetivos; o que desejo, tão somente, é ampliar certas idéias, ainda que modestamente, e criticar certos fundamentos utilizados pelo Professor Ramos para desenvolver o seu ensaio, fundamentos estes que considero equivocados.

1 — Eu consideraria de início algumas reflexões que a meu ver estão de pleno acordo com o desenvolvimento introdutório do autor. Desta forma, se à cada concepção de história corresponde uma concepção que a sociedade tem do tempo — sem dúvida relacionada com a organização social da população — é óbvio que a análise historiográfica tem de, necessariamente, considerar a história da temporalidade, nível que se inscreve hoje em dia no campo da história das mentalidades coletivas. Cumpre lembrar que, de acordo com Lucien Febvre, o conceito de **estruturas mentais** abrange ideologias, representações coletivas, crenças e esquemas mentais.

Sendo assim, existem de fato histórias concernentes a uma temporalidade primitiva, cuja característica é o primado da conservação sobre a desordem, de um tempo “muito lógico” sobre um tempo histórico,¹ enfim, da **longa duração** sobre os ritmos curtos do tempo. Por conseguinte, “ausência” de história, na medida em que as transformações comprometeriam a estabilidade do grupo (penso, como alguns antropólogos, não só nas chamadas **sociedades primitivas** mas, preferivelmente, no conceito mais abrangente de **sociedade tradicional**, por oposição às sociedades modernas ou **históricas**).

Levando adiante estas reflexões, pergunto-me se a característica dos “povos sem história” não seria antes a ausência da noção da historicidade, a falta da consciência do tempo na sua própria cultura, ou como **utensilagem** das suas mentalidades coletivas, do que o rótulo dos nossos pré-juízos ocidentais (talvez melhor, europeucêntricos) — que resultaram inclusive na clássica divisão entre **cultura** e **civilização** — que têm na historicidade um dos seus traços característicos, como já escreveu Marc Bloch.

2 — Ainda é possível concordar com o autor acerca do surgimento da concepção **vetorial** do tempo. Sabe-se como os historiadores-teólogos medievais concebiam o Universo e a importância de Deus em providenciar sabiamente um destino para a Humanidade. A partir das mudanças do final da

1 BALANDIER, Georges. Tradição, conformidade, historicidade. In: **Antropo-lógicas**. São Paulo, Cultrix/USP, 1977. p. 173-213. 261 p.

Idade Média, o Humanismo renascentista colocava cada vez mais nas próprias mãos do homem a escolha do seu futuro. Desta forma, a Divina Providência foi substituída pela Razão, e o vetor traduzido no progresso. O destino dos homens não era mais o Paraíso depois da vida, mas a Civilização na própria Vida.

O auge desta tendência estaria no Positivismo? Parece-me que sim. Toda a dinâmica estruturada em que se insere tanto o “modo de produção capitalista”, como uma certa concepção de ciência (ou um certo “modo de produção do Saber”) ligada a uma interpretação mecanicista do Universo, é colocada em questão pelo advento do que poderíamos chamar “relativismo”. Acredito que é preciso determinar concretamente as relações conjunturais entre a marcha do capitalismo e as mudanças no conhecimento científico, para evitar generalizações perigosas — sem dúvida, o dinamismo característico do século XX é diferente daquele relativo ao século passado. Desta maneira, considerar que o conhecimento da história permanece vetorial. linear, como era produzido ainda no positivismo, apesar da renovação científica que marca o final do século XIX é cometer, a meu ver, o que os historiadores consideram um “pecado capital”, o “pecado do anacronismo”.

3 — A aceleração da história a partir do advento do capitalismo multiplicou e acirrou as contradições em todos os níveis temporais — inclusive no que se relaciona à própria concepção de temporalidade. Assim se explicam certas permanências não coerentes, evidenciadas pela diversidade historiográfica da atualidade, a história vulgarizada, certas histórias oficiais, histórias-doutrinas, muitas vezes ligadas ao fenômeno ideológico da hegemonia. Estas formas de conhecimento histórico, estas histórias, não são determinadas somente pela organização social, mas “em última instância”, pela própria realidade histórica. As mentalidades coletivas, nas quais se inserem os mecanismos mentais, são estruturas, no sentido que F. Braudel quis dar ao termo. As ideologias, ao mesmo tempo que repousam nas coerências das histórias lentas, estão, elas principalmente, de forma íntima ligadas aos diversos grupos organizados que projetam objetivos, utopias, seja de conservação (primazia da idealização de um passado e manutenção do *status quo*), seja de mudanças ou revolução (ênfase na idealização de um futuro, alteração da ordem existente). Existe, portanto, uma dialética entre as ideologias e as mentalidades, o que me impede de visualizar simplesmente a história hoje como fruto de uma consciência temporal burguesa, apesar de existir uma história burguesa. Trata-se

fundamentalmente de uma complexidade resultante de sociedades em contato, tanto no plano espacial como social, e o modo de produção capitalista não me permite simplificar o problema. Ao contrário, ele é parte da complexidade.

4 — A perspectiva do historiador volta-se hoje e sempre para o estudo da dinâmica social no tempo. No momento, este tempo traduz-se como **duração** e como **mudança** — a problemática do historiador é sintetizada na dialética mudança-duração. Porém, como disse Lévi-Strauss:

a história não escapa (...) à obrigação, comum a todo o conhecimento, de utilizar um código para analisar o seu objeto, mesmo (e sobretudo) se atribuímos a esse objeto uma realidade contínua; os caracteres distintivos do conhecimento histórico não resultam da ausência de código, que é ilusória, mas sim da sua natureza especial: esse código consiste numa cronologia. Não há História sem datas (...).²

Deste modo, o historiador preocupa-se, em cada realidade concreta, pela determinação da medida cronológica dos fenômenos sociais, além de sua qualidade; preocupa-se em tentar verificar quando ocorrem as mudanças ou, melhor ainda, as **mutações** bem como a duração cronológica das mesmas. Vale-se, para isto, de construções abstratas, os fatos, as conjunturas, todas datadas, além de balizar no tempo as próprias estruturas. Sendo assim, o objeto do historiador **ainda é aquilo que aconteceu, o passado**, mesmo que este passado tenha como limite a atualidade (outra construção mental), a chamada “história recente”. Em consequência, ou dito de outra maneira,

O propósito do historiador (... não é) abstrair do real as variáveis convenientes ao estabelecimento de leis, mas o de atingir cada processo concreto em toda a sua complexidade e, por conseguinte, na sua originalidade irredutível.³

5 — Outro problema. De acordo com uma certa concepção de história — penso mais precisamente nos historiadores do grupo dos **Annales** — a realidade estruturada pode ser teoricamente decomposta em níveis que, dependendo das

2 LEVI-STRAUSS, Claude. História: método sem objeto específico. In: SILVA, Maria B. Nizza da. **Teoria da História**. São Paulo, Cultrix, 1976. p. 40. 37-44. 165 p.

3 PIAGET, Jean. A situação das ciências do homem no sistema das ciências (v. 1). Lisboa, Bertrand, s.d. (1971) p. 23-24. 147 p.

fontes, são passíveis de análises a partir da quantificação. A existência de séries quantificáveis estabelece um dos pré-requisitos da história serial, uma das modalidades da história quantitativa (Pierre Chaunu, François Furet), denominação um tanto gasta em virtude de abusos cometidos por certos quanto-historiadores e por outros que não entendem a história que postula uma relativa individualidade das durações tradutíveis em séries, como Caio Prado Júnior.⁴

Não entrarei mais a fundo no assunto. Outros, em melhores condições, escreveram sobre o tema. No momento, considero suficiente ponderar, em razão do que expus acima, que a história quantitativa supõe uma concepção teórico-metodológica da história, aceita por historiadores de ideologias diversas. Assim, não é possível simplesmente considerar a história quantitativa — pelo menos como eu a entendo — como “expressão ideológica lídima” da produção para o mercado, como diz o meu colega Cesar Ramos, na página 54 do seu artigo. Diz mais o filósofo:

Seu objeto (da história quantitativa) não é outro senão o acontecimento fecundado por uma determinação temporal reificada. Em oposição, a análise histórica não deveria ser outra senão o levantamento das crises, ou seja, daqueles interregnos temporais qualitativos que se colocam como negações da linearidade histórica. A crise coloca-se, ao mesmo tempo, na fronteira e no interior do tempo reificado, uma vez que sua emergência marginal não é outra coisa senão o eclodir daquilo que sempre se procurou esconder: o tempo autêntico, a transformação (p. 54).

Não leio a expressão “levantamento das crises” porque a traduzo como “constatação”, e não análise. Da mesma forma, a qualidade do que se supõe ser a antítese da quantidade. História quantitativa e história “qualitativa” não evidenciam verdadeiramente diferenças de conteúdo, mas simplesmente diferenças teórico-metodológicas e técnicas, distinguidas por terminologia específica (quantitativo e qualitativo). Todo o trabalho básico de quantificação, além de fundamentar-se numa certa concepção da história, evidentemente não passa de construção de fatos históricos, seriados, ou não. A análise do fato (pontual ou serial) é e sempre será interpretativa. Afinal, quantidade não é medida de qualidade?

⁴ PRADO, Caio Jr. História quantitativa e método da historiografia. *Debate & Crítica*, (6), 1-19, julho 1975.

Todavia, Cesar Ramos tem razão em chamar a atenção sobre o significado das crises e sua relação com os objetivos do historiador. De fato, quantitativista ou não, o historiador verdadeiro deve procurar o tempo verdadeiro, objeto formal sob cujo invólucro encontra-se o conteúdo comum que é o objetivo de todas as Ciências Humanas — os homens socialmente organizados. Ao definir seu trabalho, e portanto suas hipóteses e metodologia, o historiador deverá estar ciente de seus limites. Reporto-me, para concluir estas reflexões, ao alerta do Professor François Furet:

(...) Se é verdade que não há metodologia inocente, a história seriada, por privilegiar o longo prazo e o equilíbrio de um sistema, parece-me colocar em primeiro plano a conservação: um bom corretivo à identificação de história e mudança, tal como nos foi legada pelo século XIX, e nessa medida é uma etapa capital na constituição da história como saber; é necessário ainda perceber seus pressupostos e limites.

Mas esse problema dos limites da história seriada (...) não deve servir de alibi à indolência intelectual ou à tradição: se, hoje em dia, de certa forma em todos os lugares, a história escapa da narrativa para abordar problemas, isso se deve em grande parte à modificação dos elementos do **puzzle** a partir dos quais a história reconstitui as imagens do passado. A partir da história seriada o historiador atual encontra-se diante de uma nova paisagem de dados, e diante de uma nova tomada de consciência dos pressupostos de seu trabalho. É provável que não tenhamos esgotado todas as suas virtudes.⁵

* * *

O meu propósito ao redigir estas notas foi sem dúvida o de problematizar e esclarecer. Muito mais do que isto, porém, pretendi o debate e o diálogo com especialistas vizinhos à História, tentando assim contribuir para preencher os objetivos não só específicos desta Revista **História: questões & debates**, mas também aqueles que são muito caros à própria APAH.

SERGIO ODILON NADALIN

5 FURET, François. O quantitativo em história. In: GOFF, J. le & NORA, P. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro, Fr. Alves, 1976. p. 52. 49-63. 193 p. (Título do artigo original: "L'histoire quantitative et la construction du fait historique").

SEMANA DE BRASIL E POLÍTICA

Em promoção conjunta com a Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas, SEAF-PR., e contando com a colaboração da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, a Associação Paranaense de História realizou, de 24 a 27 de maio último, a SEMANA DE BRASIL E POLÍTICA.

Com a presença de conferencistas conhecidos do público universitário, a Semana abordou temas atuais do momento político nacional, desde o papel e a atuação da Igreja, até os compromissos dos educadores e da historiografia com a política. Após as conferências, os presentes tiveram a oportunidade de debater com os professores convidados outros aspectos importantes da conjuntura que travessamos. O público foi bom, nas quatro noites, o que demonstra o acerto dessa iniciativa da APAH e da SEAF, que, esperamos, possa se repetir no próximo ano.

Os temas e os conferencistas foram os seguintes:

- dia 24, **Os intelectuais e a política no Brasil**, proferida pelo Professor Roberto Romano, da UNESP.
- dia 25, **Universidade e política no Brasil, hoje**, com o professor Ildeu Moreira Coelho, da U.F.Goiás.
- dia 26, **O que é política**, com o professor Wolfgang Leo Maar, da U.F.São Carlos, S.P.
- dia 27, **Historiografia e política**, com o professor Edgard S. De Decca, da UNICAMP.

ÍNDICE

v. 1-2, nov. 1980-dez.-1981

- ALEMÃES NO PARANÁ**, 2:23-35, 3:151-6
- ANNALES: ÉCONOMIES, SOCIÉTÉS, CIVILISATIONS**,
1:9-16
- Araújo, Silvia Maria Pereira de
Reflexões sobre a nova história, 1:17-28
- ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HISTÓRIA**, 1:7-8, 2:3-4. 3:
171-3
- Bottmann, Denise
Recensão
De Decca, E.S. **O silêncio dos vencidos**, 3:158-63
Gramsci, A. **Concepção dialética da história**, 3:163-6
- BREPOHL, FRIEDRICH WILHELM**, 3:151-6
- Brepohl, Marionilde Dias
Acerca do modelo Pinheiro Machado, 2:15-22
Contribuição ao estudo da imigração alemã no Paraná,
3:151-6
- Burmester, Ana Maria de Oliveira
A nupcialidade em Curitiba no século XVIII, 2:63-8
- Cardoso, Alcina Maria de Lara
Alguns aspectos das comemorações do 1.º de maio em
Curitiba, no período de 1889 a 1920, 2:69-75
- Cardoso, Jayme Antonio
O cinquentenário da escola dos "Annales", 1:9-16
O modelo de explicação histórica proposto por Brasil
Pinheiro Machado, 2:5-13
& Westphalen, C.M. **Atlas histórico do Paraná** (recensão),
3:157-8
- Colnaghi, Maria Cristina
Recensão
Martins, J.S. **Expropriação & violência**, 3:166-8
ver Pires, Angela Cecatto, colab.

Costa, Odah Regina Guimarães
Instrumentos de trabalho em pesquisa de história social,
2:83-95

CURITIBA

COMUNIDADE JUDAICA, 1:72-7
HISTÓRIA ECONÔMICA, 1:78-88
HISTÓRIA SOCIAL
1889-1920, 2:69-75
SÉCULO XVIII, 2:63-8
NUPCIALIDADE
SÉCULO XVIII, 2:63-8

CUSTO DE VIDA, 1:78-88

De Decca, S. **O silêncio dos vencidos** (recensão), 3:158-63

DEMOGRAFIA HISTÓRICA, 2:63-8, 3:109-24, 3:143-50

Dupâquier, Jacques

A contribuição da demografia à história, 3:109-24

Faria, Paulo de Tarso Barreto

Considerações sobre o Movimento Renovador Sindical,
3:125-42

Fenelon, Déa Ribeiro

A formação do historiador e a realidade do ensino na
educação 1.º e 2.º graus, 1:42-59

Gouvea, Regina Rottemberg

Comunidade judaica em Curitiba 1889-1970, 1:72-7

Gramsci, A. **Concepção dialética da história** (recensão), 3:
163-6

HISTÓRIA

ENSINO, 1:29-41, 1:42-59
EPISTEMOLOGIA, 1:17-28
FILOSOFIA, 2:37-62
MÉTODOS, 2:5-13, 2:15-22, 3:103-8
PESQUISAS ver PESQUISA HISTÓRICA
TEORIAS, 1:17-28, 2:5-13, 2:15-22

HISTÓRIA ECONÔMICA, 1:63-71, 3:103-8
CURITIBA, 1:78-88

HISTÓRIA SOCIAL, 2:23-35, 3:109-24, 3:143-50
CURITIBA

1889-1920, 2:69-75

SÉCULO XVIII, 2:63-8

FONTES, 2:83-95

HISTORIADORES

PROFISSIONALIZAÇÃO 1:42-59

- HISTORIOGRAFIA, 1:9-16
- JUDEUS EM CURITIBA, 1:72-7
- Martins, J.S. **Expropriação & violência** (recensão), 3:166-8
- Miranda, Beatriz Teixeira de Melo
Fontes para um estudo demográfico, 3:143-50
- MOVIMENTO RENOVADOR SINDICAL, 3:125-42
- Nadalin, Sergio Odilon
Imigrantes alemães e descendentes em Curitiba, 2:23-35
- Neves, Lafaiete Santos
A violência no campo, 1:63-71
- NUPCIALIDADE
CURITIBA
SÉCULO XVIII, 2:63-8
- OPERÁRIOS, 2:69-75
- Padis, P.C. **Formação de uma economia periférica** (recensão)
3:168-70
HISTÓRIA, 2:5-13, 2:15-22
IMIGRAÇÃO ALEMÃ, 2:23-35, 3:151-6
- PESQUISA HISTÓRICA, 2:83-95
- Pinheiro Machado, Brasil
O estudo da história regional, 3:103-8
- PINHEIRO MACHADO
MODELO, 2:5-13, 2:15-22
- Pires, Angela Cecatto & Colnaghi, Maria Cristina
Recensão
Padis, P.C. **Formação de uma economia periférica.**
3:168-70
- POLÍTICA EDUCACIONAL, 1:29-41
- Proença, Antonio Carlos
Recensão
Cardoso, J.A. & Westphalen, C.M. **Atlas histórico do Paraná**, 3:157-8
- RACISMO, 1:72-7
- Ramos, Cesar Augusto
História e reificação temporal, 2:37-62
- RECENSÕES
Atlas histórico do Paraná, 3:157-8
Concepção dialética da história, 3:163-6
Expropriação e violência, 3:166-8

Formação de uma economia periférica, 3:168-70
O silêncio dos vencidos, 3:158-63

REFORMA AGRÁRIA, 1:63-71

Santos, Carlos Roberto Antunes dos

O custo da vida: preços de gêneros alimentícios em Curitiba durante o século XIX, 1:78-88

SEGREGAÇÃO RACIAL
ver **RACISMO**

SINDICALISMO, 3:125-42

TRABALHO

HISTÓRIA

1889-1920, 2:69-75

Trevisan, Maria José

A política educacional e o ensino de história, 1:29-41

Westphalen, C.M.

ver Cardoso, J.A., colab.

Um Banco, Três Agências, 5 Mil Cruzeiros E Uma Ideia Simples.



Quando Avelino Vieira e um grupo de amigos se reuniram para fundar o Banco Mercantil e Industrial do Paraná, em 23 de setembro de 1952, não imaginavam que esta boa semente se transformaria no quarto maior grupo financeiro particular do país.

Aquelas três agências - Curitiba, Ponta Grossa e Itararé - hoje são 906 dependências, estendendo-se por este Brasil a dentro. E 190 delas atendem regiões onde não existe outro estabelecimento de crédito. O Banco Bamerindus é o líder

de quase 30 empresas, um conglomerado no mínimo 10 anos mais jovem que qualquer outro. Hoje o Bamerindus representa uma diversificada soma de atividades, informações, serviços e recursos, com desempenho seguro e experiência acumulada pela incorporação de 60 entidades financeiras.

Desbravando o interior do país junto com o agricultor pioneiro, ou liderando atividades essencialmente urbanas, o Bamerindus não esquece suas origens.

Companheiro do homem da nossa terra, há 29 anos mantém-se

fiel àquela ideia simples:

“Um banco é uma ideia. Uma ideia e uma iniciativa (...). A ideia tem de se tornar obra; é uma questão apenas de mais homens, de mais tempo e de mais trabalho. Só a obra, em comunidade social, adquire grandeza para sua sobrevivência. E nada mais importa, além disto”.

Avelino Antonio Vieira

Bamerindus
O banco da nossa terra



História: questões & debates é uma revista preocupada com a História como conhecimento, com a História como pesquisa, com a História como instrumento de Educação; preocupada com as relações da História e as demais ciências humanas em particular, e com o valor que a sociedade lhe atribui.

Desta forma, a Revista está aberta não apenas aos associados da APAH e historiadores, mas também aos demais cientistas sociais, aos professores de Ensino Médio, aos que trabalham com a Educação e aos estudantes universitários.

Toda colaboração deverá:

- 1.º — ser inédita;
- 2.º — ser redigida preferencialmente em língua portuguesa; trabalhos em outros idiomas deverão obrigatoriamente incluir resumo em português;
- 3.º — trazer título que corresponde, de modo claro e preciso, à idéia geral do trabalho;
- 4.º — apresentar, em folha à parte devidamente numerada, um resumo de no máximo 250 palavras;
- 5.º — trazer, quando elaborada sob orientação, o nome do Professor orientador;
- 6.º — ser apresentada em três (3) vias datilografadas numa face em papel tamanho ofício, com margem de três (3) centímetros, espaço duplo e numeração no canto superior direito;
- 7.º — apresentar, em folhas à parte devidamente numeradas, as notas de rodapé e as referências bibliográficas. Estas últimas deverão estar de acordo com a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);
- 8.º — trazer os gráficos e/ou ilustrações uma em cada folha, à parte devidamente numeradas com título claro, assinalando no texto o local em que deverão ser intercaladas.

Os originais deverão ser encaminhados à redação juntamente com carta anexa, autorizando sua publicação. A revisão das provas durante a impressão poderá ser feita pelo autor desde que assim o deseje. O Conselho Editorial somente apreciará os trabalhos que obedeçam as normas estabelecidas.

Além de artigos, a revista poderá apresentar comunicações, notas prévias, notícias de pesquisa em desenvolvimento, resenhas bibliográficas, além de notícias da APAH.

Aos autores de artigos serão enviados cinco (5) exemplares do número que trazer seu trabalho.

Os originais não publicados não serão devolvidos.

